

CONTROLE E A APRENDIZAGEM

Uma análise comparativa entre a

Arquitetura Prisional e Arquitetura Escolar em Portugal

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura

Apresentada ao Departamento de Arquitectura da FCTUC em 10 de Setembro de 2018

Sob a orientação do Professor Doutor Gonçalo Canto Moniz

E co-orientação da Professora Doutora Suzann Cordeiro

Suellen Cavalcante Costa



CONTROLE E A APRENDIZAGEM

Uma análise comparativa entre a

Arquitetura Prisional e Arquitetura Escolar em Portugal

AGRADECIMENTOS

A minha família, por todo o amor dedicado a minha construção, grata por me proporcionar a maior riqueza de todas: a educação.

Aos meus queridos amigos e orientadores, Professor Doutor Gonçalo Canto Moniz e Professora Doutora Suzann Cordeiro, que me conduziram para a concretização deste trabalho. Sou grata aos senhores pela confiança, paciência e verdadeira orientação. Além de tantos ensinamentos académicos, os senhores me ensinam o valor de uma amizade e a importância da investigação para nosso próprio autoconhecimento.

A Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais pela autorização em aceder os arquivos prisionais no Estabelecimento Prisional Santa Cruz do Bispo Feminino. Grata ao antigo Senhor Diretor Geral, Dr. Rui Sá Gomes e a Técnica Superior da Direção de Arquivos Históricos Teresa Pinheiro Torres por toda atenção e dedicação para o levantamento de dados históricos.

A Dra. Elsa Maria da Fonseca Gouveia, Arquiteto José Miguel Monteiro Martins, Arquiteta Carolina Ferreira, Professor Carlos Moura Martins e a todo o departamento de Arquitectura pelo apoio e incentivo ao longo desses anos.

Ao Grupo Mateus 25 e Estabelecimento Prisional de Coimbra por me instruírem e possibilitarem a realização do voluntariado no EPC. Grata aos meus amigos reclusos por vossa partilha sincera.

Ao Centro de Estudos Sociais pela oportunidade em estagiar no programa CES vai as escolas, experiência que acrescentou muito aos meus estudos na realização desta dissertação.

Por fim, quero ser grata aos amigos que sempre estiveram presentes, em especial a CHEUC e a República dos Galifões que me acolheram como uma família.

RESUMO

Nas prisões, os dispositivos de controlo sempre se sobrepuseram aos de aprendizagem e de higiene, onde “o aspeto educacional da pena no Sistema Prisional está vinculado à disciplina” (Foucault, 1987, p.288) e a privação da liberdade.

Dessa forma a arquitetura funciona como um instrumento de punição em que o espaço opressor contribui para a prática da violência.

Apesar de avanços relacionados aos Direitos Humanos, assim como as discussões acerca de métodos alternativos de punição, e de justiça restaurativa, a busca por uma tipologia arquitetónica mais “humanizada” ainda permanece pouco explorada.

Nessa perspetiva, esta investigação pretende discutir a condição pedagógica do espaço prisional, avaliando se os modelos arquitetónicos acompanharam ou não a evolução dos direitos e necessidades da sociedade contemporânea.

A investigação irá comparar as prisões e as escolas secundárias construídas em Portugal desde o final do século XIX até ao final do século XX, por constituírem exemplos com o mesmo nível de complexidade. A investigação fará uma análise do conjunto edificado e também dos espaços mais relevantes, cela, corredor, refeitório, biblioteca, pátio, como espaço de socialização e de aprendizagem informal.

Pretende-se identificar aspetos favoráveis à prática do ensino e aspetos negativos para que se possa repensar a conceção arquitetónica dos próximos estabelecimentos prisionais e escolares, afinal é necessário que haja essa reformulação para atender a reinserção do recluso na sociedade e alcançar a diminuição da reincidência, como também, fortalecer a educação pública para diminuir o índice de abandono escolar.

Palavra-Chave: arquitetura prisional, arquitetura escolar, disciplina, controle, ensino.

ABSTRACT

In prisons, control devices always overlapped those of learning and hygiene where "the educational aspect of the sentence in the Prison System is linked to the discipline"(Foucault, 1987, p.288) and deprivation of freedom.

Thus architecture works as a punishing instrument where the oppressive space contributes to the practice of violence.

Despite the advances made related to human rights, as well as discussion about alternative punishment methods, and restorative justice, the search for a more "humanized" architectural typology still remains little explored.

In that perspective, this investigation intends to discuss the pedagogical condition of prison space, evaluating if the architectural models do follow the evolution of human rights and the needs of modern society.

The investigation will compare prisons and high schools built in Portugal since the end of the 20th century, as they are examples with the same complexity level. The investigation will make an analysis of the edified set and also the most relevant spaces, cells, corridor, canteen, library, courtyard, as a socialization and informal learning space.

It is intended to identify the most favorable aspects to the teaching practise and also the negative aspects so that the architectural design can be rethought for the next prison and school establishments, after all, it is necessary that there is this reformulation to attend the inmates reintegration into society and achieve a decrease in recidivism, as well as strenghtening public education to reduce dropout rates.

Key-words: prison architecture, school architecture, control, teaching

CONTROLE E A APRENDIZAGEM

Uma análise comparativa entre a

Arquitetura Prisional e Arquitetura Escolar em Portugal

INTRODUÇÃO	15
1 CONSTRUÇÃO DE MODELOS DE CONTROLE	21
1.1 PANÓPTICO	27
1.2 COLEGIAL	31
1.3 SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS ENTRE O MODELO PRISIONAL E ESCOLAR	35
2 CONSTRUÇÃO DE MODELOS DE REGULAÇÃO	37
2.1 REGULAMENTO PROVISÓRIO DA CADEIA GERAL PENITENCIÁRIA DE LISBOA, 1884	43
2.2 PLANO DOS LICEUS NACIONAIS DE PASSOS MANUEL, 1836	55
2.3 ANÁLISE COMPARATIVA	65
3 ESPAÇOS PRISIONAIS E ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM: EVOLUÇÃO TIPOLOGICA	71
3.1 ANTIGO REGIME	
3.2 REPÚBLICA	81
3.3 ESTADO NOVO	89
4 TEMAS CRUZADOS	109
4.1 O INDIVÍDUO, SALA DE AULA E CELA	111
4.2 O COLECTIVO, RECREIO, REFEITÓRIO E BIBLIOTECA	119
4.3 ESPAÇOS DE TRANSIÇÃO, O CORREDOR	125

5. ANÁLISE DA INSTITUIÇÃO PRISIONAL E INSTITUIÇÃO ESCOLAR: ELEMENTOS PUNITIVOS NA FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO	139
5.1 OBJETIVO INSTITUCIONAL	143
5.1.1 INSTITUIÇÃO PRISIONAL	
5.1.2 INSTITUIÇÃO ESCOLAR	
5.2 MÉTODO	145
5.2.1 MÉTODO PRISIONAL	
5.2.2 MÉTODO ESCOLAR	
5.3 FATOR DE TROCA	147
5.3.1 FATOR DE TROCA NAS PRISÕES	
5.3.2 FATOR DE TROCA NAS ESCOLAS	
5.4 MEDIDAS PUNITIVAS DE CONTROLE	151
5.4.1 PUNIÇÃO PRISIONAL	
5.4.2 PUNIÇÃO ESCOLAR	
5.5 ELEMENTOS ARQUITETÓNICO E TECNOLÓGICO DE CONTROLE	153
5.5.1 ELEMENTOS DE CONTROLE PRISIONAL	
5.5.2 ELEMENTOS DE CONTROLE ESCOLAR	
6. OBSERVAÇÃO DIRETA: ESTÁGIO EM INSTITUIÇÃO ESCOLAR E VOLUNTARIADO EM INSTITUIÇÃO PRISIONAL	161
6.1 VOLUNTARIADO NO ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE COIMBRA	
6.2 ESTÁGIO NO PROGRAMA “CES VAI À ESCOLA”	
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	169
8. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	179

INTRODUÇÃO

Inicialmente, pode parecer contraditório comparar estabelecimentos prisionais e escolares por se distinguirem em sua funcionalidade, uma de punição e outra de educação. Contudo, sabemos também que a prisão deveria ter uma função educativa, promotora da reinserção social, e que a escola, pelo contrário, desenvolveu mecanismos de vigilância, por vezes, de punição, pelos comportamentos sociais do aluno. De facto, estas instituições apresentam muitas semelhanças em sua concepção arquitetónica e esta investigação pretende identifica-las compreendendo as diferentes épocas construtivas e de que forma o contexto social e político foi traduzido na arquitetura.

A Arquitectura Prisional por sua vez, é pensada através da “noção de “docilidade” que une ao corpo analisável o corpo manipulável. É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado.”(Foucault, 1987, p. 288) Assim, o espaço é utilizado como instrumento de punição uma vez que foi planejado para encarcerar favorecendo primordialmente o controle e a segurança.

Portanto, a educação em meio prisional é fundamentada através da domesticação do corpo, a fim de obter o controle social. É por esta razão que se torna necessário repensar o conceito educativo em meio prisional já que o nível de reincidência do recluso continua altíssimo, a taxa de reincidência em Portugal ronda os 46% (Luis, 2012, p. 7), comprovando o insucesso desse modelo educativo no Sistema Prisional.

Vários autores defendem que o processo educativo/formativo previne a reincidência e combate as práticas criminais, como o estudo de Gabriel (2007), que expõe a ligação entre a delinquência e a escolaridade, defende que as fracas competências escolares aumentam o risco de criminalidade. (Nova, n.d. p. 23)

Nessa perspectiva, é importante perceber as causas do insucesso da instituição escolar, já que tem amplos reflexos sociais negativos, nomeadamente no aumento do abandono dos estudos em Portugal¹ e consequentemente no aumento da criminalidade. Assim, esta investigação tem como objectivo comparar os espaços escolares e os espaços prisionais construídos em Portugal no período final do século XIX e século XX.

¹ Mais de um terço dos alunos portugueses (35%) que iniciam o ensino secundário não conseguem finalizá-lo em cinco anos (os três padronizados, mais dois a contar com chumbos) e acabam mesmo por abandonar a escola sem obter o diploma do ensino obrigatório. Portugal é, neste ponto, o país da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) que pior pontua, de acordo com o Education at a Glance 2017 (Carriço, 2017)

Do ponto de vista arquitetónico, pretende-se analisar as semelhanças programáticas, funcionais e espaciais e, do ponto de vista ideológico e político, estudar o impacto nos edifícios dos regulamentos que enquadram essas instituições.

Afinal, tantos os estabelecimentos prisionais quanto os escolares, permanecem com as mesmas concepções arquitetónicas dos séculos passados, prevalecendo o controlo e segurança. Esta medida, isola a vida prisional e escolar do resto da sociedade, diminuindo as possibilidades de aprendizado entre a instituição e a sociedade. Neste sentido, torna-se necessário que haja maior abertura e flexibilidade das instituições prisionais e escolares para que sejam reconhecidas e vividas como espaços de aprendizagem, de carácter público e social.

Do ponto de vista da estrutura dessa investigação, foi realizado inicialmente uma pesquisa bibliográfica do surgimento do modelo prisional *Panóptico* e do modelo escolar *Lycée*, a fim de compreender os princípios que fundamentaram a instituição prisional e a instituição escolar em Portugal durante o século XIX.

Considerando as normas que transformaram e estruturaram o funcionamento do sistema prisional e do sistema escolar, pretende-se no segundo capítulo, realizar uma análise documental comparativa entre o Regulamento Provisório da Cadeira Geral Penitenciária de Lisboa e o Plano dos Liceus Nacionais de Passos Manuel, no âmbito ideológico, dos interesses institucionais e no âmbito educacional, do aspecto punitivo e do aspecto de ensino.

Na sequência da análise do surgimento do modelo prisional e escolar, e da construção dos regulamentos, pretende-se com o terceiro capítulo, identificar através do desenho arquitetónico, de que forma esses princípios ideológicos e políticos foram traduzidos na arquitetura prisional e na arquitetura escolar em Portugal desde o surgimento, no final da Monarquia, e as consecutivas transformações com as mudanças políticas para a Primeira República e posteriormente para o Estado Novo.

Esta investigação ficou limitada em estudar a arquitetura prisional e escolar até o período do Estado Novo, por falta de autorização da DGSP em aceder os Arquivos Prisionais dos estabelecimentos construídos após a Revolução de 25 de Abril de 1974, dessa maneira não foi possível ter material suficiente para a realização do estudo dos estabelecimentos atuais.

No quarto capítulo, pretende-se analisar nos diferentes períodos políticos a visão disciplinar do estado acerca do indivíduo, nomeadamente no âmbito prisional, a cela, e no âmbito escolar, a sala de aula, por se constituírem como espaço de maior tempo de vivência para cada sujeito dentro de cada instituição. Do ponto de vista do coletivo, ambas as instituições apresentam os mesmos espaços de convivência e portanto pretende-se analisar o pátio, o refeitório e a biblioteca como espaços de carácter social em que ocorrem as relações sociais nessas instituições.

O quinto capítulo concentra-se na análise de elementos semelhantes entre a estrutura e funcionamento da instituição prisional e da instituição escolar, nomeadamente a análise dos objetivos das instituições, a metodologia utilizada, o “fator de troca” como elemento de negociação entre a instituição e o indivíduo, a análise das medidas punitivas e de controle, e a análise dos elementos arquitetónicos e tecnológicos de controle.

Por fim, o sexto capítulo relata a observação direta da arquitetura prisional através da experiência vivida no Voluntariado no Estabelecimento Prisional de Coimbra, e a observação direta da arquitetura escolar realizada através do estágio no programa “CES vai à Escola”. A percepção pessoal do espaço, fortaleceu a análise teórica e arquitetónica decorrida na investigação, de forma que através da vivência foi possível identificar os principais elementos disciplinares funcionais e arquitetónicos dos espaços analisados.

Nas considerações finais, foi realizada breve síntese comparativa entre a evolução da instituição prisional e escolar, a fim de identificar os elementos que refletiram em avanços e os elementos que permaneceram iguais, indicando assim atrasos institucionais e arquitetónicos, e que por isto, torna-se necessário repensar a arquitetura para combater tanto o crescimento do abandono escolar, quanto combater o crescimento da criminalidade.

1. CONSTRUÇÃO DE MODELOS DE CONTROLE

O crescimento desordenado da cidade oitocentista, provocado pela Revolução Industrial, revelou grandes problemas de estrutura social nomeadamente o aumento da criminalidade, a proliferação de doenças por falta de higiene das cidades e edifícios e a falta de mão de obra qualificada para as indústrias.

Como medida de estruturação social, o Estado desenvolveu mecanismos políticos e ideológicos que pretendiam controlar as atividades de uma sociedade em transformação e que tiveram especial impacto na organização dos equipamentos públicos de carácter social. Assim surgiu a instituição de aprendizagem contínua, a escola, e a instituição de punição, a prisão, como afirmação do poder do Estado em punir, controlar e uniformizar os comportamentos sociais.

A baixa escolaridade refletia a hierarquia social em que só os nobres tinham acesso ao ensino. Do ponto de vista escolar, o Estado viu a necessidade de instruir a sociedade a fim de qualificá-los para suprirem a falta de mão de obra nas indústrias, assim como do ponto de vista prisional, em que além de servir como mecanismo de segurança pública, também exercia o trabalho escravo dos reclusos em produção industrial. Portanto, o conceito escolar e prisional Moderno, nasceu no âmbito dos interesses políticos e dos fundamentos do capitalismo.

Nas prisões, os dispositivos de controlo sempre se sobrepuseram aos de aprendizagem e de higiene, onde o aspeto educacional da pena no Sistema Prisional está vinculado à disciplina (Foucault, 1987) e segurança. Apesar de avanços relacionados com os Direitos Humanos, assim como as discussões acerca de métodos alternativos de punição, e de justiça restaurativa, a busca por uma tipologia arquitetónica mais “humanizada” entrou sempre em conflito com as práticas prisionais (punitivas).

O aspecto educacional da pena no Sistema Prisional surge após a segunda metade do século XVIII, com estudos como a teoria geral do adestramento de La Mettrie, (Foucault, 1987, p. 163) *O Homem-máquina*, em que a mente humana é vista como manipulável e dessa forma, como alvo de poder.

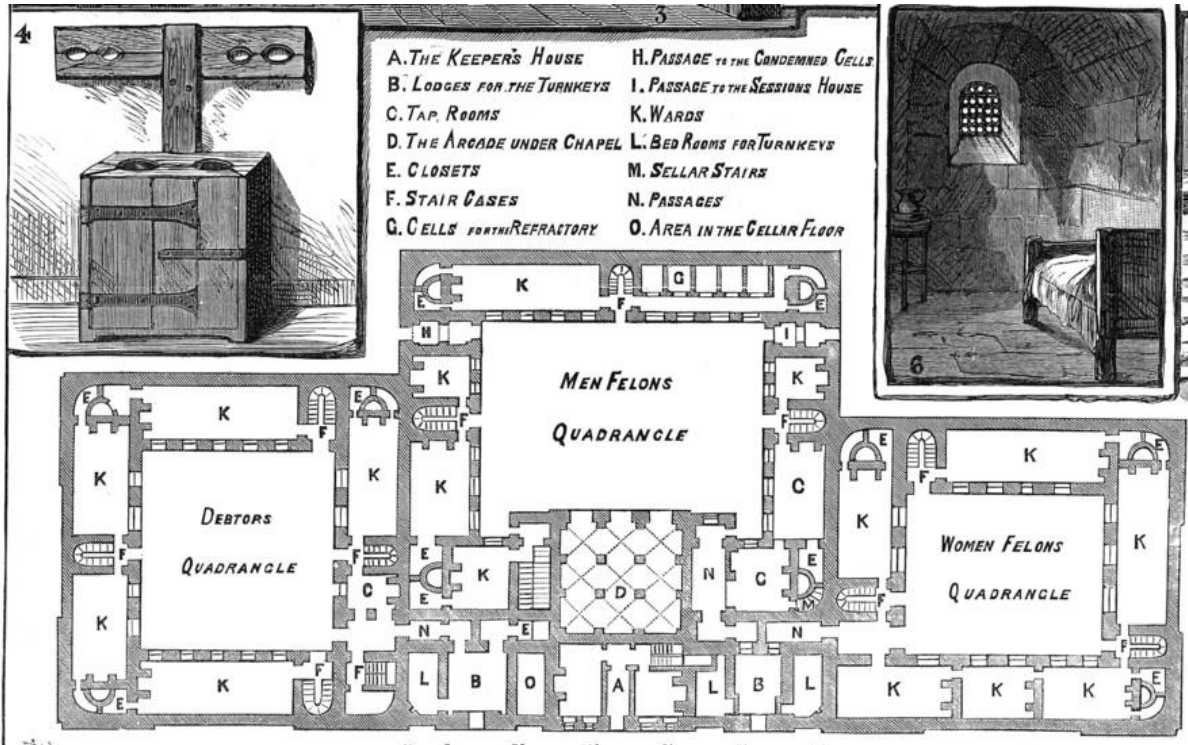


IMAGEM 1 | Prisão Newgate, Londres. The Illustrated London News, Dec. 29, 1888, p.775

A privação da liberdade antes da Revolução Francesa realizava-se em espaços de carceragem que correspondiam a torres, jaulas, caves de edifícios, espaços sem condições de habitabilidade que aglomerava todos os tipos de criminosos, mendigos e prostitutas, com o único intuito de punir e prevenir a sociedade de outros crimes.

Com o desenvolvimento dos direitos humanos no século XVIII, surgiram preocupações em obter novas concepções arquitetônicas prisionais a fim de combater a proliferação de muitas doenças causadas pela falta de higiene e de oferecer medidas corretivas ao comportamento humano. Trata-se do reconhecimento do criminoso como humano, que, por sua vez, tem seus direitos.

A Reforma Penal proposta por John Howard propôs a humanização da pena através da melhoria das condições de habitabilidade, o recolhimento celular noturno, trabalho diário, e a reforma moral pela religião concretizada através da prisão Newgate em Londres, construída um ano após a Revolução Francesa, em 1780. Este projeto foi inovador por ter sido projetado para o encarceramento e por introduzir a concepção celular na organização do espaço prisional, refletindo pela primeira vez no isolamento do recluso. O projeto era muito fechado ao exterior, mas com três pátios internos que setorizava e limitava o espaço dos doentes, dos criminosos homens e mulheres.

Em continuidade a essas ideias humanistas, em 1795, Jeremy Bentham criou o modelo *Panóptico* que materializou os conceitos de humanização de John Howard, integrando também a ideia de que é melhor prevenir o crime que punir (Beccaria, 1764, p. 168). Dessa forma, o Panóptico se estabeleceu como um forte conjunto de dispositivos de controle que favoreceram primordialmente a segurança, tendo como princípio a vigilância constante do recluso, como meio de prevenir novos crimes e recuperá-lo através da disciplina.

Assim, a arquitetura panóptica representou os interesses políticos e ideológicos do Estado em manter o controle absoluto através de dispositivos de vigilância que desempenhavam o controle e poder através de uma rígida disciplina de encarceramento celular. De fato, este projeto transmitiu as verdadeiras intenções do Estado autoritário, e por isso o conceito panóptico se tornou modelo e foi aplicado a diversos estabelecimentos públicos e privados.

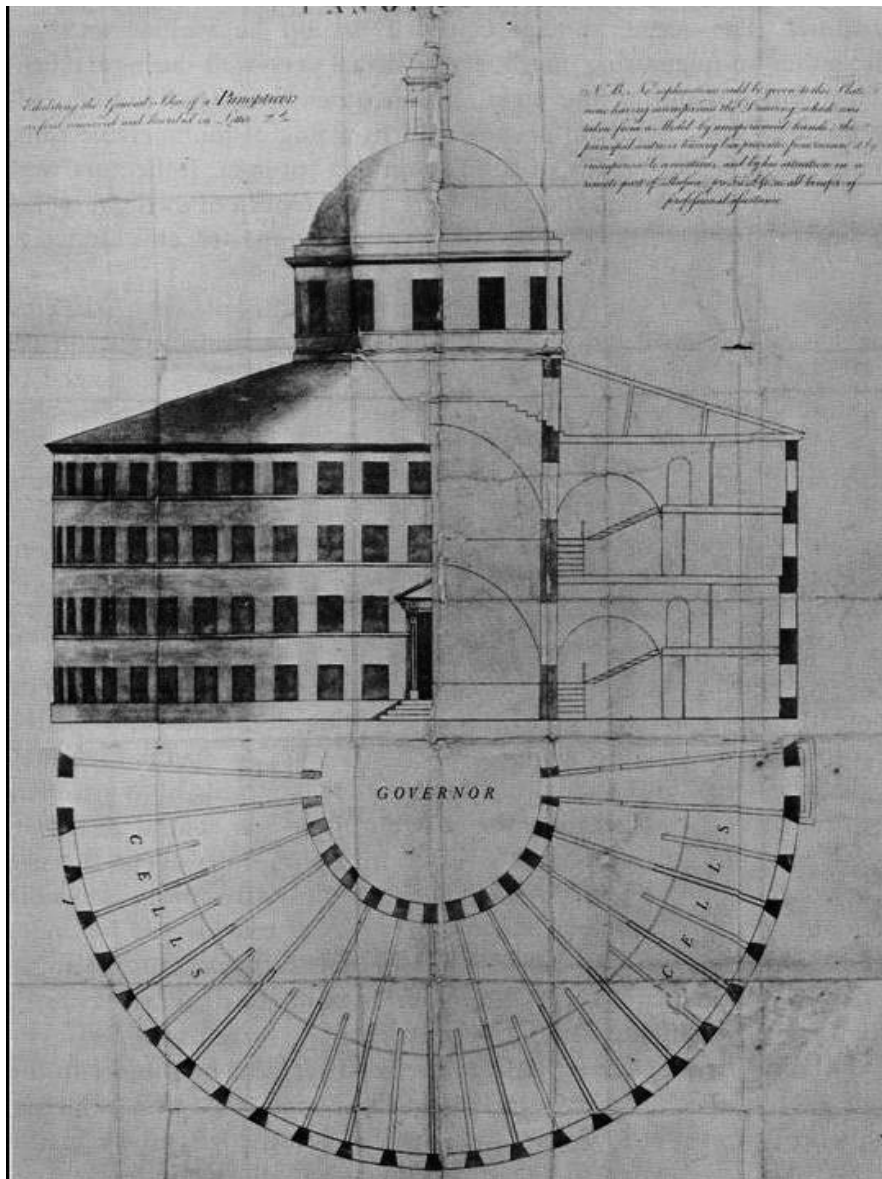


IMAGEM 2 | Panóptico, alçado, corte e planta.

Estes mecanismos de controle também foram introduzidos nas concepções de equipamentos públicos escolares, “a educação era justificada, assim, como a operação capaz de levar as crianças e os jovens a incorporar as regras sociais pela via da inteligência e do conhecimento racional.”(Ó, n.d. p. 47) Dessa forma, a disciplina se estabeleceu como princípio para o governo normalizar e controlar o comportamento social. Esperava-se que a formação através do longo programa escolar conduzisse o aluno para se tornar um cidadão do bem, e para aqueles que desobedecessem as leis, seriam penalizados através das instituições prisionais.

Levando em consideração a influência no comportamento que a arquitetura pode exercer sobre o ser humano, será analisada através da perspectiva disciplinar, os aspectos de violência e os aspectos de educação na arquitetura Panóptica e na arquitetura Colegial, como forma de compreender a relação entre a intenção do projeto e o uso do espaço prisional e escolar nos diferentes modelos arquitetônicos.

Pretende-se analisar as semelhanças e diferenças funcionais, espaciais e programáticas, nomeadamente a cela, pátio, oficinas, refeitório e administração no modelo Panóptico e respectivamente a sala de aula, pátio, laboratórios, refeitório e administração no modelo escolar Colegial.

DESIGN OF THE PANOPTICON

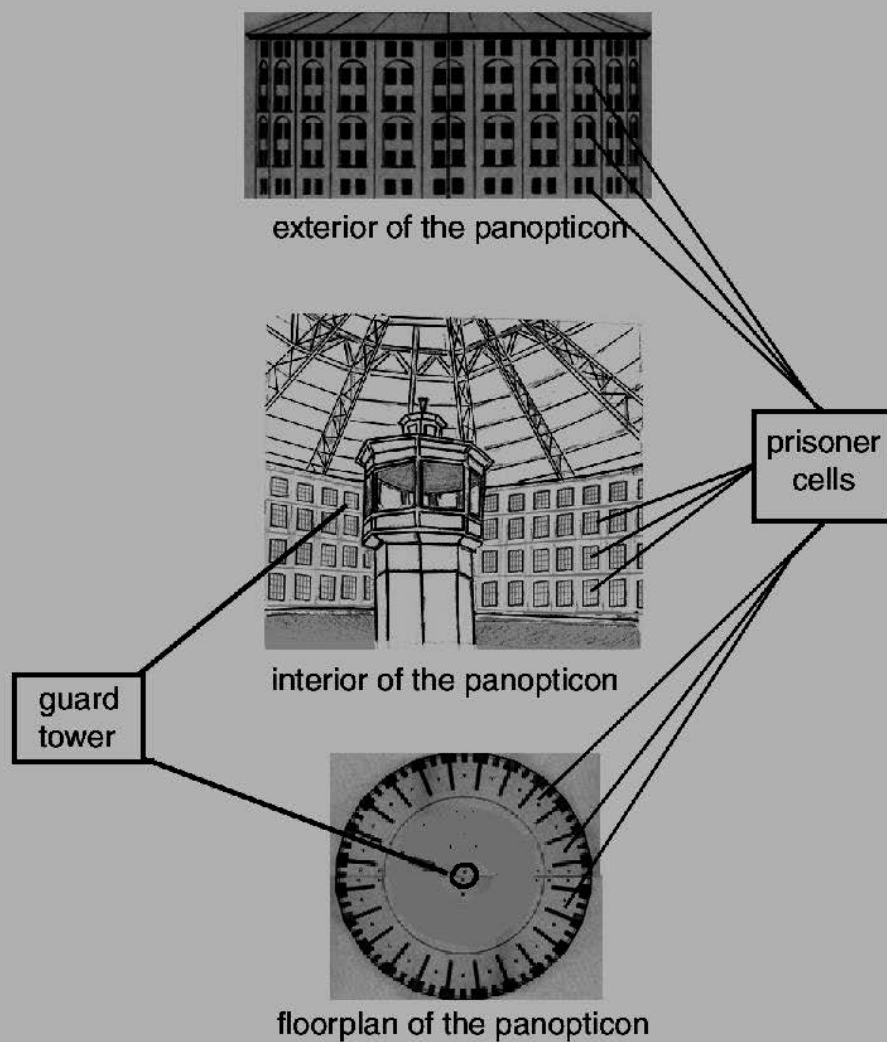


IMAGEM 3 | Panóptico. Exterior, torre de vigilância central e planta baixa.

1.1 PANÓPTICO

Apesar de ter manifestado a preocupação higienista como medida de humanização da pena, os dispositivos de controle no Panóptico tiveram maior impacto na repressão do recluso do que em sua reintegração. Se, por um lado, as punições físicas diminuíram, por outro, a punição moral foi amplamente estendida por mecanismos arquitetônicos de intimidação e poder.

Partindo do princípio da vigilância, seu espaço se configurou como uma circunferência perfeita, em que a torre central era capaz de observar todas as celas localizadas na extremidade da circunferência. A centralidade da torre permitiu a visualização global por parte de um único guarda, de forma a intimidar e impossibilitar que os reclusos soubessem quando estavam sendo observados “por isso Bentham colocou o princípio de que o poder devia ser visível e inverificável.” (Foucault, 1987, p. 225) Por um lado, essa transparência e exposição da vida do recluso possibilitavam a diminuição de abusos físicos cometidos pelos guardas, afinal, o diretor também podia vigiar a conduta dos mesmos e repreendê-los se necessário. Porém, essa medida extrema de vigilância excluiu a privacidade do recluso, o que colaborou para a despersonalização do indivíduo, contradizendo assim, os princípios do respeito pela dignidade das pessoas proclamados na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão em 26 de Agosto de 1789.

Do ponto de vista pedagógico, o regime prisional isolava o recluso em cela, para através do silêncio, leitura religiosa, e disciplina imposta pelos guardas, pudesse se regenerar como ser humano. Bentham então, utiliza uma série de dispositivos que tornou o panóptico um complexo mecanismo de controle e utiliza a arquitetura a serviço dos interesses políticos.

“Daí o efeito mais importante do Panóptico: induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder.”(Foucault, 1987, p. 224)

Dentre esses dispositivos, as celas receberam duas grandes aberturas, uma janela e uma porta gradeada, que permitiam a passagem da luz natural para o interior, o que possibilitou que o guarda na torre identificasse as movimentações de cada recluso em sua cela individual. Além do controle visual, também foi instalado o controle acústico através de um sistema de canalização em tubos que ligava as celas a torre central.

Segundo Foucault, “a visibilidade é uma armadilha”(Foucault, 1987, p. 224). Esses dispositivos possibilitaram de fato maior domínio do sistema prisional sobre o recluso, no entanto, também tiveram uma consequência inversa, em que o próprio sistema era vítima dos seus mecanismos de controle. A centralidade da torre no pátio, apesar de hierarquizar a posição do sistema prisional sob o recluso, fragilizava sua segurança em situação de rebelião, porque a torre ficava encurralada. Assim como o sistema de controle acústico também não foi eficiente em termos de segurança por permitir que os reclusos ouvissem o que se falava na torre e outras celas.

Portanto, o Panóptico transcendeu a ideologia social da humanização das prisões, ao atribuir à arquitetura prisional a função de instrumento de controle e domínio. A intenção do projeto refletia os interesses políticos de governar através da disciplina e ordem, assim o conceito panóptico prisional se expandiu como mecanismo de controle em várias instituições públicas de carácter social, como hospitais e escolas.

“O Panóptico, também, faz um trabalho de naturalista. Permite estabelecer as diferenças: nos doentes, observar os sintomas de cada um, sem que a proximidade dos leitos, a circulação dos miasmas, os efeitos do contágio misturem os quadros clínicos; nas crianças, anotar os desempenhos (sem que haja limitação ou cópia), perceber as aptidões, apreciar os caracteres, estabelecer classificações rigorosas e, em relação a uma evolução normal, distinguir o que é “preguiça e teimosia” do que é “imbecilidade incurável”; nos operários, anotar as aptidões de cada um, comparar o tempo que levam para fazer um serviço, e, se são pagos por dia, calcular seu salário em vista disso.”(Foucault, 1987, p.226)



IMAGEM 4 | Mosteiro Santa Cruz, Coimbra



IMAGEM 5 | Colégio das Artes, Coimbra



IMAGEM 6 | Liceu Camões, Lisboa

1.2 COLEGIAL

Assim como a arquitetura prisional, a arquitetura escolar do século XVIII surgiu com a mesma intenção do governo em doutrinar as pessoas, tornando assim a escola um instrumento do Estado não só de formação, mas também de controle social.

Até o século XVIII a escola era um privilégio da nobreza que destinava suas crianças, jovens e adultos a um regime de pensão dos próprios mestres. Assim os alunos “pertenciam a uma casa, à família do clérigo ao qual haviam sido confiados, e nesse caso havia uma espécie de compromisso entre a educação pela aprendizagem.” (Aries, 1975, p. 156)

Segundo Filipe Aries em *História Social da Criança e da Família*, “a escola e o colégio que, na Idade Média, eram reservados a um pequeno número de clérigos e misturavam as diferentes idades dentro de um espírito de liberdade de costumes, se tornaram no início dos tempos modernos um meio de isolar cada vez mais as crianças durante um período de formação tanto moral como intelectual, de adestrá-las, graças a uma disciplina mais autoritária, e, desse modo, separá-las da sociedade dos adultos. Essa evolução do século XV ao XVIII não se deu sem resistências. Os traços comuns da Idade Média persistiram por longo tempo, até mesmo no interior do colégio, e, a fortiori, na camada não escolarizada da população.”(Aries, 1975, p. 154)

Visto a necessidade em criar um programa escolar que resolvesse a ausência de separação por idades e conteúdos ministrados pelo mestre em sala de aula, foi feita a Reforma de Passos Manuel em 1836, inspirada no modelo *Lycée* republicano francês. Assim, em 1882 foi construído o Liceu Passos Manuel, ancorado nos princípios republicanos e que abrangia a prática do ensino através da disciplina contínua ao longo do crescimento e formação da criança, fundamentando assim, as bases da estrutura escolar moderna.

Dessa forma, a escola se estabeleceu com os mesmos princípios panópticos de vigilância. Do ponto de vista organizacional, sua tipologia fechada em torno do claustro permitia a visualização de toda a escola, além de facilitar o controle sobre os alunos, permitia que o diretor controlasse também os professores, ao supervisionarem as salas de aula quando circulava na galeria a volta do claustro.

Essa disposição construtiva em torno do claustro, surge entre o século XII e XV através das construções religiosas, nomeadamente os conventos e mosteiros, como é o caso do mosteiro de Santa Cruz em Coimbra, que utilizava o claustro para recolhimento e reflexão dos padres.

Durante o século XVI e XVIII, a função do claustro no Colégio das Artes é atribuída ao pátio de recreio dos alunos, enquanto que no século XIX, a concepção do Liceu

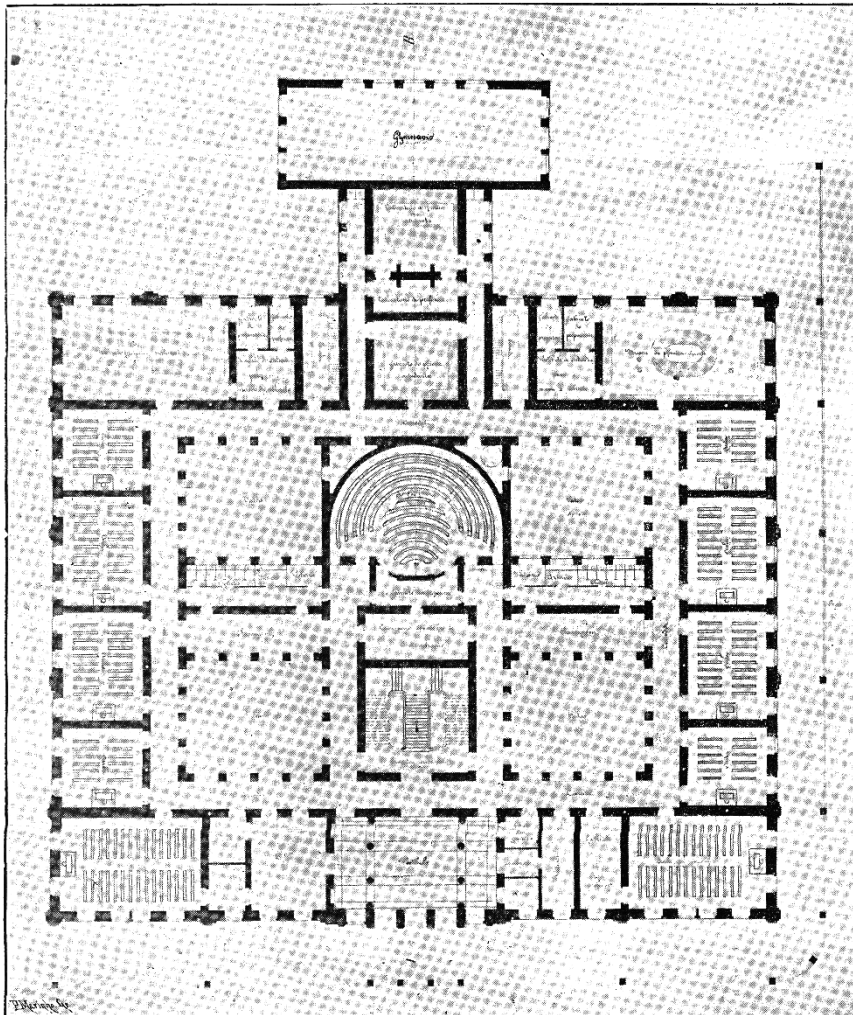


IMAGEM 4 | Liceu Passos Manuel, Lisboa.

Camões, destina ao pátio diversas funções com a introdução da prática desportiva e ampliação do programa escolar.

No âmbito da organização funcional colegial, os Serviços Administrativos se localizavam no eixo principal da entrada, como estratégia de controlar a entrada na escola, e ter posicionamento central perante as atividades escolares.

As salas de aula foram desenhadas de forma a hierarquizar a posição privilegiada do professor sobre os alunos. A organização do espaço não só contribuiu para centralizar as atenções para o professor, já que os alunos eram posicionados em mesas e cadeiras enfileiradas em posição oposta, como também definiu através de mecanismos arquitetónicos, a distinção entre as posições de submissão dos alunos, e de poder do professor. Outra diferença evidente era a distinção de mobília entre os alunos e o professor, que possuía maior requinte de desenho e conforto, afirmando assim sua posição de poder. Contudo, além do controle do Professor, as salas de aulas podiam ser facilmente supervisionadas através das janelas, admitidas através da tipologia arquitetónica claustal.

Essa tipologia além de corresponder as intenções de controle, atendiam as exigências higienista de iluminação e ventilação natural conseguidas através do pátio aberto. Além de permitir melhores condições para a prática do ensino nas salas de aula, o pátio se constituiu como espaço de carácter social na escola, ao promover-se como espaço de convívio e posteriormente como prática do desporto.

1.3 SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS ENTRE O MODELO PRISIONAL E ESCOLAR

Do ponto de vista da composição funcional, tanto o Panóptico quanto o Colegial adotaram uma tipologia concêntrica em que todas as atividades podiam ser facilmente verificáveis pelas autoridades em poder. No caso prisional, como é natural, os mecanismos de controle foram muito mais rigorosos como medida punitiva do que no caso escolar, até porque a liberdade não estava posta em causa.

Como principal diferença entre as composições funcionais, destaca-se a presença da torre centralizada no pátio do Panóptico, que afirma a centralidade e absolutismo do poder, enquanto que os serviços administrativos no modelo Colegial são centralizados no eixo da entrada do edifício, integrado e alinhado a modulação espacial das salas de aula, que conceptualmente não se difere da composição geral do edifício.

No âmbito pedagógico, o Panóptico se distinguiu do Colegial principalmente por se tratar de uma instituição de punição e não de educação, assim sua arquitetura priorizou o encarceramento celular e vigilância absoluta como medida de disciplinar e punir os reclusos, enquanto que no Colegial, apesar da semelhança metodológica disciplinar, a pedagogia foi estruturada para o desenvolvimento do aluno, de forma contínua e orientada, muito focada na disciplina.

Contudo, apesar do Colegial ser uma instituição de ensino, adotou em sua concepção arquitetônica e prática muitos aspectos punitivos do panóptico, nomeadamente os princípios de vigilância e a hierarquização dos espaços que configuraram suas principais zonas disciplinares, respectivamente as salas de aulas no âmbito escolar, e as celas no âmbito prisional.

Se por um lado o recluso em sua cela era disciplinado indiretamente, devido a vigilância a distância que a torre exercia, o aluno em sala de aula era disciplinado diretamente pela figura do professor. Assim, os princípios prisionais e escolares convergem no âmbito da vigilância, mas se diferenciam pela organização espacial e pelos elementos arquitetônicos de controle.

Nas celas, outros mecanismos influenciavam a prática disciplinar repressiva, como o aspecto vazio da cela, a opressão das grades que delimitavam o espaço do recluso minimamente dimensionado, e o controle visual e acústico que excluía sua privacidade. Já nas salas de aulas, o controle se exerceu primordialmente através da organização espacial, nomeadamente a disposição mobiliar que colocava o professor numa posição de autoridade, mas também de elementos construtivos como as janelas que permitiam a vigilância externa a sala de aula. Em relação ao pátio, os projetos se assemelham em sua concepção centralizada, no entanto o uso do pátio no panóptico estava atribuído estritamente a vigilância, enquanto que no modelo Colegial, o pátio foi utilizado como espaço social que permitia o convívio escolar.

2. CONSTRUÇÃO DE MODELOS DE REGULAÇÃO

Em Portugal, as reformas liberais da primeira metade do século XIX impõem uma transformação radical da relação do sistema monárquico com a construção da sociedade. Informado pelo liberalismo francês, o Estado promove um conjunto de ações com o objetivo de modernizar a sociedade mas também de a governar e controlar. As transformações mais significativas são focadas nas infraestruturas do território – as estradas e o caminho-de-ferro - e nos equipamentos sociais – as escolas, as prisões, os hospitais, os mercados, etc.

Esta ação concertada é pensada nos primeiros governos, como o de Passos Manuel, mas só se implementa nos governos de Fontes Pereira de Melo, a partir da segunda metade do século. Assim, a arquitetura destas obras públicas surge num quadro político bem delimitado e apoiado num aparato legislativo que estabelece de forma precisa os valores, as regras, as práticas e os processos de construção e funcionamento das instituições do Estado.

As Reformas de Passos Manuel em 1836 tiveram especial impacto na reestruturação social através da Regulamentação dos equipamentos públicos, sobretudo os de ordem social no que se insere as instituições de ensino e de punição. Assim, esta Reforma contribuiu para a consolidação do sistema educacional e do sistema prisional moderno no país.

Prisões – Reforma Penal e de Prisões de 1867

Do ponto de vista prisional, “a lei que passou a regular os nossos serviços prisionais, publicada em 28 de Maio de 1836, e que serviu de base à execução de todos os edifícios prisionais a construir em Portugal, estabeleceu o regime interno das prisões, as normas para a execução das sanções privativas de liberdade, a estrutura das curtas penas de prisão, o regime das longas penas privativas de liberdade, quais os tipos de estabelecimentos prisionais a construir quanto aos diversos grupos de delinquentes, as directrizes a observar na construção dos edifícios, as novas orientações a seguir quanto aos serviços de observação dos reclusos, especialmente os que careçam de assistência psiquiátrica, permitiu a criação de um serviço social dentro das cadeias e, tornou o trabalho obrigatório para todos os presos qualquer que seja a pena a que estejam condenados, até mesmo para aqueles que estejam detidos preventivamente.” (Ministério da Justiça, 1961. p.14)

Em consequência dessa lei, em 1840 foi apresentado na Câmara dos Deputados do Projeto de Lei de Reforma das Prisões, da responsabilidade do deputado José Maria Grande; nele se propunha a construção de duas cadeias penitenciárias centrais (SIPA,n.d)

Entretanto, apenas em 1856 “o Juiz Manuel Tomás de Sousa Azevedo empreende uma viagem de estudo à Europa (França, Inglaterra, Bélgica e Suíça), tendo visitado diversas prisões e estabelecimentos penitenciários; deste périplo resultou um relatório entregue ao Ministro dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça no ano seguinte” (SIPA,n.d). Esta iniciativa regista a vontade do país em construir o que havia de mais moderno internacionalmente através de referências europeias e americanas a fim de trazer o modelo arquitetónico prisional mais adequado.

Contudo foi a Reforma Penal e de Prisões de 1867 que teve especial impacto na transformação do quadro carcerário português uma vez que a abolição da pena de morte repercutiu em diversas transformações sociais e arquitetónicas para atender a nova realidade de reabilitar o recluso e reinseri-lo na sociedade.

“Numa carta de Vitor Hugo, conhecido ativista da causa da abolição da pena de morte, enviada a Brito Aranha, a 15 de Junho de 1867, é expressa a felicitação a Portugal pela aprovação da Lei: *Portugal acaba de abolir a pena de morte. Acompanhar este progresso é dar o grande passo da civilização. Desde hoje, Portugal é a cabeça da Europa. Vós, Portugueses, não deixastes de ser navegadores intrépidos. Outrora, íeis à frente no Oceano; hoje, ides à frente na Verdade. Proclamar principias é mais belo ainda que descobrir mundos.*”(Arquivo Nacional Torre do Tombo,n.d)

A Reforma Penal e de Prisões de 1867 determinou a construção de três cadeias penitenciárias no país e representou assim, a mudança do quadro penal do Antigo Regime. Em 1873 iniciou-se a construção da penitenciária de Lisboa, contudo, em 29 de Novembro de 1884, foi criado o *Regulamento Provisório da Cadeia Geral Penitenciária de Lisboa*.

Um ano após este Regulamento, em 1885, foi inaugurada a Cadeia Geral Penitenciária de Lisboa, além de representar um marco para a mudança da execução da pena no país, também influenciou a construção das próximas penitenciárias, como a Cadeia Geral Penitenciária de Coimbra, inaugurada em 1901.

A Reforma do Ensino de 1836

Já no âmbito educacional “A instituição do liceu ocorre no momento crítico da afirmação do liberalismo na sociedade oitocentista portuguesa. A Constituição de 1822, elaborada a partir da Revolução Liberal de 1820, estabelece os valores do progresso e da liberdade no contexto de um governo monárquico e de uma sociedade profundamente marcada pela igreja católica. Estas circunstâncias criam as condições para um compromisso político e cultural que vai permanecer até à instauração da República em 1910.”(Moniz, 2002, p. 10)

Contudo no contexto escolar, os ideais liberais começam a ser introduzido através da Reforma do ensino feita por Passos Manuel em 1836, onde pretendia “renovar através da escola a sociedade portuguesa, defendendo que o progresso da sociedade industrial assenta numa instrução técnica, científica e artística ancorada no ensino secundário.”(Moniz, 2002, p. 10)

Nesse sentido “esta renovação nasce com o objectivo progressista e liberal de acompanhar o desenvolvimento civilizacional que as revoluções liberais e industriais provocaram na Europa. Ao ensino secundário cabe agora, através do liceu, conferir os conhecimentos científicos e técnicos *indispensáveis aos usos da vida no estado actual das sociedades.*”(Moniz, 2002, p. 101)

No entanto, com a extinção das ordens religiosas em 1834, muitos conventos foram aproveitados para equipamentos escolares e as ideias higienistas e reformadoras de Passos Manuel só se concretizaram através do projeto do Liceu Passos Manuel em 1882 em Lisboa.

Assim, surgiram os regulamentos como compromisso do Estado em normalizar as instituições públicas e de adequá-las as exigências de uma sociedade em constante transformação. Considerando a importância desses regulamentos para as transformações sociais portuguesa, nomeadamente o *Regulamento Provisório da Cadeia Geral Penitenciária de Lisboa*, decretado em 1884 e o *Plano dos Liceus Nacionais*, decretado em 1836, pretende-se analisa-los comparativamente no âmbito ideológico, dos interesses institucionais e no âmbito educacional, do aspecto punitivo e do aspecto de ensino.

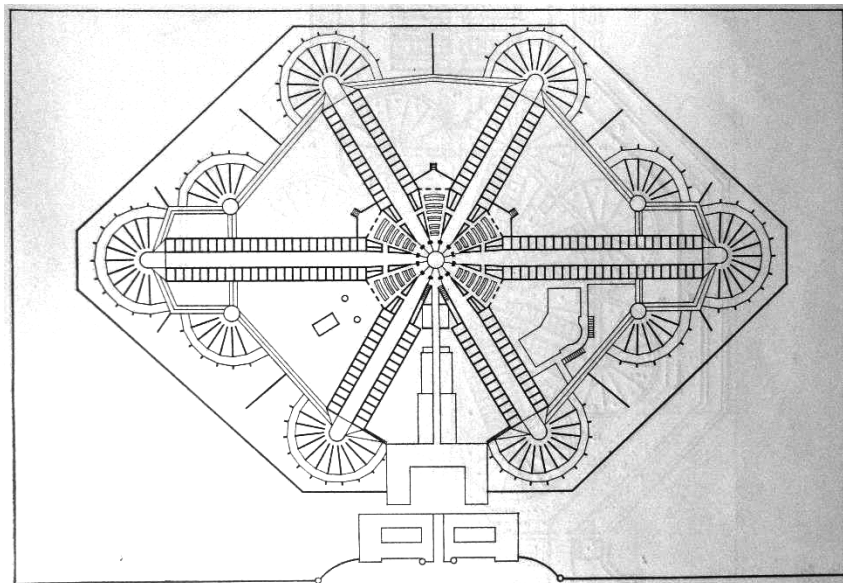


IMAGEM 8 | Planta Baixa original, Penitenciária de Lisboa



IMAGEM 9 | Penitenciária de Lisboa

2.1 REGULAMENTO PROVISÓRIO DA CADEIA GERAL PENITENCIÁRIA DE LISBOA, 1884

O Regulamento Provisório da Cadeia Geral Penitenciária de Lisboa foi decretado em 20 de novembro de 1884 e estabeleceu uma série de rigorosas normas construtivas, práticas e de funcionamento do sistema prisional, a fim de cumprir as sucessivas exigências impostas através das reformas no âmbito penal e prisional. Portanto, em 15 de Janeiro de 1885 foi executado através da inauguração da Cadeia Geral Penitenciária de Lisboa.

O projeto penitenciário foi de Ricardo Júlio Ferraz e correspondeu a uma tipologia pavilhonar radial com capacidade para quinhentos reclusos do sexo masculino em cumprimento de pena superior a dois anos. Seguiu o sistema americano de Filadélfia que acreditava que o completo isolamento do condenado em prisão celular, o trabalho obrigatório e o culto religioso em cela iriam recuperá-lo para retornarem a sociedade.

“As ideias da «escola penal correccionalista», ou «escola clássica» do direito penal, saídas do Iluminismo, vão influenciar demoradamente o pensamento em Portugal relativo ao crime e à sua penalização. Autor paradigmático desta corrente, Cesare Beccaria é geralmente referido como tendo revolucionado a forma de perceber o crime e o modo como este devia ser penalizado. Após a publicação, na cidade de Milão em 1764, da sua obra *Dos Delitos e das Penas*, a divulgação das suas ideias, aliada a outras contribuições dos filósofos iluministas e dos pensadores utilitaristas e humanistas, vai modelar as reflexões que o crime e a justiça penal suscitaram em Portugal. A sua influência foi tão duradoura que, em 1888, A. A. Castelo Branco, director da Penitenciária de Lisboa, única então existente no país, afirmará que nesta altura, em Portugal, se mantém a tendência para «modificar as leis penais no sentido das doutrinas beccarianas e de um sentimento humanitário», o que levava a que se desse «à penalidade uma feição moralmente reformadora dos criminosos». Estas ideias teriam influenciado «nos últimos vinte e um anos a legislação criminal portuguesa».”(Vaz, 1888, p. 1)

Portanto, o Regulamento Provisório da Cadeia Geral Penitenciária de Lisboa surgiu no âmbito da humanização da pena, tanto para regularizar os princípios higienistas, quanto para regularizar o comportamento social através da privação da liberdade em regime celular.

Apesar dos princípios humanistas e da intenção em reformar o criminoso, este regulamento, apresentou maior ênfase no aspecto repressivo do que no aspecto da correção através da pena.

Pretende-se analisar neste Regulamento, os elementos que o Estado priorizaram para a regulamentação do sistema prisional, e que conseqüentemente influenciaram o percurso da execução da pena em Portugal.

De forma a regulamentar o sistema prisional, foi necessário criar o Conselho Geral Penitenciário para estruturar e administrar os serviços prisionais, dessa maneira o

Estado hierarquizou o poder dessa instituição colocando o controle principalmente nas mãos de profissionais da Justiça, nomeadamente juizes, advogados, e integrando uma participação mínima de engenheiro, médicos e professores, como se pode ver através do Artigo 7º e 8º:

Primeiramente foi “creado junto do ministerio da justiça um conselho geral penitenciário, o qual se comporá de vogaes natos e electivos:

Artigo 7º, são vogaes natos: O ministro e secretario d’estado dos negócios eclesiásticos e de justiça, que servirá de presidente;

O conselheiro procurado geral da corôa e fazenda, que servirá de vice-presidente;

O juiz conselheiro do supremo tribunal de justiça que for nomeado por decreto;

O juiz da relação de Lisboa que for nomeado por decreto;

O juiz relator do tribunal superior de guerra e marinha;

Os conselheiros directores geraes do ministérios dos negócios ecclesiasticos e de justiça;

O juiz de direito do districto criminal da comarca de Lisboa, em cuja circumscripção está sita a cadeia penitenciária;

O professor da escola médico-cirurgica de Lisboa que for nomeado por decreto;

O professor da escola polytechnica que for nomeado por decreto.

Artigo 8º, são seis os vogaes electivos, a saber:

Dois advogados eleitos pela associação dos advogados de Lisboa;

Dois sócios effectivos da academia real das sciencias eleitos pela mesma academia;

Um medico eleito pela sociedade das sciencias medicas de Lisboa;

Um engenheiro architecto eleito pela associação dos engenheiro civis.”(Regulamento Provisorio da Cadeia Geral Penitenciarria do Districto da Relação de Lisboa, 1884)

Portanto, pode-se concluir que a criação do Conselho Geral Penitenciário no Ministério da Justiça, através do artigo 7º, priorizou os interesses políticos e económicos do Estado em destinar a responsabilidade dos serviços prisionais primordialmente a membros da justiça e de negócios eclesiásticos, favorecendo o controle da instituição.

Porém, esta composição não integrou profissionais que contribuíssem para o crescimento e saúde psicológica do recluso, fator fundamental para seu desenvolvimento, e que portanto, a questão da humanização da pena ficou limitada as condições higienistas da arquitetura prisional.

Do ponto de vista do acompanhamento da execução da pena, era de responsabilidade do diretor fazer um relatório do percurso de casa recluso, contudo, é claro que em um estabelecimento prisional de quinhentos reclusos, esse acompanhamento unidirecionado ao diretor, tanto era ineficiente pela quantidade de reclusos, como também tratava-se de um relatório ligado somente a frequência do recluso em oficinas ou aulas, ou relatos de mal comportamento e castigos que

receberam, sem apresentar uma análise mais aprofundada e conseqüentemente não apresentava resultados.

Segundo o artigo 12º, o Conselho intermediava as relações prisionais entre o Estado e o recluso:

Era também da responsabilidade do Conselho “recomendar ao governo, ouvido o director da cadeia penitenciária, em relatório fundamentado, a proposição ao poder moderador do perdão ou diminuição das penas cominadas aos condenados, que, tendo cumprido as duas terças partes do tempo da prisão celular, houveram dado provas de completa regeneração.”

Do ponto de vista da admissão do recluso, é clara a preferência do Estado em destinar o regime de prisão celular à reclusos mais jovens e com menos histórico criminoso. Se por um lado, esse perfil do recluso podia facilitar o funcionamento da prisão, favorecendo os interesses do Estado, pelo lado do recluso, representava um critério de seleção discriminatório uma vez que o próprio regulamento discriminava pessoas mais velhas e com histórico de registo criminal.

“Na execução do disposto no artigo 11º do presente decreto a comissão do conselho penitenciário tomará em consideração o numero de cellas disponíveis, e observará em relação aos condenados a seguinte ordem de preferência:

1º Os menores de vinte e um anos condenados a prisão maior celular por tempo não excedente a quatro annos, ainda que tenham soffrido já outra condemnação, preferem a todos os outros condemnados;

2º Em desigualdade de penas, o condemnado a pena menos grave, prefere aos condemnados em penas mais graves;

3º Em igualdade de penas serão preferidos:

a) Os condemnados que não tiverem soffrido outra condemnação em relação aos que a tenham soffrido.

b) Os condemnados mais novos em relação aos de mais idade”

No âmbito do trabalho prisional, nas Disposições Gerais do Regulamento, o artigo 4º determinou que “os presos, em cumprimento de prisão maior celular, que não forem competentemente declarados incapazes de trabalhar por doença, idade avançada ou por outro fundamento legitimo, serão obrigados a trabalhar dentro da respectiva cella, ou em compartimentos adequados para esse efeito, e poderão ser occupados em serviços internos, quando compatíveis com o regimen disciplinar da



IMAGEM 10 | Sala de aula da Penitenciária de Coimbra



IMAGEM 11 | Sala de trabalho da Penitenciária de Coimbra, depois da adopção do trabalho comum em rigoroso silêncio.

cadeia.”(*Regulamento Provisorio da Cadeia Geral Penitenciaria do Districto da Relação de Lisboa*, 1884, cap. 1)

Esta imposição obrigatória do trabalho ao recluso era defendida pelo Estado como método de reabilitação, contudo, o próprio Estado se beneficiava da mão-de-obra escrava promovida pela reclusão dos condenados. Assim, as penitenciárias adquiriram o carácter industrial integrando-se a produção económica do país.

No âmbito educacional, foi determinado nos seguintes artigos:

Artigo 6.º Os presos que não souberem alguma arte ou ofício receberão durante o cumprimento da pena a instrução necessária e relativa ao trabalho e preparação dos meios de existência honesta depois da soltura, tendo-se em conta a sua posição social anterior ao crime.

Artigo 7.º Os presos, que, d’isso careçam, receberão na cadeia a instrução primaria, e, sempre que seja possível, as noções scientificas mais necessárias e uteis para o bom desempenho da sua arte ou profissão.

Igualmente receberão, quando seja preciso, a intrução moral e religiosa.

Segundo essa perspectiva desses artigos, a instrução educacional na prisão só se destinava aos que não tinham formação escolar ou profissional, o que demonstra que a educação no âmbito prisional, ao invés de servir como medida regenerativa do recluso, funcionava como forma de qualifica-los para a mão-de-obra dos serviços prisionais.

Além de que esta presente no artigo 7º que a instrução moral e religiosa era vista pelo Estado como algo secundário ao tratamento do recluso, quando na realidade a sua reinserção na sociedade depende muito mais do seu acompanhamento individualizado devidamente acompanhado por psicólogos e assistentes sociais do que propriamente a imposição obrigatória do trabalho.

A prática de ensino na prisão era rigorosa e obrigatória, com exceção aos idosos e doentes, e dividiu por classes, os presos de acordo com o grau de conhecimento, como se pode ver nos seguintes artigos:

“Art. 89º O professor e o seu adjunto dividirão entre si a instrução dos presos segundo as tres classes seguintes:

1º A dos analphabetos e dos que lêem mal;

2º A dos que sabem ler e escrever, mas que não sabem contar, ou contam mal;

3º A dos que sabem ler, escrever e contar.

Art. 90º Os presos, antes de serem admittidos na escola deverão ser examinados pelos professores para o effeito da sua classificação, que tem de ser mencionada n'um registo especial a cargo os mesmos professores.

Art. 91º Sómente serão pelo director dispensados da frequencia da escola os individuos que não careçam do ensino e aquelles que pela sua velhice, fraqueza de intelligencia ou Perversidade extrema, estejam no caso de não colher fructo algum das lições dos professores.

Art. 92° O ensino será dado na capella, não podendo algum aluno levantar a voz para pedir qualquer explicação, mas somente indicar aos professores que tem necessidade de ser esclarecido, mostrando-lhe para esse effeito o numero que corresponder ao da cella.”

Do ponto de vista do programa de ensino, foi estabelecido no artigo 93°:

“O ensino escolar comprehende:

1° A instrucção moral;

2° A leitura;

3° A escripta;

4° A arithmetica;

5° As noções elementares de grarnmatica, de historia e de geographia de Portugal;

6° Os elementos de geometria e de desenho linear, que mais applicação possam ter no desempenho das profissões industriaes dos presos.”

O artigo 95° determinava aula cinco vezes por semana, durando cada lição uma hora em cada um dos cinco dias, enquanto que o artigo 96°, determinou uma comissão composta do director, do subdirector, do capellão e dos professores, para proceder de seis em seis meses a avaliação dos reclusos, a fim de se conhecer os progressos de cada classe e de cada aluno.

Do ponto de vista das visitas, não eram utilizadas como método de reabilitação do recluso, mas como premiação aos que obedecessem rigorosamente a disciplina prisional, usando assim o benefício da visita como um elemento de troca pela obediência:

“Artigo 8.° Alem das communicações necessárias com os empregados da cadeia, poderão os presos, em conformidade com as disposições d’este regulamento, ser visitados por seus parentes e amigos, por membros de associações e outras pessoas que se consagrem à sua instrução e moralização.

A visita de parentes e amigos dos presos somente lhes será permittida como premio do seu bom proceder.”

Do ponto de vista das regulamentação das atividades e comportamento do recluso foi definido:

“Artigo 9.° Os presos deverão ter exercícios quotidianos, ao ar livre, nos pateos ou dependências da cadeia; de modo, porém, que não tenham entre si communicação alguma, nem possam conhecer-se.”

No âmbito das punições para os reclusos que desobedecessem a ordem foi definido:

“Art. 218° As penas disciplinares são:

1° Privação do trabalho, da leitura, das gratificações, das visitas e de outros favores concedidos neste regulamento, até um mez:

2° Alimentação a pão e agua, até oito dias;

- 3° Reclusão n'uma cella especial, ou n'uma cela escura;
- 4° Perda das recompensas que porventura lhes tenham concedido”

Assim, a pena da privação da liberdade, além de excluir a vida social do recluso, excluía também a possibilidade de manter os laços familiares, diminuindo suas chances de ser reinserido na sociedade, já que o ex-recluso muitas vezes era abandonado e marginalizado não só pela comunidade mas também pela própria família.

Esta é uma consequência da sua despersonalização refletida pelos mecanismos de controle e disciplina presente na arquitetura prisional e que colabora para o afastar de sua identidade, induzindo-o ao comportamento imposto pelas autoridades.

A prioridade pela disciplina e controle refletiu também em limitações de convívio social para os guardas que passavam mais tempo dentro da prisão que fora, e em especial o diretor, que apesar de sua posição privilegiada de poder, estava condicionado a viver também na prisão, incorporando assim a casa do diretor ao programa prisional. “Artigo 47.º O director tem obrigação de habitar na casa em que lhe está destinada, não podendo se ausentar-se de Lisboa sem licença, nem sair do estabelecimento sem que o communique ao sub-director, para por elle ser substituido.”

Portanto, a instituição prisional apesar de assumir a função da reintegração do recluso a sociedade, baseado nos princípios correcionais, seus mecanismos de vigilância e controle estabeleceram maior repressão e isolamento do que os fatores favoráveis à reintegração.

2.2 PLANO DOS LICEUS NACIONAIS DE PASSOS MANUEL, 1836

“A instituição do liceu ocorre no momento crítico da afirmação do liberalismo na sociedade oitocentista portuguesa. A Constituição de 1822, elaborada a partir da Revolução Liberal de 1820, estabelece os valores do progresso e da liberdade no contexto de um governo monárquico e de uma sociedade profundamente marcada pela igreja católica. Estas circunstâncias criam as condições para um compromisso político e cultural que vai permanecer até à instauração da República em 1910.

Porém, só com a revolução de Setembro de 1836 é possível repor os ideais liberais, ultrapassando a resistência das facções mais conservadoras que governavam o país desde a guerra civil (1832-1834). O deputado nortenho Manuel da Silva Passos lidera, a partir desse momento, um ministério apoiado pela burguesia industrial urbana aliada à classe dos comerciantes, contra o predomínio dos proprietários rurais e da alta burguesia. A sua política ditatorial, o *Setembrismo*, coloca de novo em vigor os ideais da Constituição de 1822, disciplina as finanças e a administração pública e empreende uma reestruturação das instituições culturais e educacionais. É dentro deste enquadramento que toma medidas reformistas numa área que estava reconhecidamente em crise: o ensino secundário.” (Moniz, 2002. p. 10)

O Plano dos Liceus Nacionais foi elaborado a partir das “ideias de Almeida Garrett, expressas no texto *Da Educação*, e as propostas de Alexandre Herculano, fixadas no projecto de reforma geral dos estudos (1834). [...] Por um lado, Garrett escreve *Da Educação* (1829) onde defende uma reforma na continuidade das escolas menores pombalinas, isto é, uma “educação nobre” para formar moral e intelectualmente o homem. A sua exigência centra-se na qualidade do ensino privilegiando as humanidades e os clássicos mas também incluindo a conveniência das ciências naturais e das ciências aplicadas. [...] Por outro lado, Herculano é o principal crítico do “quadro tenebroso” em que se encontra o ensino [...] e defende um ensino relacionado com as profissões produtivas e que dê aos educandos “uma cultura geral do espírito adequada ao seu tempo e às suas necessidades” (Moniz, 2002, p. 11)

Inspirada nas ideias republicanas francesas do *lycée*, “o Plano dos Liceus Nacionais representou a intenção em mudar o quadro escolar português, distanciando-se do absolutismo do poder monárquico e eclesiástico que destinava a prática do ensino somente a nobreza, e portanto, defendendo “o dever de frequentar a escola e decretando que as aulas dos Lyceus são públicas” (Moniz, 2002. p.10)

A democratização do ensino estava intrinsecamente ligada a intenção do Estado em disciplinar a sociedade através de formação contínua do indivíduo, tanto para integra-lo a sociedade em desenvolvimento industrial, que carecia de mão de obra qualificada, como também para formá-lo como cidadão cumpridor das leis, favorecendo os interesses do Estado através da ordem social.

“O artigo 63º mandava criar um Conselho do Liceu, dependente da Direcção Geral dos Estudos, para tratar dos aspectos formais e científicos da vida de cada escola, conferindo o artigo 64º a este Conselho seis grandes atribuições, a quarta das quais seria “A confecção dos Regulamentos especiaes, necessarios para a boa ordem, disciplina, e economia do Lyceo....”

Destaca-se nesta reforma, finalmente, o artigo 66º que, ao definir as atribuições do Reitor, lhe cometia, entre outras tarefas, a de dar “...execução às Leis, aos Regulamentos, e às deliberações do Conselho...”, de onde se depreende que também às leis, regulamentos e deliberações de natureza disciplinar que viessem a ser elaboradas pelo Conselho de cada liceu.” (Carlos De Oliveira Casulo, n.d. p.2)

Desse modo, a escola surgiu como instrumento de regulação social em que “a educação era justificada, assim, como a operação capaz de levar as crianças e os jovens a incorporar as regras sociais pela via da inteligência e do conhecimento racional.”(Ó, n.d., p. 47)

“Passos Manuel pretende fazer dos liceus “uma espécie de academias distritais, que servissem não só como estabelecimentos de instrução, mas também como centros de cultura”. Neste sentido, a reforma recomenda a integração de novas unidades programáticas relacionadas com a abertura do ensino às disciplinas científicas e à cultura geral: uma Biblioteca, um Laboratório Químico, Gabinetes de Física, de Mecânica e de História Natural e, como anexo, um Jardim Botânico. Estes novos espaços actualizam os programas para as construções escolares, introduzindo-lhes novas questões formais e funcionais.”(Moniz, 2002, p.12)

Anteriormente a Reforma, os alunos de diferentes idades assistiam aulas no mesmo espaço com o mesmo professor, portanto do ponto de vista pedagógico a Reforma de 1836 previu a separação dos alunos em turmas de acordo com suas idades, em que a instrução fosse adequada a sua capacidade de aprendizagem, tornando o processo de aprendizagem gradativo e contínuo.

Segundo Foucault, a organização de um espaço serial foi uma das grandes modificações técnicas do ensino elementar. Permitiu ultrapassar o sistema tradicional (um aluno que trabalha alguns minutos com o professor, enquanto fica ocioso e sem vigilância o grupo confuso dos que estão esperando). Determinando lugares individuais

tornou possível o controle de cada um e o trabalho simultâneo de todos. Organizou uma nova economia do tempo de aprendizagem. Fez funcionar o espaço escolar como uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar, de recompensar. (Foucault, 1987, p.173)

No âmbito pedagógico, o Plano Nacional dos Liceus determinou um regime escolar rígido e complexo que “aponta o dia 1 de outubro para a abertura das aulas e o dia 31 de julho para o seu término. A semana seria composta por 5 dias sendo que a Quinta-Feira, o Domingo e os dias Santos eram considerados como dias de descanso. As aulas decorriam de manhã e de tarde e estavam estimadas em duas horas, à exceção de latim, cujas aulas tinham lugar duas vezes por dia.” (Grilo, n.d., p. 4)

O professor tinha o dever de instruir cientificamente e moralmente o aluno, estabelecendo uma relação hierárquica de poder e de submissão. Contudo, a prática autoritária do ensino não se resumiu a hierarquia política escolar, mas foi refletida também em sua concepção arquitetônica através de dispositivos de controle e de disciplina.

“O artigo 25º previa a criação, pela “...Autoridade competente...”, de orientações regulamentares que, entre outros assuntos, tratassem dos “...castigos [...] e policia das Escólas...”.

Adiante, no artigo 58º, estipulavam-se três normas para o regime de faltas: seis faltas injustificadas implicariam que o aluno fosse preterido nos exames; vinte faltas injustificadas acarretariam consigo a reprovação do faltoso; sessenta faltas justificadas também dariam origem a reprovação.” (Carlos De Oliveira Casulo, n.d. p.1)

Neste sentido, a escola passa a desempenhar uma função social, política, e ideológica em que o Estado através da “reforma centraliza a instalação dos Liceus nas capitais de distrito, num total de dezassete (um para cada capital e dois para Lisboa), e permite a criação de escolas particulares para o ensino primário e secundário.

Consciente da importância estruturadora deste equipamento na cidade e da necessidade de garantir os princípios higienistas, Passos Manuel define no artigo 56 do decreto-lei que “os Lyceus serão estabelecidos em edifícios públicos, bem situados e saudáveis, e, quanto poder ser, apropriados à boa ordem e economia das aulas. Em cada uma das capitais dos Districtos Administrativos será destinado e preparado para aquelle fim o edificio publico que for conveniente” (Moniz, 2002, p. 11)

Por falta de recursos financeiros para novas construções, os Liceus foram instalados em edifícios religiosos desativados, devido ao fim das ordens religiosas, e em edifícios públicos como hospitais abandonados que foram reapropriados para a prática do ensino. Porém, do ponto de vista da proposta pedagógica, a infraestrutura desses

edifícios não compreendiam todas as necessidades funcionais e higiênicas estabelecidas na Reforma de 1836.

Além de que, o Plano Nacional dos Liceus determinou que as aulas eram públicas, mas o sistema de ensino era pago o que demonstra “a prevalência de um ensino sobretudo destinado à classe burguesa. [...] E “contrariando a noção de «público» só quem dispunha de poder económico é que podia frequentar este ensino.” (Grilo, n.d., p. 4)

A seguir, “relativamente ao decreto de 20 de Setembro de 1844 (resultante das hipóteses apresentadas por Agostinho Albano e por José Maria Grande), foi proposto um novo tipo de ensino – a instrução industrial - que visava preparar melhor as classes industriais - uma burguesia capitalista - para o exercício da sua profissão.”(Grilo, n.d., p. 2)

Com o decreto de 1844 houve uma redução do currículo e “verifica-se um aparente endurecimento da disciplina curricular. Deste modo, o *Conselho Superior de Instrução Pública* promove uma inspeção mais rigorosa, pretendendo acabar com as aulas em casas particulares, pois, as mesmas, representavam um retrocesso pedagógico, visto, não se adaptarem aos novos planos curriculares.”(Grilo, n.d., p. 4)

A segunda metade do século XIX correspondeu a um processo lento de transformação para a implantação dos ideais liberais e só em 1860 foi inaugurada o primeiro Liceu construído de raiz, o Liceu de Aveiro.

Apesar do Plano Nacional dos Liceus não ter alcançado o objetivo de criar um Liceu por distrito e dois em Lisboa, teve particular relevância por representar os princípios fundamentais que impulsionaram a constituição do ensino moderno nacional, nomeadamente a partir “da Reforma de Jaime Moniz em 1894-95 e da Reforma de Eduardo Coelho em 1905, o ensino liceal experimenta um forte impulso de modernização. Põe-se termo à instabilidade vivida até então, propondo a sua articulação e a organização a nível nacional, assente na adopção do regime simultâneo de ensino por classes, e atribuindo-se uma maior importância às disciplinas de carácter científico e ao ensino activo e experimental, bem como às questões higienistas e de saúde escolar, responsáveis pela promoção de novas práticas higiénicas e pela obrigatoriedade da prática de exercício físico.”(Mestre & Aleixo, 2010, p. 2)

Apesar da importância que a Reforma de 1836 representou para a transformação do quadro de ensino português, foi no final do período da monarquia que ocorreram as maiores especificações e regulamentações que estruturaram o ensino nacional através da Reforma de Jaime Moniz entre 1880 e 1894.

Além da ampliação do programa escolar, como a introdução da prática desportiva, esta Reforma buscou manter uma ordem gerida por uma série de elementos, desde o tempo de permanência na escola que foi ampliado em razão de construir uma rotina de hábitos que induzissem o boa conduta do aluno através da repetição, como também uma sequência de avaliações que iriam testar o rendimento de aprendizagem do aluno em cada disciplina ao longo do curso.

“Havia mesmo uma hierarquia de penalidades estabelecida por grau de gravidade a qual decorria, uma vez mais, das variáveis da idade mental e escolar: as

faltas cometidas pelos alunos reputavam-se tanto mais graves quanto mais elevado era "o grau da classe" a que o aluno pertencia ou a sua "idade", embora ainda se mantivessem algumas das antigas modalidades da clausura policial e da separação do infractor do resto do grupo para os alunos da primeira secção.”(Ramos do Ó, 2009, p.36)

Portanto, “o dispositivo construído pela Reforma de Jaime Moniz, no ocaso do século XIX, mostraria a sua força estruturante em todas as décadas subsequentes da história do ensino liceal em Portugal”(Ramos do Ó, 2009, p.38).

Dessa forma, o ensino nacional se consolidou ancorado nos princípios disciplinares da ordem, da vigilância e avaliações constantes por parte da escola e que acompanhariam o crescimento do indivíduo por fases de acordo com a faixa etária, graduando a prática do ensino ao longo dos anos letivos e já preparando o aluno para a continuidade dos estudos no ensino superior.

2.3 ANÁLISE COMPARATIVA

REGULAMENTO PROVISÓRIO DA CADEIA GERAL PENITENCIÁRIA DE LISBOA, 1884

PLANO DOS LICEUS NACIONAIS, 1836

Esses regulamentos além de iniciarem o processo de transformação da sociedade portuguesa monárquica para republicana, estabeleceram os princípios fundamentais que estruturaram as instituições públicas modernas de ordem social.

Nessa perspectiva, pretende-se analisar comparativamente a complexidade regulamentar, o princípio da docilidade instituída em ambas instituições, o programa de espaços, a hierarquia e o conhecimento científico aplicadas em âmbitos distintos, o prisional e o escolar.

Complexidade Regulamentar

Comparado ao Plano dos Liceus Nacionais, o Regulamento Provisório da Cadeia Geral Penitenciária apresentou maior complexidade regulamentar que determinou minuciosamente desde as instalações arquitetônicas, composição do Conselho Geral Penitenciário, deveres e direito dos reclusos e funcionários entre outras normas que serviram como base para as novas construções prisionais contribuindo assim para a padronização dos serviços institucionais penitenciários.

Enquanto o Plano dos Liceus Nacionais, “assente num regime de ensino por disciplinas e sem um plano que as articule, deixa numerosos pontos por esclarecer, nomeadamente, o número de anos de frequência do curso liceal, as matérias a leccionar em cada ano e a sua carga horária.”(Mestre & Aleixo, 2010, p. 2) Contudo, é importante considerar que este plano foi elaborado 52 anos antes que o Regulamento Provisório da Cadeia Geral Penitenciária e portanto apresentou menos solidez em sua concepção.

No âmbito dos interesses institucionais, tanto a instituição prisional quanto a instituição escolar surgiram no âmbito dos interesses políticos de regulamentar, através da disciplina e do controle, a sociedade que se encontrava em crescimento desordenado.

Portanto, essas instituições surgiram como mediadoras entre o poder do Estado sobre a população, e foi através dos regulamentos que o Estado buscou padronizar as instituições e conseqüentemente disciplinar e uniformizar o comportamento social.

Docilidade

Segundo Foucault, a teoria do “Homem-máquina” de La Mettrie é ao mesmo tempo uma redução materialista da alma e uma teoria geral do adestramento, no centro dos quais reina a noção de “docilidade” que une ao corpo analisável o corpo manipulável. É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado.”(Foucault, 1987, p. 163)

Nessa perspectiva da “docilidade”, essa teoria permitiu o Estado configurar a sociedade do ponto de vista da instrução através da instituição de ensino, e do ponto de vista da punição, através da instituição penitenciária.

No âmbito educacional, ambos os Regulamentos, utilizaram a disciplina como método de “adestramento” pela prática da repetição e criação do hábito, contudo, no regulamento escolar a disciplina foi direcionada para a instrução intelectual e moral, apesar de corresponder a um sistema hierárquico e autoritário que por vezes utilizava a punição para disciplinar o aluno.

Enquanto no regulamento penitenciário, a disciplina priorizou o aspecto da punição através do isolamento e privação da liberdade, em que a instrução estava destinada através da prática obrigatória do trabalho e das aulas lecionadas na capela, contudo os reclusos eram obrigados a usarem capuz e não podiam se comunicar entre si nem com os funcionários, contribuindo para a sua submissão a uma instituição com carácter mais opressor que reabilitador.

Programa dos espaços

O carácter obrigatório do trabalho e escola na instituição prisional, ampliou o programa prisional ao introduzir espaços destinados a sala de aula e a oficinas de trabalho, assemelhando-se ao programa escolar.

Contudo, o carácter punitivo da pena enrijecia o uso desses espaços de aprendizagem, em função da rígida disciplina em isolar o recluso.

Portanto, pode-se verificar a semelhança na composição programática prisional e escolar, desde a organização dos espaços destinado as salas de aula, como as áreas de lazer destinadas ao pátio, além da centralização dos serviços administrativos no projeto.

Hierarquia

A hierarquia tanto foi estabelecida através do espaço, com a centralização do setor administrativo no projeto, posição que favorecia a função de vigilância e controle da instituição sobre o indivíduo e conseqüentemente favorecia a execução das funções do professor, na escola, ou do guarda-prisional na penitenciária, como também

Nota sobre desenhos técnicos: Devido a diferença dimensional entre os projetos prisionais e os projetos escolares, foi necessário representar as plantas baixas dos projetos analisados em escalas diferentes, a fim de visualizar melhor os espaços, dessa forma, os projetos prisionais estão em escala superior a escala dos projetos escolares, indicados em cada desenho.

estabeleceu a hierarquia funcional da instituição em que favorecia o corpo administrativo em função do indivíduo.

Outra semelhança entre os regulamentos foi o uso da punição como forma de disciplinar e uniformizar os comportamentos do indivíduo.

Conhecimento científico

O programa de ensino na instituição escolar foi ampliado com a introdução do ensino científico e humano, enquanto que o programa de ensino nas prisões limitou-se a alfabetização, devido ao grande índice de analfabetismo da época, a aritmética, e noções elementares de gramática, de história e de geografia de Portugal. Esse direcionamento básico ao ensino na prisão justificava-se pela intenção em instruir o recluso, através dos princípios básicos para realização de trabalhos prisionais ligados as oficinas de carácter industrial.

Através da Reforma de Jaime Moniz, o programa de ensino foi rigorosamente estruturado em classes que conduziriam o aluno a um percurso gradativo de conhecimento, desde sua infância a fase adulta com a continuação dos estudos no ensino superior. Portanto, fica clara a diferença entre a intenção da instituição prisional e a instituição escolar em transmitir o conhecimento ao indivíduo, em que na prisão o acesso ao ensino é uma obrigação para poder ter condição de servir aos trabalhos prisionais, através das oficinas, enquanto que a intenção escolar é uniformizar o comportamento do indivíduo amparado na disciplina e promover assim, uma ordem social.

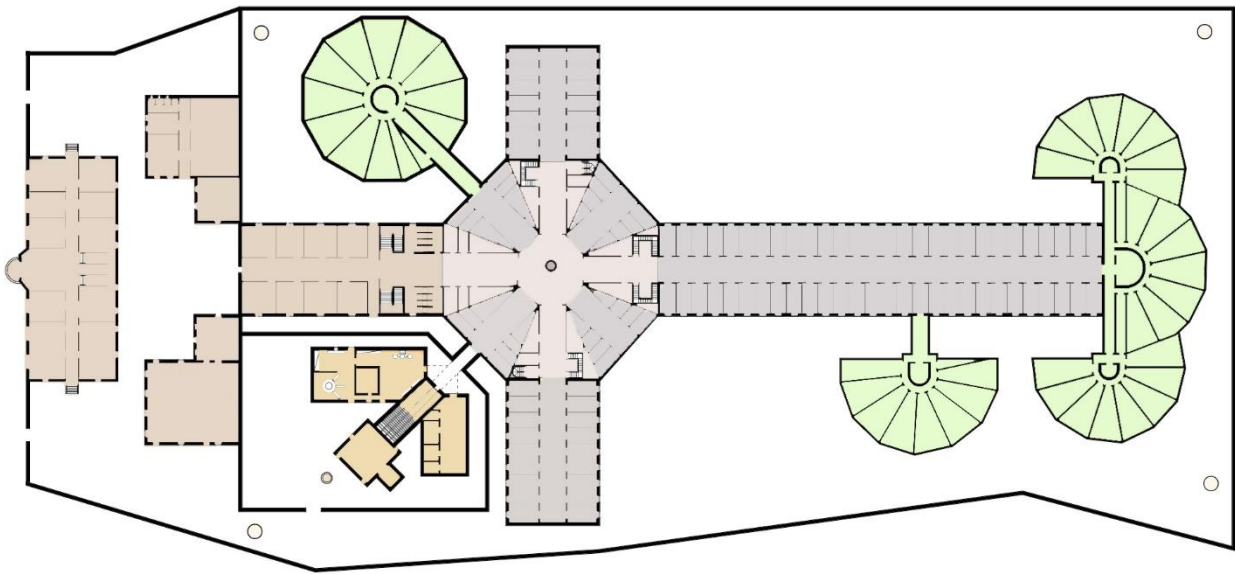


Figura 1 – Estabelecimento Prisional de Coimbra, projeto original.
Planta Baixa piso 0, escala 1:1100

- Admnistração
- Celas
- Passeadouros
- Cozinha e lavanderia
- Octogono central

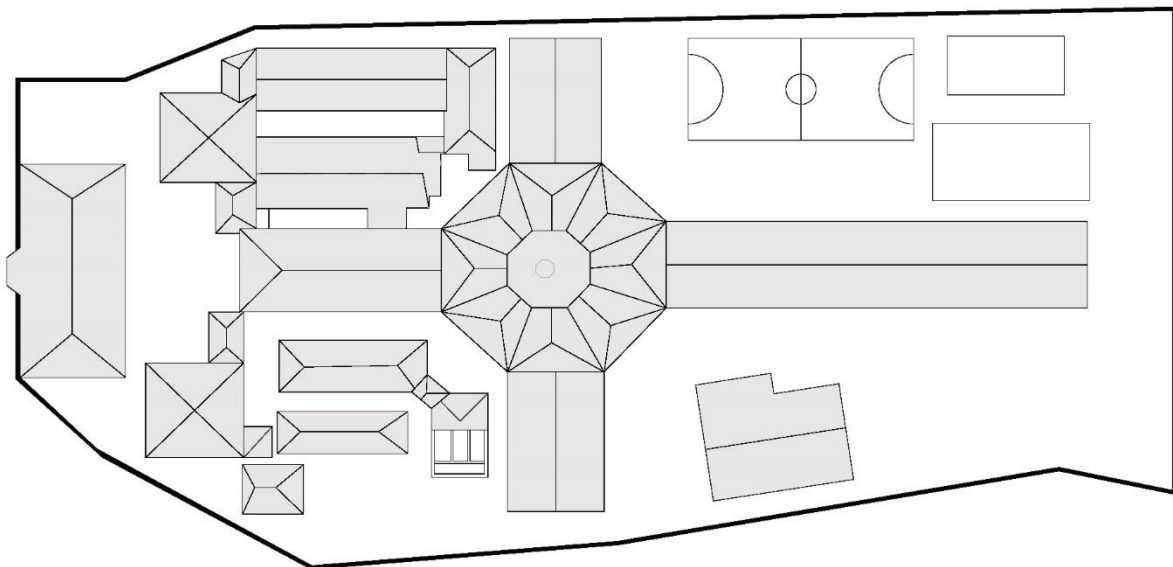


Figura 2 – Estabelecimento Prisional de Coimbra, atual situação.
Planta Cobertura, escala 1:1100

3. ESPAÇOS PRISIONAIS E ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM: EVOLUÇÃO TIPOLÓGICA

A fim de compreender a evolução espacial através das transformações ideológica, política e social dos equipamentos públicos prisionais e escolares pretende-se realizar uma análise comparativa de um conjunto de instituições prisionais e escolares em Portugal entre o final do século XIX e século XX, especificamente nas fases dos períodos políticos no final da Monarquia em Portugal, República de Portugal e Estado Novo.

A análise busca compreender de que forma essas transformações refletiram na concepção arquitetónica de cada projeto analisado. Dessa maneira, foi escolhido de acordo com a época da construção um estabelecimento prisional e um estabelecimento escolar específicos de cada período, para serem analisados e comparados pelas diferentes características tipológicas, que se enquadram em quatro modelos: tipologia em cruz latina panóptica, tipologia em pátio, em que o programa se encontra em torno do pátio, tipologia pavilhonar que organiza as funções por blocos mais autônomos e os interliga por corredores e por fim tipologia em pente em que o corpo principal articula os corpos transversais.

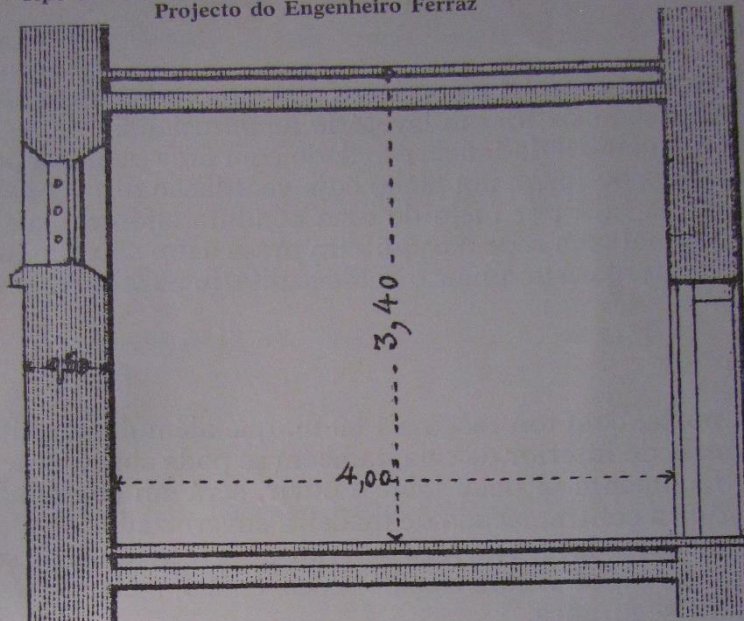
3.1 Final da Monarquia Portuguesa - vigilância – do panóptico ao pátio central

Panóptico - Estabelecimento Prisional de Coimbra, 1876-1901

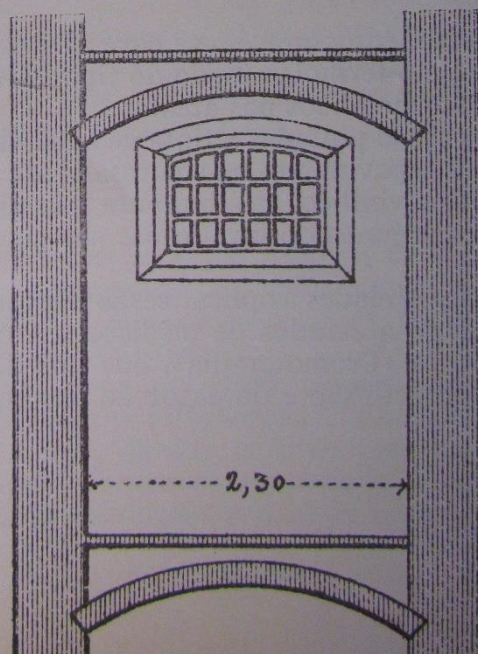
Em continuidade ao princípio da vigilância do panóptico, surgiram outros Sistemas Prisionais como o Sistema de Filadélfia, que consistia na recuperação do recluso através de seu isolamento em cela individual, acreditava-se que o silêncio e o incentivo religioso recuperariam o criminoso. Nesse Sistema, o contato com outros reclusos era proibido, assim como as visitas e atividades de lazer.

Inicialmente, o Estabelecimento Prisional de Coimbra, EPC, teve seu projeto baseado nesse Sistema de Filadélfia, e se chamava Cadeia Geral Penitenciária de Coimbra, de autoria de Adolpho Ferreira de Loureiro em 1875. Nesse contexto, o EPC se torna um exemplo relevante a ser analisado pois é um dos três edifícios panópticos em Portugal, sendo assim sua concepção agrega uma série de características sociais desde

Tipo de cela das Penitenciárias de Lisboa, Santarém e Coimbra
Projecto do Engenheiro Ferraz



Planta



Corte

IMAGEM 20 | Tipos de celas das penitenciárias de Lisboa, Santarém e Coimbra, projeto do engenheiro Ferraz.

o século XIX e que funciona até os dias de hoje como prisão de alta segurança inserido no centro urbano de Coimbra.

A sua construção reflete a tipologia em cruz latina, celular, seguindo o modelo de um projeto-tipo da Penitenciária de Lisboa do Engenheiro Ricardo Júlio Ferraz em 1875.

A construção iniciou em 1889 e foi inaugurada em 1901. O projeto constituiu um edifício em cruz latina com octógono central de vigilância disciplinar para as alas dispostas em três pisos mais as celas subterrâneas para castigos. A construção do edifício utilizou predominantemente materiais de carácter industrial como o ferro, vidro, madeira e pedra.

Os reclusos permaneciam todo o tempo em suas celas individuais, de comprimento 4,30m, 2,15m de largura e 3,68m de altura e eram dispostas em quatro alas diferentes que compõe a cruz latina. Não podiam entrar em contato com outros reclusos, e quando estavam em grupo eram obrigados a usar um capuz (Gouveia, 2010, p. 36) para não conhecerem os rostos e não criarem afinidade, no rigoroso horário do passeio eram levados para pátios isolados e vigiados por um só guarda localizados nas extremidades circulares.

Após a experiência do Sistema de Filadélfia, pode-se concluir que o isolamento refletiu em “distúrbio funcional”(Gomes, 2012, p.13) físico e mental do recluso, portanto surgiu o Sistema Progressivo que acreditava que o trabalho contribuísse para a “recuperação do recluso”(Ministério da Justiça, 1961. p. 15) para reintegrar-se a sociedade.

Devido a implementação da República Portuguesa em 1910, houve uma transformação em vários setores de forma a adequar as novas leis. Com a lei de 1915, lei nº 428, manda que se construa oficinas e o EPC adequa seu espaço, em 1919 muda sua designação para Prisão Oficina de Coimbra. Assim, a prisão passa a funcionar fundamentalmente através das oficinas de trabalho em que os reclusos podiam aprender e trabalhar como medida de regeneração.

Com a introdução do Sistema Progressivo, o recluso passava mais tempo aprendendo e produzindo em diversas áreas de marcenaria, carpintaria, serralharia, reparação, pintura entre outras. Através desse Sistema foi possível eliminar o tempo ócio do recluso e proporcionar aprendizado e convivência entre eles.

“O trabalho é considerado pela Administração Prisional Portuguesa como um elemento de particular relevo no tratamento penitenciário. Actua com o factor de disciplina, contribui para a recuperação do recluso peça criação de hábitos regulares de actividade, proporciona formação profissional adequada, conserva a aptidão para o exercício das profissões especializadas.”(Ministério da Justiça, 1961. p. 15)

Apesar do trabalho ser obrigatório, o recluso recebia remuneração que auxiliava em suas despesas na prisão, contribuía para as despesas familiares e fiança aos ofendidos.

Enquanto que no Sistema de Filadélfia a pena acreditava na recuperação do recluso através do isolamento em cela, silêncio, religião e proibição de visitas, o Sistema Progressivo defendia a prática do trabalho como regeneradora do criminoso. De fato, o isolamento filadélfiano desencandeou doenças mentais e tornou seres antisociais, incapazes de se ressocializarem. Já o Sistema Progressivo a prática do trabalho era obrigatória, remunerada, e os reclusos cumpriam um horário diário rigoroso de trabalho em oficinas e escolas. Nesse sistema, o recluso passava mais tempo em oficinas, sala de aula, corredores, pátios, se relacionava com outras pessoas, assim a prisão adquiria maior carácter de vida urbana.

O recluso acordava as 6:15, entre as 7h e 8h tomava sol, as refeições aconteciam as 8h, 13h e 18:30, Serviços de Oficinas entre 8:40 e 11h, escola entre 17:30 e 18:30. Em caso de desobediências ou mal comportamento, medidas punitivas de controle eram aplicadas aos reclusos. Os guardas prisionais utilizavam castigos como forma punitiva, dessa maneira a violência era introduzida no carácter educacional da pena, reprimindo os reclusos para induzi-los a um só comportamento.

As oficinas permitiram o aprendizado em diversas áreas como marcenaria, serralharia, reparação de automóvel, sapataria, limpeza, serviços internos, entre outros, mas sobretudo permitiu que o estabelecimento prisional funcionasse como “cidade” adaptada a vivência dos privados de liberdade. Assim, os espaços ganham funções, formas e significados diferentes permitindo que existisse vida social no meio da reclusão.

Apesar de toda atividade ser monitorada e vigiada, o recluso ganhou maior participação em meio prisional, tendo uma rotina bem definida de suas atividades em oficinas ou em salas de aulas. Estes espaços aproximavam o recluso de uma vida mais cotidiana urbana, em que tinha de trabalhar, relacionar diferentes espaços e pessoas dentro do espaço prisional.

Os espaços sociais, como oficinas, refeitórios, pátios, permitiam maior liberdade dos reclusos, como forma de incentivar a convivência e reaproximá-los da inserção social. No entanto, a grandiosidade e solidez dos muros que delimitam o espaço prisional são elementos de segurança que separam e excluem a instituição prisional da vida pública.

Dessa forma, a arquitetura prisional contribui para o carácter opressor dos estabelecimentos, o isolamento em cela individual com janela pequena gradeada, portas fortificadas, corredores compridos e escuros, além de toda a vigilância permitida pela construção panóptica, são instrumentos arquitetónicos de controlo e intimidação.

Liceu Central de Lisboa - Escola Passos Manuel, 1882-1911

Inicialmente o projeto foi de autoria de José Luiz Monteiro, contudo em 1895, Rozendo Carvalheira assumiu o projeto e alterou algumas características do projeto original. Esta obra foi inaugurada em 1911 e representou, através das Reformas de ensino de 1836 e 1905, as transformações do ensino, da política e da sociedade moderna portuguesa.

“Entretanto, é formada uma nova comissão, nomeada por portaria de 19 de Maio de 1902, para estabelecer as bases de orientação “sobre o aproveitamento e adaptação a um novo edifício de Lyceu Central que satisfizesse tanto quanto possível as necessidades de um lyceu moderno”. Os pareceres emitidos por esta comissão foram publicados no *Boletim da Direcção Geral da Instrução Pública* e formulam “um programa das condições hygienicas, pedagogicas e economicas, a que se devia subordinar esse projecto, propondo as modificações que no seu critério julgou mais convenientes para atingir o fim desejado” e que se reflectem no projecto apresentado por Rozendo Carvalheira em 15 de Outubro de 1907.”(Moniz, 2002, p. 38)

Em 1908, o Liceu Central de Lisboa passa a Lyceu Passos Manuel. “A tipologia de quatro pátios segue a solução de Durand para o *collège*, com um edifício compacto organizando o programa - ginásio, salas de aula, auditório, igreja, cozinha, refeitório e jardins – através de diversos pátios; aliás, os *Précis* de Durand apoiaram todo o ensino de Monteiro nas Belas-Artes desde a sua entrada para professor de Architectura Civil em 1881. Partindo desta referência clássica, o projecto introduz também os novos programas que os estudos tipológicos, nomeadamente os franceses, haviam já adoptado: um auditório, um ginásio, uma biblioteca e os diversos laboratórios.” (Moniz, 2002, p. 40)

Na transição do projeto original do Liceu para a liderança de Rozendo Carvalheira, a tipologia inicial foi mantida, contudo as relações com o espaço público foram redesenhadas.

“A planta rectangular adopta um partido simétrico e hierarquiza as diversas funções organizando o programa funcionalmente através de quatro pátios interiores com um auditório circular, uma escadaria e um recreio coberto no centro. No rés-do-chão localizam-se, ainda, dez salas de aula, os laboratórios de física e de química, o museu de física e de história natural e pequenos espaços complementares (gabinetes dos professores, sanitários e casa do porteiro e do guarda). O ginásio é colocado num corpo autónomo, ao nível da cave, ligado ao edifício principal pelo eixo central da entrada.”(Moniz, 2002, p. 41)

A concepção da tipologia dos quatro pátios refletiram o carácter funcionalista do projeto em definir acessos fáceis entre as quatro alas. O acesso das escadas foi redefinido do lado direito da entrada para o centro entre o vestíbulo e auditório, assumindo maior expressividade e fluxo de acesso, já que o primeiro andar passou a ser todo ocupado, ampliando suas instalações e conseqüentemente o fluxo de pessoas nos andares superiores.

As mudanças no interior da planta previstas por Rozendo, priorizaram a funcionalidade e racionalidade do espaço, contudo manteve o carácter clássico e ao mesmo tempo moderno na composição da fachada, criou assim, uma relação com o espaço urbano atribuindo monumentalidade ao edifício e destacamento a entrada principal.

Para atender as exigências da Reforma de 1905, os sanitários que dividiam os quatro pátios foram demolidos para permitir a criação de dois grandes pátios destinados a recreio dos alunos. A cave foi destinada a “importantes dependências do liceu para que os pisos superiores fiquem destinados aos serviços de ensino, assim, nas duas grandes salas da ala sul colocaram-se dois museus com elevador “monta-carga”, sendo mais tarde transformados em balneários e num pequeno ginásio.”(Moniz, 2002, p.43)

Portanto, este Liceu representou um momento importante para o desenvolvimento do aspecto educacional em Portugal. Apesar de ter sido iniciado na Monarquia, as mudanças do regime político para República, Ditadura Militar e Estado Novo, não interromperam o desenvolvimento dos equipamentos escolares. O aumento da população estudantil refletiu na ampliação do investimento no ensino como forma de contribuir para sua modernização e conseqüentemente para a consolidação da sociedade portuguesa dentro dos princípios higienistas e humanistas oitocentistas.

“Em Portugal, a arquitectura escolar moderna está intimamente relacionada com o contexto político da Primeira República (1910-1926) e com a posterior implementação da Ditadura (1926-74). De facto é ainda nos últimos dias da monarquia, que os políticos republicanos lançam um programa de construção de escolas primárias e de liceus no âmbito das reformas do ensino de 1894 e de 1905.”(Moniz, 2015, p.124)

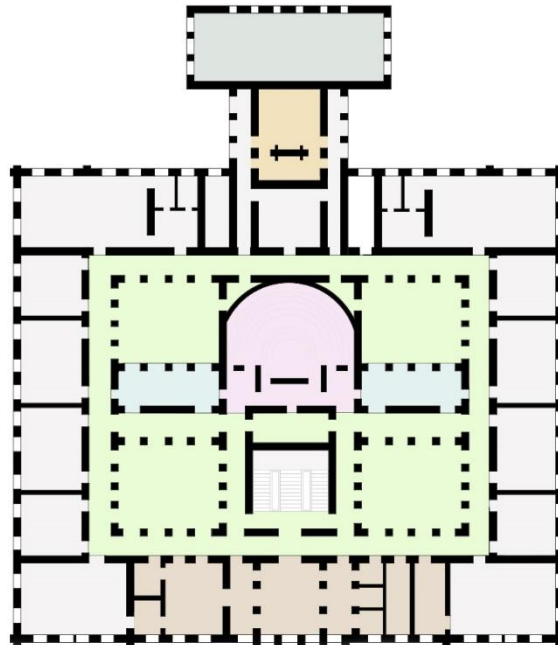


Figura 3 –Liceu Central de Lisboa, projeto original.
Planta Baixa piso 0, escala 1:500

- Admnistração
- Salas de Aula
- Recreio
- Biblioteca
- Casa de Banho
- Ginásio
- Auditório

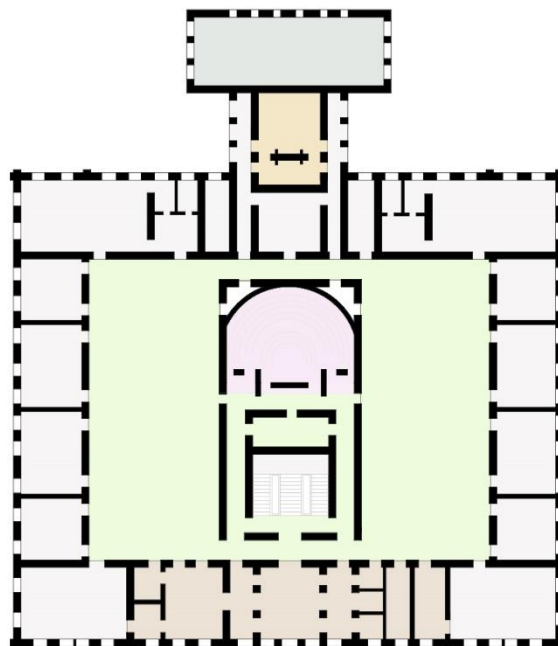


Figura 4 –Liceu Central de Lisboa, demolição dos pátios
para formação de duas quadras.
Planta Baixa piso 0, escala 1:500

Ao analisar o processo construtivo do Liceu Passos Manuel e o Estabelecimento Prisional de Coimbra, nota-se as manifestações de mudanças ideológicas, sociais e políticas do final do século XIX, estas buscaram reestruturar o país através do melhoramento das condições dos equipamentos públicos como instituições de representação e controle do Estado.

Ambos os edifícios correspondem a iniciativa do Estado de promover melhoramentos através da reestruturação de edifícios que responderam às exigências da época e adoptaram os modelos tipológicos mais actuais. Na prisão, através do panóptico e na escola através do duplo pátio, que organiza as salas de aula, o anfiteatro, os laboratório e o ginásio, mas que não deixou de funcionar como um espaço de fácil controlo e vigilância dos comportamentos dos estudantes. É também um espaço controlado, do ponto de vista das relações com a cidade, limitando assim a interação com a comunidade e com a vida urbana.

No carácter arquitetónico prisional, o EPC teve de construir oficinas para o cumprimento da lei nº 428, além de implicar uma extensão construtiva, essa mudança alterou principalmente o funcionamento do estabelecimento prisional. A vida do recluso se estendeu da cela individual e do ser anónimo, para uma vivência mais comunitária realizada através de uma rotina em espaços prisionais formais de oficinas e salas de aula, e também espaços informais como refeitório, corredores, e pátios onde os reclusos podiam socializar e aprender a viver em espaço público.

Já no carácter arquitetónico escolar, através das reformas do ensino de 1894 e 1905 o espaço escolar passou por grandes modificações arquitetónicas para atender a nova pedagogia de aprender fazendo. A nova metodologia baseava-se nas teorias humanistas e científicas que refletiram na construção de laboratórios, museus de ciência, e outros espaços de aprendizagem com o pátio e ginásio.

3.2 República Portuguesa, 1910-1926 – Sistemas de pavilhões e o higienismo

Na transição do século XIX para o XX, a sociedade portuguesa está em pleno processo de transição para um regime republicano que se iria constituir em 1910. É neste período, que os governos de matriz republicana criam as reformas do ensino secundário iniciadas por Passos Manuel e implementam de facto o ensino científico, através da construção de complexos escolares que vão dar resposta as novas necessidades pedagógicas. Assim, depois da experiência do Liceu Central de Lisboa, arranca a construção de três liceus em Lisboa, do liceu de Setubal, de Faro, de Leiria, e posteriormente, dos dois liceus do Porto, em 1914 e 1918.

Nestes complexos, de forte impacto urbano, a educação científica ganha especial destaque com espaços para os laboratórios e museus, assim como a educação física, com ginásios, piscinas e campos desportivos. Pretendia-se assim, promover a educação útil para a vida profissional, da sociedade moderna, mas também seguir o princípio higienista do “corpo são, mente sã”.

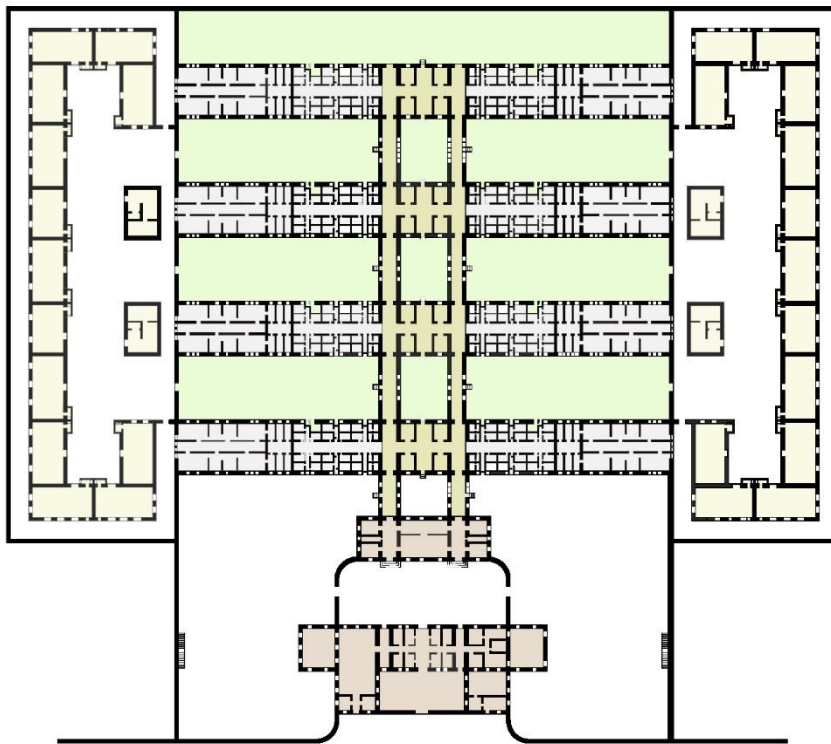


Figura 5 – Cadeia Civil de Lisboa.
Planta Baixa piso 0, escala 1:1000

- Admnistração
- Celas
- Recreios
- Oficinas e salas de aula
- Galeria de vigilância

Cadeia Civil de Lisboa, 1913

O arquiteto Henri Poussin fez a primeira prisão de tipologia pavilhonar em 1898 situada na cidade de Fresnes em França. Este modelo refletiu a preocupação em obter melhor aproveitamento de absorção dos raios solares e ventilação natural através de um conjunto de elementos arquitetónicos e da implantação do edifício em modelo “poste telégrafo”.

Além deste modelo reunir em sua concepção arquitetónica os ideais higienistas, seu rápido processo construtivo através dos materiais pré-fabricados permitiram que este modelo se disseminasse na arquitetura prisional como também em outros equipamentos públicos como os hospitalares que o carácter higienista é fundamental para a recuperação dos pacientes.

Esta tipologia foi desenvolvida para os hospitais modernos do início do século XIX, pela sua capacidade de autonomizar as enfermarias permitindo a sua ventilação e reduzindo o perigo da propagação das doenças.

Assim no Hospital “a autonomia dos pavilhões e pátios de cada pavilhão, permitirão o seu funcionamento independente do conjunto, e portanto o seu completo isolamento; “cada pavilhão terá os seus utensílios separados, enfermarias próprias, um cirurgião que lhe será afectado, um pátio próprio para seus convalescentes; terá os seus registos, e a sua mortalidade será conhecida e determinada: poder-se-á fechar esse pavilhão e o seu pátio, e nesse caso não terá senão a relação que se quiser com o hospital.

Desta forma, o Hospital como conjunto de pavilhões aproxima-se mais de um modelo de Lazareto, como por exemplo o de Veneza (divulgado por Howard), abandonando o modelo do edifício contínuo com pátios (na tradição gótica). Estes pavilhões permitirão a distribuição de doenças por naturezas de classificação: dissociação funcional decorrente de uma ideia de pureza e clarificação funcional; individualização espacial, testemunhando o ajustamento do espaço em redor dos gestos e dos corpos; segmentação do edifício em unidades independentes recusando os espaços ligados, afirmando a emergência do pavilhonar.” (Providência, 2000, p. 88)

O projeto da Cadeia Civil de Lisboa é de autoria do arquiteto Adolfo Marques da Silva contudo não chegou a ser construído. Em seu projeto, o arquiteto duplica a galeria e separa os pavilhões em duas alas diferentes, cada uma com capacidade para 1250 reclusos.

A tipologia pavilhonar organizava as celas em blocos perpendiculares a duas grandes galerias, permitindo assim, a vigilância para os pavilhões. Cada pavilhão era definido por sua funcionalidade determinando assim os blocos das celas, das oficinas e do bloco administrativo. Essa categorização de espaços por função minimizava o deslocamento do recluso no edifício e facilitava o controlo, dessa forma a arquitetura racionalizava os espaços priorizando o carácter funcional e higienista, já que os espaços entre os pavilhões possibilitava a ventilação cruzada e incidência solar nos pátios.

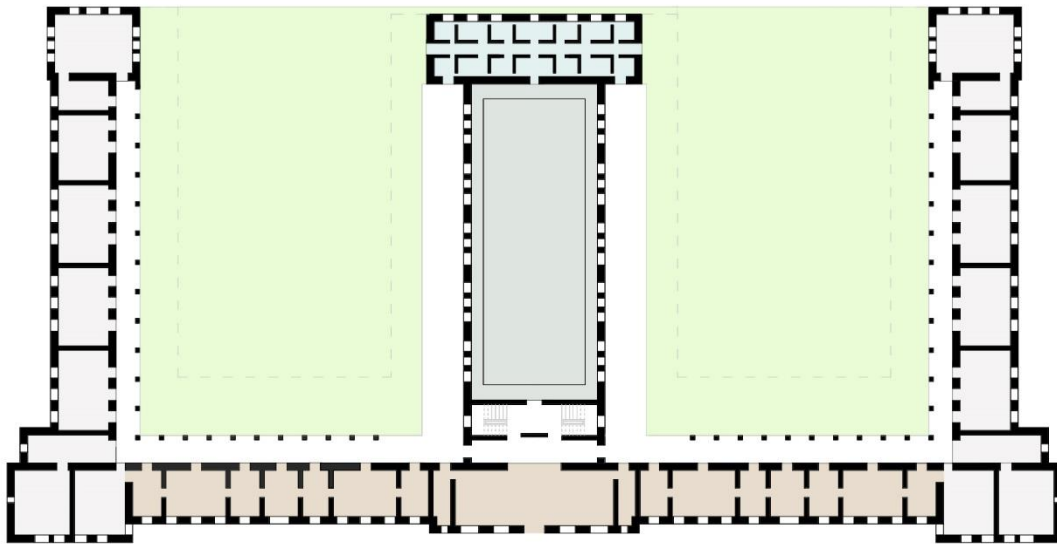


Figura 6 – Liceu Camões. Planta Baixa piso 0, escala 1:500

- Administração
- Salas de Aula
- Recreio
- Ginásio

Liceu Camões, 1907-1909

O novo programa escolar permitiu aos arquitetos desenvolverem uma experimentação projectual sobre a arquitetura dos liceus através da tipologia em pente.

O projeto do Liceu Camões foi projetado em 1907 para 600 alunos e é de autoria do arquiteto Miguel Ventura Terra. Sua estrutura foi feita de ferro e tijolo que agilizava o processo construtivo e correspondia aos novos materiais da época, além disso, foi o primeiro liceu do país a introduzir a prática do exercício físico na infraestrutura escolar, tornando-se referência para os próximos edifícios escolares.

O edifício foi implantado em uma zona não urbanizada, mas serviu como motor de desenvolvimento urbano local, na medida em que sua escala monumental estruturou um quarteirão relacionando o edifício escolar com a rua e cidade. Sua tipologia em pente, constitui-se através de três corpos ligados a um corpo maior perpendicular que compõe a fachada principal do Liceu. O corpo do meio, centraliza o ginásio, enquanto os corpos laterais organizam as salas de aulas concebidas com especial atenção aos ideais higienistas, com preocupações com ventilação e luz natural, situavam-se em corredores iluminados e abertos ao pátio, que criava maior relação entre a escola e o espaço público.

“Os programas dos liceus centrais, construídos em Lisboa para populações entre 600 e 1000 alunos e abrangendo todas as exigências científicas e higienistas da sociedade moderna, adicionaram aos programas das escolas primárias o átrio, a administração, a sala de reuniões, a biblioteca, o ginásio, o salão de festas, a cozinha e o refeitório. As salas de aula redimensionaram-se e a sua função especificou-se com a introdução das disciplinas de desenho, de física, de química e de geografia. A hierarquização deste complexo programa conduz a arquitectura a uma resposta funcionalista disciplinada por uma composição racionalista baseada nos princípios clássicos da simetria e numa rede geométrica reguladora de todo o sistema. Em regra, um eixo central orienta a disposição do programa de uso comum e de carácter mais representativo da instituição permitindo ao corpos autónomos das salas de aulas desenhar os limites dos espaços exteriores. O novo programa do ginásio é, por um lado, explorado arquitectonicamente em todos os liceus, consolidando a importância conferida pelos decretos-lei, e, por outro lado, apela para o culto do homem moderno reivindicado pelos ideais republicanos. O Camões era mesmo considerado “um grande ginásio com algumas salas de aula à sua volta”.

Neste sentido, as suas propostas estruturam o programa a partir do desenho de amplos pátios de recreio e da introdução programática do novo pavilhão desportivo. Reduzindo os aspectos decorativos e de estilo ao mínimo, Terra apoia a composição num sistema racional referenciado no módulo da sala de aulas e na disposição dos diversos elementos programáticos autónomos. A funcionalidade de cada uma das partes e de todo o sistema tem como objectivo a resolução de um edifício económico, conveniente e higiénico.”(Moniz, 2002, p. 51)

Este arquiteto veio a construir outros edifícios escolares que “estabelecem as bases para as construções dos edifícios do ensino secundário e fixam um conjunto de dispositivos arquitectónicos de forte impacto nos processos de aprendizagem, nomeadamente: a centralidade do ginásio, do museu de ciências naturais e dos laboratórios de física e química; a diversificação dos espaços de recreio (pátios), a qualificação dos espaços de circulação (corredor, aberto para os pátios e para a sala de aula); a construção de anfiteatros e de salas de cinemas; e ainda um forte impacto no desenho da cidade e na comunidade.”(Moniz, 2015, p. 15)

A implantação da República Portuguesa despertou a busca pela afirmação da nacionalidade que refletiu na construção de um conjunto de equipamentos públicos de carácter social.

A construção do Liceu Camões e da Cadeia Civil de Lisboa traduzem para a arquitetura as mudanças que já se manifestaram no final da Monarquia portuguesa mas que veio a se desenvolver no período da República entre 1910 e 1926. Em ambas as construções a racionalidade espacial e a funcionalidade predominam no projeto.

Na Cadeia Civil de Lisboa, o aspecto da segurança reflete a minimização dos espaços como medida de concentrar as atividades do recluso em seu pavilhão, onde também localizava-se as celas e balneários.

O modelo poste telégrafo diferencia-se do modelo panóptico do EPC principalmente por descentralizar o ponto de vigia dos pavilhões, agora diluídos ao longo da galeria do corpo principal. Essa mudança organizacional permitiu a diminuição do campo visual do guarda prisional para dentro da cela, portanto sua visão limitava-se aos corredores dos pavilhões, o que salvaguardava a privacidade do recluso. Além de ser necessário mais que um guarda para vigiar todas os pavilhões, esse modelo não favorecia o controle dos reclusos e em situações de rebeliões a segurança da Cadeia era prejudicada.

Portanto, nesse modelo, os reclusos tinha maior controle dos pavilhões, por estarem concentradas todas suas atividades nele, e devido os guardas prisionais corresponderem a minoria dentro da Cadeia, o controle ficava limitado.

Do ponto de vista escolar, com o Liceu Camões nota-se uma clara abertura de sua planta com o quarteirão, comparada ao Liceu Passos Manuel que tinha sua planta fechada. Além de aumentar a luminosidade dentro do Liceu, a abertura das salas de aulas aos pátios aumentava a relação entre os espaços formais e informais de aprendizado.

Esse experimentalismo arquitetónico escolar foi possível através da implementação da reforma do ensino do início do século XX. A introdução do ensino científico e desportivo no âmbito escolar, contribuiu para a criação de novos espaços e metodologias de aprendizados. Através dos laboratórios e museus de ciências o aprendizado era adquirido através da prática, assim o aprendizado pela prática também se tornou estratégia metodológica escolar.

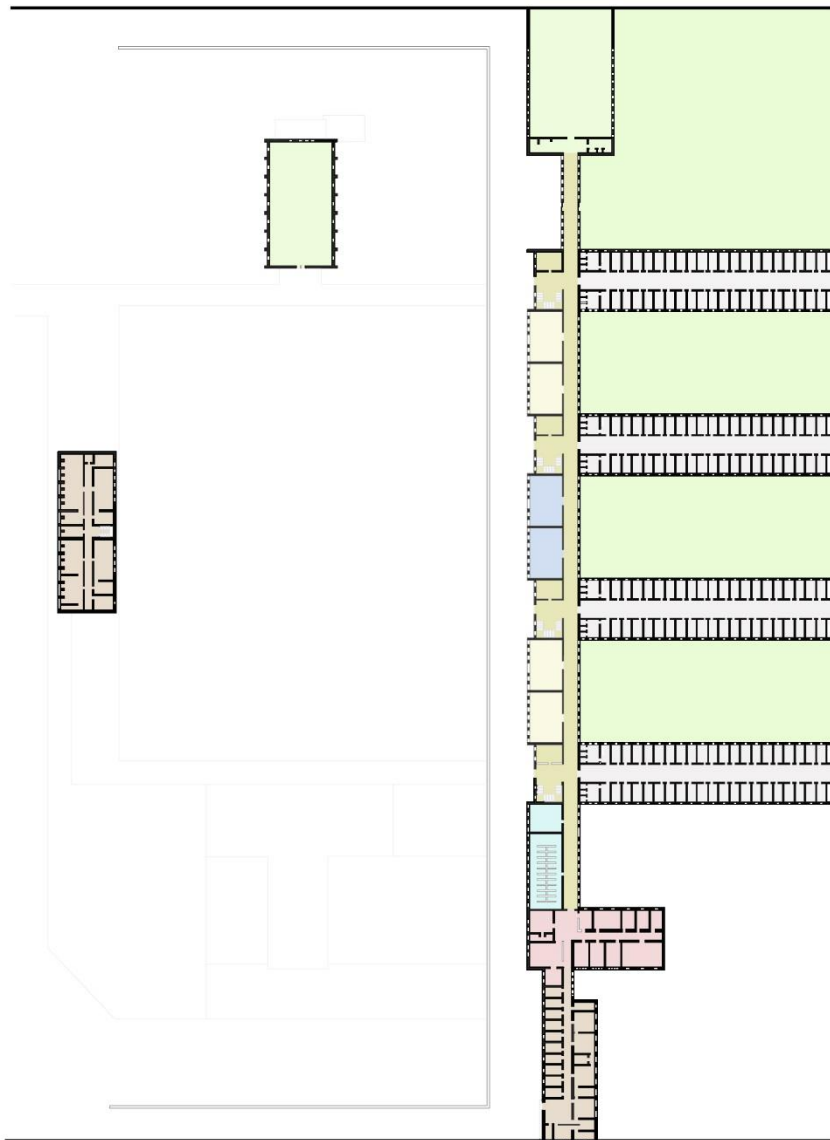


Figura 7 – Colónia Penitenciária de Alcoentre
Planta Baixa piso 0, escala 1:1000

- Administração
- Celas
- Recreios
- Cozinha e serviços
- Enfermaria
- salas de aula e estar
- Galeria de vigilância
- Biblioteca
- Banhos



Figura 8 – Colónia Penitenciária de Alcoentre.
Planta Situação, escala 1:30000

- Colónia penitenciária
- Pavilhões prisionais
- Campo de trabalho
- Cadeia penitenciária
- Bairros para funcionários

Posteriormente, essa medida também foi implantada no contexto prisional, na medida em que a era industrial refletiu em mudanças nas instituições de formação social priorizando o aprendizado científico através da prática, nas prisões a prática era realizada através das oficinas e escola enquanto no Liceu a prática realizava-se nos laboratórios de ciências.

3.3 Estado Novo, 1933-1975 – A massificação

Em 1926 a República Portuguesa é substituída pela Ditadura Militar que durou até 1933 quando Salazar assume o Estado Novo em Portugal até 25 de Abril de 1975. Salazar promoveu várias medidas publicitárias do Estado Novo como salvador da pátria, destacando o sentimento nacionalista através de vários planos de desenvolvimento do país.

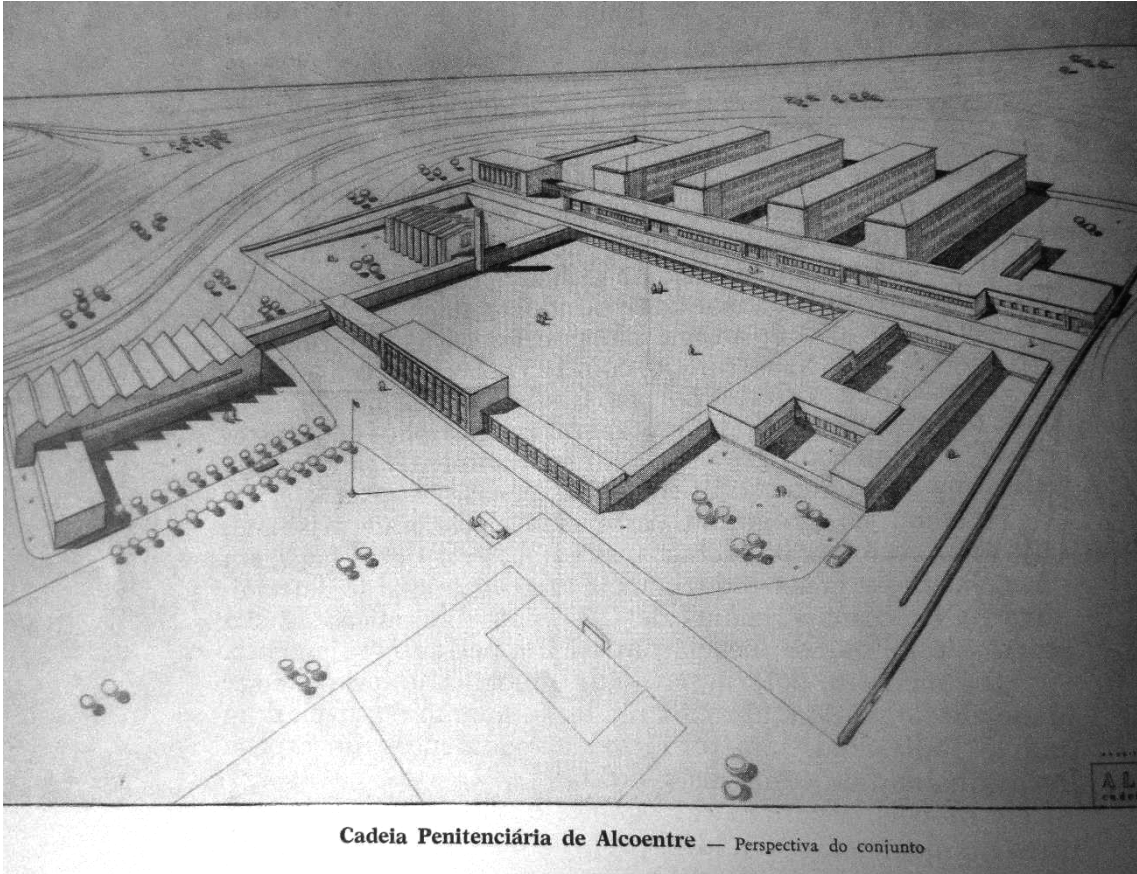
O Estado Novo correspondeu a um estado totalitário, Salazar aboliu os partidos políticos, suspendeu os direitos do cidadão (direito à greve e a formação de associação), instituiu a censura, transformou o país num estado controlador e repressivo. No entanto, seus planos de desenvolvimento resultaram no crescimento do país em vários contextos principalmente a nível arquitetónico e urbanístico na concepção de equipamentos públicos com carácter social e nacionalista.

Apesar do controle excessivo do regime totalitário, a nível arquitetónico Portugal estava por dentro dos movimentos internacionais e pode aliar a arquitetura internacional às características nacionais. Contudo, ao longo dos quase 50 anos de ditadura, o Estado sofreu diversas transformações tanto a nível político como social, que tiveram também consequências no sistema judicial e no sistema educativo, assim como na arquitetura dos equipamentos públicos, que assimilou o modernismo, o classicismo monumental, o movimento moderno e a revisão do moderno.

Um dos aspectos relevantes da política do estado novo reflecte-se na construção sistemática de equipamentos da justiça e da educação em todo o território nacional, como forma de levar o Estado junto das populações. Esta estratégia afirmava o seu carácter assistencialista mas também a sua vontade de controlar os comportamentos, os hábitos, as práticas quotidianas, associadas à desejo de ordem pública.

Colónia Penitenciária de Alcoentre, 1944

“A Reforma Prisional de 1936 estabeleceu um regime progressivo bastante flexível. A passagem de período (prisional) caracterizava-se mais por um aumento da confiança e responsabilidades do que por uma atribuição de regalias. Assim, nunca a remuneração prisional, o número de visitas ou a correspondência dos reclusos



Cadeia Penitenciária de Alcoentre — Perspectiva do conjunto

IMAGEM 21 | Perspectiva da Cadeia Penitenciária de Alcoentre.

estiveram dependentes do período do cumprimento da pena. Se a lei, de uma forma geral, previu mínimos de permanência nos diferentes períodos, afastou-se todavia de uma rigidez excessiva, permitindo a redução desses mínimos em casos de necessidade devidamente comprovada ou suprimindo-os completamente em alguns estabelecimentos.”(Ministério da Justiça, 1961. p.14)

A Colônia Penitenciária de Alcoentre foi um projeto de Cotinelli Telmo, arquiteto responsável por várias construções de equipamentos públicos do Estado Novo. Foi inaugurada em 1944 e correspondia a um complexo prisional destinado a penas longas. Dessa forma, o projeto constituiu um bairro prisional com sentindo comunitário, em que inicialmente o programa previu edifícios para os pavilhões prisionais de capacidade para 300 reclusos, campo de trabalho, bairro para funcionários, todos situavam-se afastados uns dos outros e relacionavam-se através de estradas.

A Colônia do Alcoentre tinha o principal carácter agrícola, o que direcionou maior parte dos trabalhos prisionais voltados para esse cultivo. As oficinas funcionavam principalmente nos períodos de inatividade agrícola, assim os reclusos trabalhavam em marcenaria, serralharia, e produção de cerâmica.

O Regime Progressivo, permitia o recluso se desenvolver em atividades diferentes de acordo com sua personalidade e fase do cumprimento da pena. Com o desenvolvimento e bom comportamento ele passava a adquirir regalias. Nesse sistema havia o regime aberto em que o recluso em fase final da pena poderia trabalhar no exterior e dormir no estabelecimento, nesse caso, o recluso em regime aberto dormia em pavilhões diferenciados com maior espaço e mobiliário.

Em Alcoentre, a pena da privação da liberdade era menos prejudicial para os reclusos já que a vivência na Colônia, campos de trabalho, oficinas, construções permitiam maior contato com o exterior e com a natureza dentro da Colônia Prisional. No modelo poste telégrafo da Cadeia Civil de Lisboa, o projeto concentrava a funcionalidade e espacialidade, racionalizando os espaços a fim de obter melhor controle e disciplina do recluso enquanto na Colônia Penitenciária, as diversas funções estavam setorizadas em edifícios afastados entre si, permitindo maior deslocamento diário do recluso beneficiando assim o estado físico e mental.

A tipologia pavilhonar, articulava quatro pavilhões a um corpo principal, a distribuição dos pavilhões era de acordo com a fase do cumprimento da pena do recluso. O projeto ainda previu quatro refeitórios, salas de aula destinadas a ensino primário e técnico, devido a cadeia ser tipo industrial, sala de leitura, biblioteca, capela para exercício do culto e várias outros compartimentos do edifício em que os reclusos trabalhavam na manutenção.

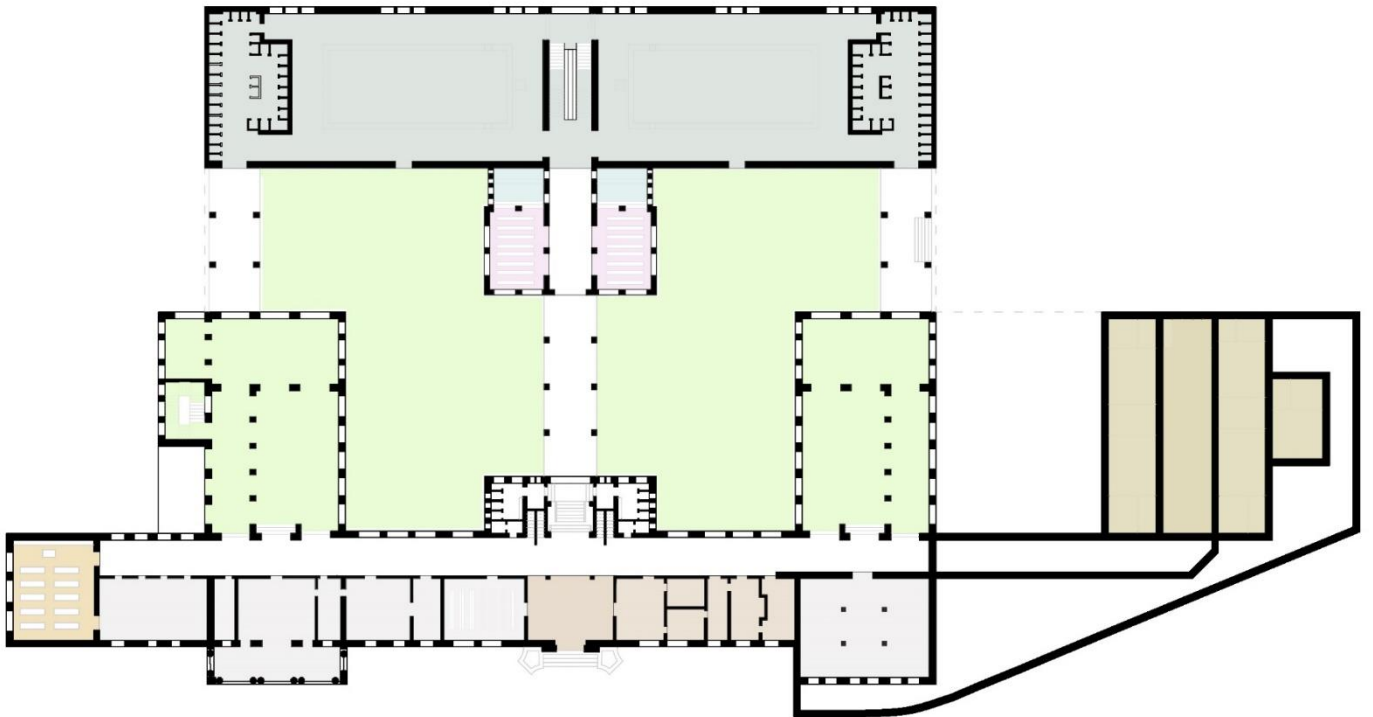


Figura 9 – Liceu Latino Coelho.
Planta Baixa piso 0, escala 1:500

- Administração
- Salas de Aula
- Recreio
- Biblioteca
- Casa de Banho
- Ginásio
- Refeitório
- Oficinas

As prisões oficinas serviram para a formação dos reclusos em áreas construtivas e os com melhor comportamento, trabalhavam em obras no exterior do estabelecimento. Dessa forma, o Estado utilizou a mão-de-obra prisional para a construção de uma série de edifícios públicos.

Liceu Nacional Latino Coelho, 1930-1937

“Apesar da implementação do Estado Novo, o espírito reformador da ditadura militar não abandona o projeto educativo republicano, procurando, pelo contrário consolidar o papel do estado na educação integral do aluno.”(Moniz, 2015, p.126)

O Estado adquire um empréstimo para construção de uma rede de liceus a fim de levar o ensino a todo o território nacional.

“Os concursos para os liceus foram amplamente participados por arquitectos da nova geração, envolvidos no debate sobre o modernismo e por arquitectos da geração anterior, formados no espírito Beaux-Arts, como José Marques da Silva, autor dos liceus do Porto. A junta desenvolveu um programa comum para os quatro concursos com condições gerais e específicas concebidas com rigor e cientificidade pelos seus arquitectos, engenheiros e pedagogos. Estas condições técnicas e programáticas conduziram, em certo sentido, o desenho para o racionalismo moderno que atravessava a cultura arquitectónica internacional, com volumes puros, articulados por galerias e com grandes envidraçados.”(Moniz, 2015, p.127)

Em 1930, Cotinelli Telmo venceu o concurso e fez sua primeira obra para o Estado, o projeto do Liceu Nacional Latino Coelho em Lamego que abrangeu um conjunto de influências arquitetónicas internacionais, nacionais e locais, assumindo um carácter regionalista diferenciando-se dos arquitetos modernistas em que as construções não se relacionam com a história e contexto local.

Esse projeto transmite o carácter nacionalista do Estado Novo, arquitetura de carácter monumental com racionalidade da construção e relação do projeto a nível urbano como impulsionador de expansão urbana.

“Assim, os equipamentos abandonaram a imagem modernista e exploraram uma imagem nacionalista, associada às Comemorações do Duplo Centenário realizadas no ano de 1940.”(Moniz, 2015, p. 128)

O Liceu Latino Coelho apresentou forte influência do projeto Liceu Camões, sua tipologia em pente, setoriza as salas de aprendizagem através dos corpos transversais que delimitam o espaço do pátio aberto, espaço que centraliza as atividades físicas e de convívio do Liceu. A escala de sua construção contribuiu para a definição do quarteirão, que relaciona o espaço liceal com a cidade.

O projeto “estabelece um sistema de composição com dois corpos longos, o corpo principal e o corpo da Educação Física, paralelos entre si e também paralelos à

avenida. Este dois corpos relacionam-se através de elementos perpendiculares - os recreios cobertos, as galerias de ligação e a entrada do corpo da Educação Física.

O corpo principal apresenta um corpo longo “contido na extensão da Avenida das Acácias” onde se distribuem os serviços gerais, no primeiro pavimento, o ensino das ciências, no segundo pavimento, e o ensino das Humanidades, no terceiro pavimento. A entrada, ao centro, define um eixo perpendicular que, tal como nos liceus referidos, faz a ligação, por escada, aos pavimentos superiores e, por galeria coberta, ao corpo da Educação Física; a cota da entrada relaciona-se com a inclinação da avenida. As salas nos diversos pisos estão orientadas a nascente, o que define um extenso corredor orientado a poente, ficando garantidas as recomendações das *Condições Especiais*. No topo sul do corpo principal, fazendo um remate sobre a cidade, são colocados espaços especiais: a biblioteca, o laboratório de Física e a sala de desenho.”(Moniz, 2002, p.80)

A entrada para o ginásio centralizou o vestiário e refeitório delimitando o corredor de separação entre as duas quadras. Enquanto o bloco a leste do corpo principal, destinou-se a oficinas e casa do Reitor, favorecendo sua fiscalização sob o liceu.

A especificidade das áreas de ensino determinaram uma programática ainda mais diversa que traduziram para a arquitetura do Liceu a organização através da setorização das áreas de ensino, seja das salas de aula, laboratórios, bibliotecas distribuídas nos blocos interligados entre si, ou seja pela centralidade do setor administrativo localizado na entrada principal do edifício.

O Liceu assumiu a ideologia do Estado de disciplinar o país, através de um rigoroso controle das práticas de ensino mas também através das relações existentes entre os espaços de aprendizados alargados entre a escola e o bairro, constituindo-se como equipamento público.

Portanto, este Liceu representou o início de um conjunto de construções de equipamentos escolares e públicos que vieram a contribuir para a consolidação do território tanto a nível arquitetónico e urbano mas também a nível da formação cultural e social portuguesa.

A ideologia da disciplina e trabalho na construção pessoal e social durante do Estado Novo apresentou-se tanto nas instituições escolares quanto prisionais, e neste setor foram construídas várias Cadeias Comarcãs que estavam destinadas as penas curtas de até seis meses, devido ao curto tempo e a ausência de trabalho para todos, assim o Sistema Progressivo não era aplicável.

Com a Reforma Prisional de 1936, os estabelecimentos prisionais adquiriram maior flexibilidade através do Sistema Progressivo, que permitiu melhores condições de trabalho realizados nas Colónias Penitenciárias.

A Colónia de Alcoentre, legítima o carácter comunitário do Estado através do seu projeto constituído em bairro prisional, além de aumentar as relações humanas do recluso através do contato com o espaço aberto do campo agrícola e oficinas,

qualificava-os para que os mesmos trabalhassem na construção dos equipamentos públicos, introduzindo-os no processo de construção social.

Assim, tanto a projeto do Liceu quanto o da Colónia, o Estado introduziu seus ideais de estruturar o país através da prática do ensino e trabalho. As reformas de ensino e reformas prisionais permitiram a renovação arquitetónica desses espaços, aumentando a relação dessas instituições com a cidade e favorecendo a interdisciplinaridade do aprendizado no meio prisional e escolar.

A concepção do projeto através do bairro prisional, atribuía ao aspecto educacional da pena o aprendizado do recluso enquanto cidadão através dos espaços de convívio social estabelecidos pelo complexo agrícola enquanto nas escolas o carácter comunitário afirmou-se através da centralização do pátio e a relação que este cria com o Liceu e a cidade.

Apesar dos dispositivos de controle presentes no Estado Novo, a arquitetura não se caracterizou essencialmente por mecanismos de disciplina e opressão, seu carácter funcionalista e racionalista permitiram maior aproveitamento do espaço, e permitiu a abertura dessas instituições a sociedade afirmando-as como instituições de formação social.

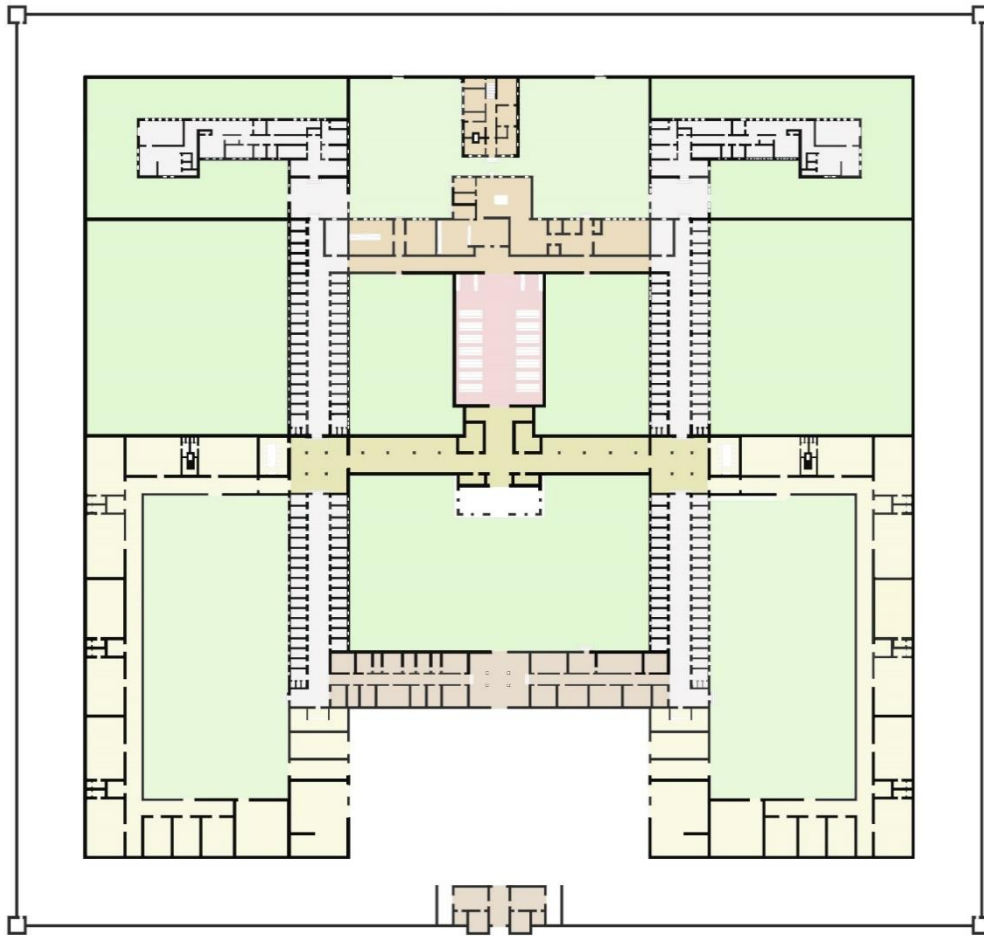


Figura 10 – Cadeia Central de Lisboa.
Planta Baixa piso 0, escala 1:1000

- Administração
- Celas
- Recreios
- Cozinha e serviços
- Refeitório
- Oficinas e salas de aula
- Galeria de vigilância

Pós Segunda Guerra Mundial

Após a Segunda Guerra Mundial, houve uma grande necessidade de ampliar e qualificar as cidades para comportar o crescimento populacional e reestruturar o país. As construções prisionais e escolares continuaram sendo ampliadas para atender tanto o crescimento populacional prisional devido o aumento da criminalidade como também para atender a democratização do ensino promovida em Portugal.

“O fim da Segunda Guerra Mundial e o conseqüente fim das ditaduras europeias obrigam o Estado Novo a uma alteração substancial da sua orientação política, abandonando o programa nacionalista e dirigindo-se para um programa mais progressista e industrializante.” (Moniz, 2015, p. 130)

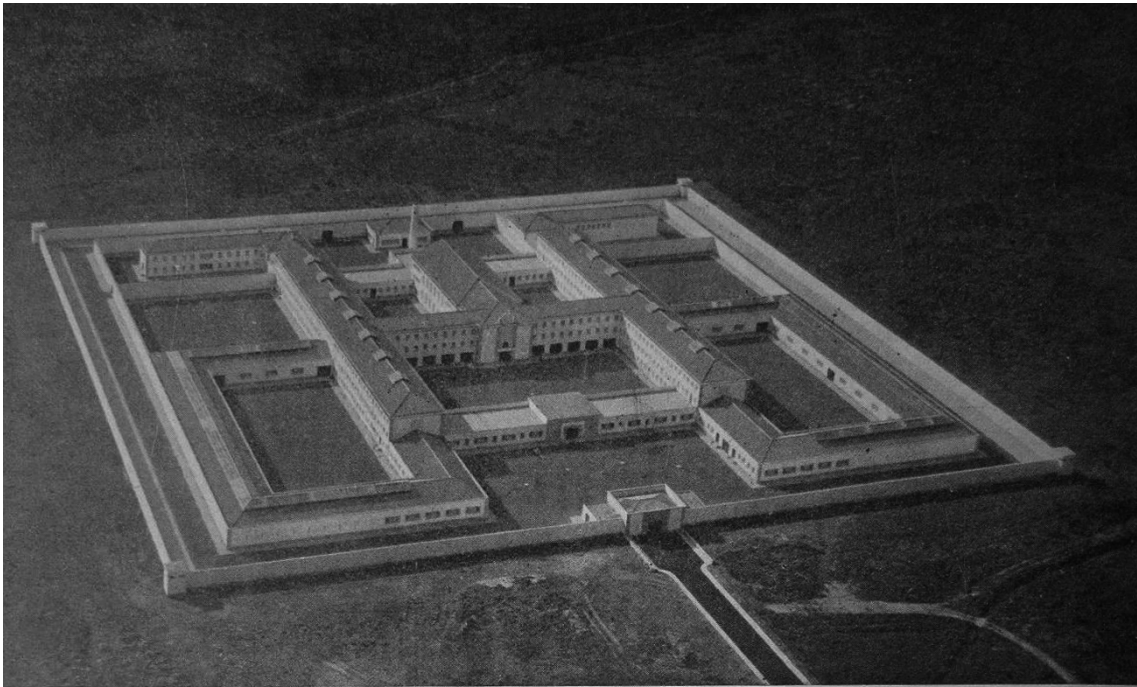
Cadeia Central de Lisboa- Linhó, 1954-1955

As Cadeias Centrais estavam destinadas ao cumprimento da pena superiores a seis meses, foram implantadas em zonas afastadas de urbanizações onde a atividade agrícola também fosse possível.

A Cadeia Central de Linhó situada a 30km de Lisboa, corresponde a uma tipologia organizada em pátios fechados onde todas as zonas funcionais situam-se num mesmo edifício com galerias que favoreceram a vigilância constante. O projeto inicial estava previsto para no máximo 500 reclusos, as alas celulares em formato “L” e paralelos entre si criam espaços de pátios no centro do edifício como também nas laterais, delimitados pelo muro de segurança.

Os trabalhos eram de carácter agrícola e industrial, as oficinas e salas de aula foram implantadas nas laterais da entrada principal, local que favorece a vigilância já que a sala do diretor e setor administrativo situaram-se centralizados no bloco principal da entrada. No centro do pátio de trás, encontra-se área de serviços e refeitório com acesso às galerias prisionais. A disposição dos blocos priorizou a criação de pátios encerrados para ser possível a separação dos grupos de reclusos de acordo com fase do regime penal. O programa das oficinas continha carpintaria, serralharia, polimento de móveis, sapataria, alfaiataria e padaria que fabricava também para outras Cadeias próximas.

A Cadeia funcionava através do Sistema Progressivo, no entanto, os reclusos de cumprimento de penas longas eram encaminhados para as Cadeias Agrícolas ou Oficinas para melhor acompanhamento e desenvolvimento de suas competências. No período inicial da pena o recluso era mantido isolado em cela para ser avaliado a nível comportamental e também para serem submetidos ao carácter intimidante da pena enquanto no período final do cumprimento da pena, o recluso assumia cargos de confiança dentro da Cadeia. Este processo previu preparar o recluso gradativamente para retornar a sociedade, então com o passar do tempo e bom comportamento ele conquistava mais regalias, assim a pedagogia prisional conduzia a disciplina através do incentivo e premiação a medida em que o recluso fosse demonstrando evolução.

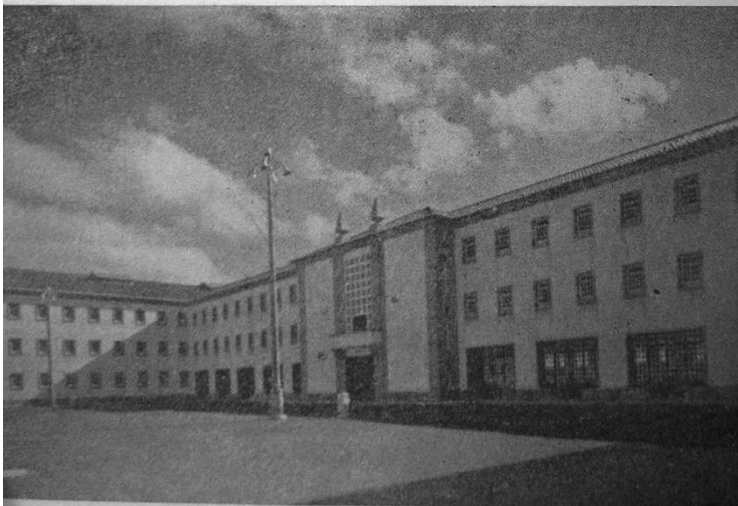


Cadeia Central de Lisboa — Linhó

Vista geral da Cadeia.

**C. C. Lisboa
Linhó**

Depósito da água



Cadeia Central de Lisboa — Linhó

Vista da entrada

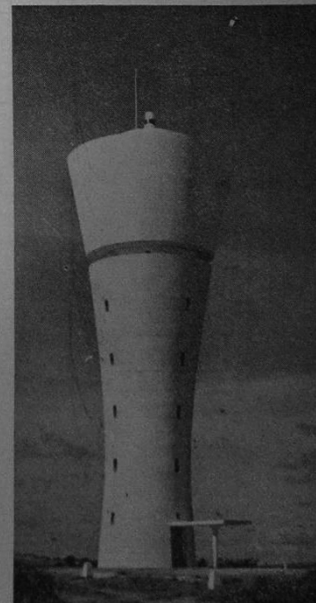


IMAGEM 22 | Cadeia Central de Lisboa, Linhó.

“Ao contrário do que se passa nas Cadeias Comarcãs, onde o tempo de internamento por ser curto, não permite nem uma observação séria dos reclusos, nem uma aprendizagem ou aperfeiçoamento profissional, nem uma tentativa de reeducação moral, nas Cadeias Centrais, devido ao longo tempo de reclusão, já se pode adoptar o tratamento penitenciário mais conveniente ao crime praticado e determinar através duma observação rigorosa, a profissão mais aconselhável.”(Ministério da Justiça, 1961. p. 181)

No início do Estado Novo a formação de grupos de qualquer ordem foi suspensa, no entanto com todas as mudanças sociais do pós-guerra, o Estado permitiu maior abertura em seu governo, promovendo uma política que se afastava do carácter nacionalista e aproximava-se do carácter progressista. Assim, criou-se nesta Cadeia a associação de reclusos que organizavam várias atividades diferentes para o tempo livre dos reclusos, como também em prática “Desportiva, Cultural, Recreativa e de Beneficência.”(Ministério da Justiça, 1961. p. 181) Através dessas práticas promovidas pela associação de recluso, a Cadeia passou a ter mais atividades culturais de valor social como exposições, sessões de filme, campeonatos desportivos entre as diferentes alas prisionais, contribuindo para o carácter da formação pessoal enquanto cidadão que abrange a interdisciplinaridade do período moderna.

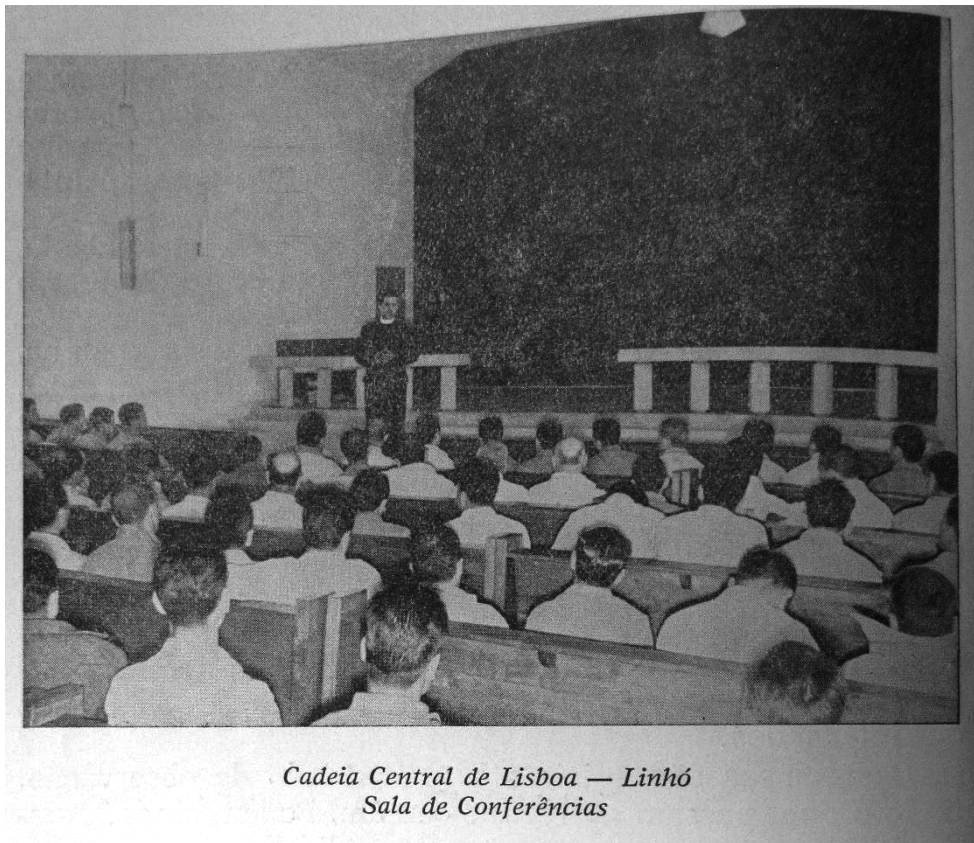


IMAGEM 23 | Cadeia Central de Lisboa, sala de conferências.

Liceu Infanta D. Maria, Coimbra – 1943-1948

“A construção ideológica do Estado Novo a partir de 1933 teve consequências efectivas em alguns equipamentos públicos que melhor serviam de veículos de propaganda entre o Estado e o Povo. Os equipamentos educativos (escolas primárias e liceus), os equipamentos da saúde (dispensários) e os equipamentos da justiça (palácios da justiça) foram objecto de um cuidadoso processo de programação e sistematização com o objectivo de fazer chegar a todo o território nacional a educação, a saúde e a justiça. Este processo foi montado a partir dos organismos do Estado e de uma intervenção directa dos ministros. Assim, os equipamentos abandonaram a imagem modernista e exploraram uma imagem nacionalista, associada às Comemorações do Duplo Centenário realizadas no ano de 1940. As escolas primárias foram construídas de acordo com o Plano dos Centenários, enquanto os liceus exploraram a ideia dos Liceus de Portugal. Contudo, para além da imagem classicizante das fachadas, próxima de um palácio, os projectos mantiveram uma lógica racionalista, aproximando-se novamente dos modelos republicanos do início do século. Neste sentido, interessa observar dois aspectos distintos mas complementares, por um lado, a inserção urbana do liceu integrada num plano de urbanização que entendia o equipamento escolar como motor da expansão urbana e, por outro lado, o regresso ao pátio, como dispositivo de controle do aluno, assumindo um carácter ideológico,”(Moniz, 2015, p. 128)

O Liceu Feminino de Coimbra foi criado em 1918 ocupando a casa n° 111 na Avenida Sá da Bandeira, no entanto em 1919, passa a ser denominado Liceu Nacional Infanta D. Maria e só através do *“Plano de 1938 definido pela Junta Construções Escolares para o Ensino Técnico e Secundário”* (Moniz, 2002, p. 89) realiza-se a *construção de seu edifício* entre o período de 1943 e 1948.

O projeto vencedor do concurso foi de Cristiano da Silva, e apresentou na concepção do Liceu Infanta D. Maria, influências republicanas do Liceu Camões, de Miguel Ventura Terra.

“A planta geral retoma uma composição clássica e simétrica introduzindo um sentido dinâmico através do corpo cilíndrico e dos corredores ligeiramente curvos que arrancam a partir da entrada. Reinventando a tipologia do Liceu Camões, como aliás já havia feito de modo diferente no Filipa, os arquitectos propõem um U com dois pátios separados pelo corpo rectangular do Pavilhão da Educação Física, localizado a eixo com a entrada. A proposta encerra os dois pátios através de uma galeria envidraçada, que une todo o conjunto, e dos recreios cobertos, numa solução semelhante à do Liceu Rodrigues de Freitas.”(Moniz, 2002, p. 88)

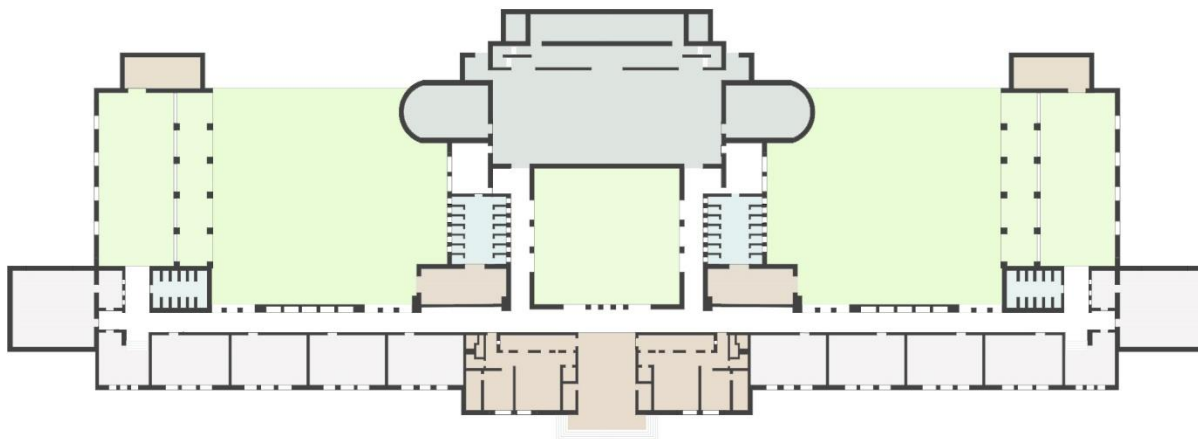


Figura 11 – Liceu Infanta D. Maria, projeto original.
Planta Baixa, piso 0, escala 1:800

- Admnistração
- Salas de Aula
- Recreio
- Biblioteca
- Casa de Banho
- Ginásio
- Auditório

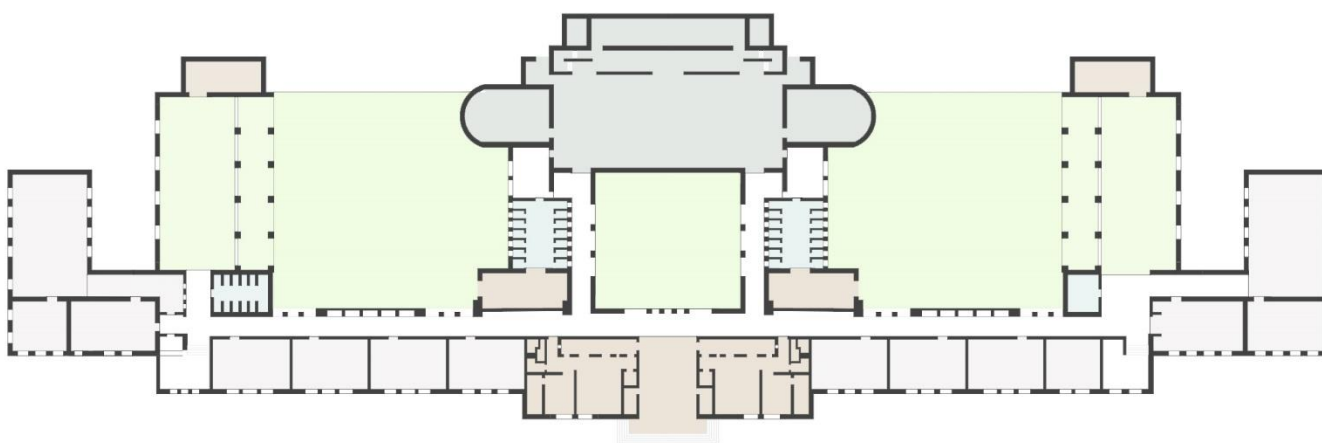


Figura 12 – Liceu Infanta D. Maria, atual situação.
Planta Baixa, piso 0, escala 1:800

Além do investimento no ensino através dos novos equipamentos escolares, este projeto representou a intenção do Estado de estruturar e desenvolver zonas urbanas. Devido a localização do terreno estar implantada numa região não urbanizada, seu projeto refletiu num complexo estudo de sua implantação e da relação do Liceu com o espaço urbano que veio a se desenvolver após sua construção, contribuindo assim para a consolidação do bairro Solum.

“O novo Liceu iria dar à cidade, não só um moderno estabelecimento de ensino, potenciador de uma maior e melhor dinâmica educativa, como fomentou também o crescimento e modernização daquela extensa zona do Calhabé. Poucos anos depois, nasceram ali a Escola Comercial e Industrial Brotero, a Escola do Magistério Primário com as Escolas Primárias anexas, o Estádio Municipal de Coimbra e o nos anos sessenta, o bairro residencial da Solum, urbanização de qualidade, provando que a escolha daquele local fora uma boa aposta.”(Pedro, 2010, p. 115)

A tipologia em pente apresenta uma organização funcionalista e racionalista principalmente através da sua métrica estrutural que se repete e compõe a fachada exterior de forma a comunicar os espaços funcionais edificados através de sua própria estrutura.

Os espaços que mais ganham expressão são os espaços de convívio, neste caso os pátios, ginásio, biblioteca, e entrada que afirma a monumentalidade do Liceu através do pórtico de entrada e da escadaria de acesso que salienta da fachada principal e comunica com a rua. Assim o Liceu cria uma forte relação com o espaço urbano, sobretudo com a frente que se constitui entre o estádio e o Liceu, enquadrando este projeto num complexo conjunto de equipamentos urbanos.

“Era um edifício de dois pisos, com um grande espaço envolvente, ajardinado à frente. A entrada fazia-se tal como hoje, por uma escadaria pela qual se acede a um pórtico de linhas neoclássicas, com quatro colunas que se repetem no segundo andar, encimadas por um frontão, que marcam a simetria da construção.”(Pedro, 2010)

“Nos dois corpos laterais, bem como em todo o edifício, virado a sul, havia amplas janelas, que garantiam uma boa iluminação das dezasseis salas de aula normais, Biblioteca, Sala dos Professores, Secretaria e Gabinete da Reitora. Nos topos e do lado norte havia dois Anfiteatros, Ginásio com um palco que nalguns momentos do ano se transformava em Salão de Festas, Sala de Desenho, Trabalhos Manuais, Laboratório de Física e de Química, Cantina, Campos de Jogos, recreios cobertos e ainda espaços de recreio ao ar livre.”(Pedro, 2010, p. 116)

O aumento da população estudantil refletiu na ampliação do Liceu, “Assim, em 1959/1960, construíram-se quatro salas pré-fabricadas e três anos depois, obras de maior vulto, dotaram-no de mais oito salas, quatro novos gabinetes, novo anfiteatro, melhoraram-se os existentes e a cantina, vindo a beneficiar de nova intervenção em 1969.”(Pedro, 2010, p. 117)

Esses projetos normalizados constituíram-se como forte influência para a concepção dos edifícios escolares em todo território nacional. A rápida necessidade de

espaços escolares resultaram na opção por construção pré-fabricada para se realizar o projeto com mais rapidez e economia através da repetição do processo construtivo.

“A questão da construção da escola moderna em Portugal corresponde, de facto, a este tempo longo, fundado no projecto de uma arquitectura do equipamento público que dá resposta à proposta liberal para a sociedade e para o território português, desde a reforma do ensino de 1836 promulgada por Passos Manuel. Este processo transita do século XIX para o século XX atravessando os diversos regimes políticos e, por isso, é um processo de continuidade e não de rupturas.”(Pedro, 2010, p. 131)

4. TEMAS CRUZADOS

O surgimento da humanização da pena e a democratização do ensino durante o século XVIII e XIX refletiram numa grande mudança legislativa e social que implicou o desenvolvimento de uma arquitetura complexa para atender as novas exigências dos direitos humanos.

Contudo, o discurso humanista na arquitetura foi traduzido pela concepção higienista que permitia a salubridade do edifício através da ventilação cruzada e iluminação natural mas não se concentrou em desenvolver o espaço do ponto de vista cognitivo.

Porém, apesar de representar um avanço significativo para a diminuição de proliferação de doenças físicas, não se foi discutido o reflexo da relação da arquitetura com o indivíduo.

Por se tratarem de instituições de controle, tanto a arquitetura prisional quanto a escolar foram concebidas no âmbito disciplinar, refletindo numa arquitetura rígida que favorecia a vigilância e controle da instituição sobre o indivíduo, seja o recluso, ou o aluno.

Portanto, essas instituições trazem em sua concepção características bastante semelhantes do ponto de vista ideológico e político que se traduzem na arquitetura através da organização do espaço e de práticas funcionais.

Dessa forma, este capítulo visa analisar temas que se cruzam entre essas duas instituições e portanto, pretende-se observar nos diferentes períodos políticos a visão disciplinar do Estado acerca do indivíduo, nomeadamente no âmbito prisional, a cela, e no âmbito escolar, a sala de aula, por se constituírem como espaço de maior tempo de vivência para cada sujeito dentro de cada instituição.

Do ponto de vista do coletivo, ambas as instituições apresentam os mesmos espaços de convivência e portanto será analisado o pátio, o refeitório e a biblioteca como espaços de carácter social em que ocorrem as relações sociais nessas instituições.

Além disso, pretende-se perceber de que forma ocorrem os fluxos entre ambientes e que conseqüentemente, caracterizam o corredor de passagem como espaços de transição.

ANÁLISE TIPOLOGICA
(Escala 1:7000)

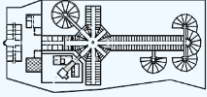
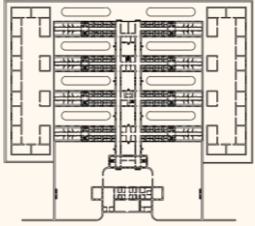
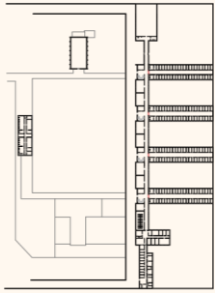
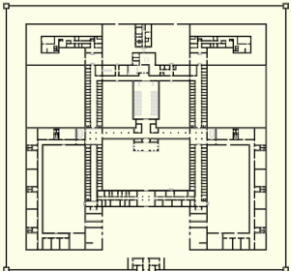

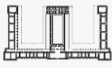


MONÁRQUIA	PRIMEIRA REPÚBLICA	ESTADO NOVO	
<p>CRUZ LATINA EPC 1876-1901</p> 	<p>PAVILHONAR Cadeia Civil de Lisboa 1913</p> 	<p>PAVILHONAR Cadeia Penitenciária de Alcoentre. 1944</p> 	<p>PÁTIO Cadeia Central de Lisboa 1954</p> 
<p>PÁTIO Liceu Central de Lisboa 1881-1911</p> 	<p>PENTE Liceu Camões 1907-1909</p> 	<p>PENTE Liceu Nacional Latino Coelho 1930-1937</p> 	<p>PENTE Liceu Infanta D. Maria 1942-1948</p> 

Figura 13 | Evolução tipológica Prisões e Liceus. Plantas Baixas, piso térreo.

4.1 O INDIVÍDUO

Os direitos do indivíduo em Portugal passam a ser reconhecido após a Revolução Liberal de 1820 que muda o carácter político de Monarquia Absoluta para Monarquia Liberal, instituindo assim, os direitos e liberdade ao cidadão.

Anteriormente a esta revolução, apenas a nobreza e membros do clérigo tinham acesso a educação e a direitos favorecidos perante a classe considerada inferior. No entanto, com a mudança política e ideológica, se tornou necessário criar equipamentos públicos para atender a democratização dos direitos do cidadão.

Dessa forma, houve uma tentativa de criar esses equipamentos públicos para a reestruturação social, contudo essas mudanças fizeram parte de um processo muito lento que só se concretizaram ao final do século XIX, no período final da Monarquia e consequentemente foram continuadas posteriormente nos diferentes períodos políticos, assumindo portanto, características distintas.

Apesar da intenção em estruturar a sociedade através dos equipamentos públicos, como as escolas e prisões, a visão absoluta do Estado monárquico prevaleceu como se pode constar através da arquitetura.

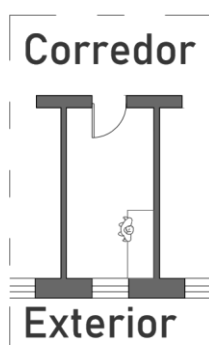
Nota-se o conservadorismo do projeto arquitetónico tanto a nível prisional como escolar, ambas as plantas concêntricas, conforme os princípios panópticos de vigilância, centralizam o poder e controle da instituição sobre o indivíduo que o visou o manter maior parte do tempo em cela prisional, e no caso escolar, em sala de aula, não se diferenciando muito entre a concepção e ideologia inicial e a atual concepção dessas instituições.

A CELA

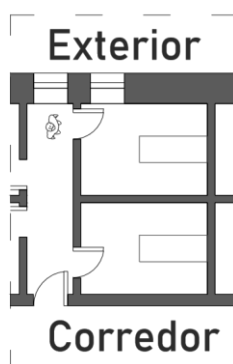
O princípio da arquitetura prisional celular em Portugal se consolidou com bastante relevância a nível social, ideológico e arquitetónico, tanto por representar, enquanto equipamento público os ideais Liberais, através do reconhecimento do recluso como ser humano, e que tem seus direitos, quanto por acompanhar arquitetonicamente os modelos mais desenvolvidos da época, nomeadamente o *panóptico*.

Apesar das primeiras construções prisionais portuguesas terem sido iniciadas no âmbito ideológico liberal, a arquitetura refletiu o poder ainda marcante da igreja tanto na questão espacial quanto funcional. A nível espacial, nota-se claramente a semelhança através do projeto em cruz latina do Estabelecimento Prisional de Coimbra, muito semelhante a nave central e transepto das igrejas. Neste estabelecimento prisional, a intenção do projeto baseou-se em favorecer a vigilância centralizada no octógono, zoneando assim as celas no corpo da cruz latina.

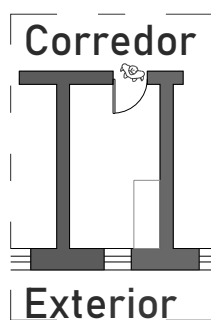
ANÁLISE DE CELAS PRISIONAIS
(Escala 1:200)



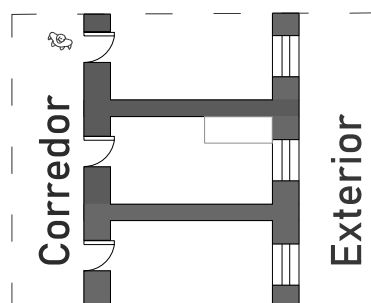
Penitenciária de Coimbra - 9,25 m²



Cadeia Civil de Lisboa - 7,92 m²



Colónia Penitenciária de Alcoentre - 9,46 m²



Cadeia Central de Lisboa - 9,66 m²

Figura 14 | Análise de celas prisionais

Enquanto que a nível funcional, as celas assumiram ideologicamente o carácter de penitência da igreja católica, em que o indivíduo para ser recuperado deve passar por algum tipo de sofrimento oriundo da pena, neste caso, acreditava-se na recuperação do recluso através da prática religiosa e isolamento em cela individual, cuja dimensão não excedia 9,4 metros quadrados.

Apesar do reconhecimento dos direitos humanos do recluso, a arquitetura prisional limitou-se aos direitos higienistas, de forma que cada cela dispôs de uma janela para atender os requisitos mínimos de iluminação e ventilação.

Contudo o subdimensionamento da cela limitava os movimentos do recluso, acentuando a sensação de aprisionamento, do vazio mobiliário, e inclusive da própria incidência solar, já que as janelas eram pequenas, gradeadas, e colocadas a uma altura que limitasse ao máximo o contato do recluso com o exterior.

Em relação às mudanças acerca da cela, na verdade quase nada foi mudado até os dias de hoje, com exceção do zonamento da cela no projeto que ao longo dos períodos, foram assumindo posições distintas.

Na transição do período político monárquico para Primeira República, as principais mudanças ocorreram no tempo de permanência da cela, pois neste período foi instituído o trabalho obrigatório como atividade de recuperação do recluso. Portanto, o programa arquitetónico foi acrescido de salas de aula e oficinas de trabalho, o que diminuiu o tempo de reclusão solitária em cela.

Além disso, houve maior abertura da planta panóptica para o modelo pavilhonar da Cadeia Civil de Lisboa, que permitiu a criação de pátios entre as alas, favorecendo a iluminação e ventilação das celas, ainda que mantida nos padrões mínimos. Essa disposição contribuiu também para aumentar a capacidade de celas para reclusos, descentralizando a visibilidade do guarda prisional, já que apesar do corredor de vigilância permanecer no centro do projeto arquitetónico, necessitava de uma quantidade maior de guardas para vigiar cada ala pavilhonar.

De facto, comparado ao Estabelecimento Prisional de Coimbra, esta disposição arquitetónica permitiu maior movimentação do recluso pelo estabelecimento pavilhonar, uma vez que distinguia os edifícios por funcionalidade, nomeadamente as zonas de aprendizados e trabalho, como as salas de aula e oficinas localizadas separadamente nas extremidades do corpo central e as zonas de banho de sol, os pátios entre os pavilhões.

Durante o período da ditadura (1926-1974) foi o momento que mais se construiu prisões, tanto pelo aumento de reclusos, nomeadamente os presos políticos, quanto por se tratar de um governo ditatorial que concentrava o poder e utilizava a prisão como equipamento público de intimidação e conseqüentemente controle social e político.

Por um lado, apesar do controle absoluto da ditadura, analisando a Colónia Penitenciária de Alcoentre, é possível perceber uma abertura da planta do projeto com o exterior, em que as alas das celas tem maior relação com a envolvente e que os pátios são maiores, assumindo uma distância maior entre os pavilhões. No entanto, essa relação com a envolvente limita-se à visibilidade, uma vez que bem delimitadas pelos muros e elementos que controlam o acesso dos reclusos. O carácter da cela permanece o mesmo, com dimensões mínimas acerca do espaço e das janelas que limitam o contato com o exterior.

Por outro lado, a Cadeia Central de Lisboa apresenta-se com maior complexidade espacial, em que a simetria organiza rigidamente os espaços em torno de pátios. Portanto, acerca do zoneamento, as celas são duplamente alinhadas paralelamente entre si, separadas perpendicularmente ao meio pelo corredor de vigilância do guarda prisional. Esta disposição diminuiu o fluxo do recluso, centralizando e aproximando todas as atividades entre si, facilitando portanto, o controle da instituição sobre os reclusos, mas limitando e diminuindo as transições entre espaços.

Por fim, pode-se constatar que as celas permaneceram com dimensões muito semelhantes não diferindo sua concepção original do século XIX, permanecendo com o aspecto de jaula e que portanto não colabora para o desenvolvimento do recluso.

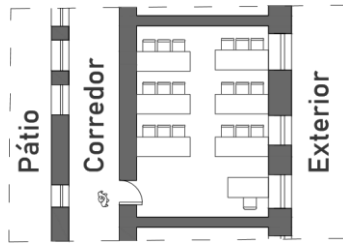
A SALA

A Reforma de Passos Manuel em 1836 deu origem ao início dos equipamentos públicos escolares em Portugal, finalizando com o antigo modelo de ensino privado colegial e domiciliar e introduzindo o ensino científico e humanístico.

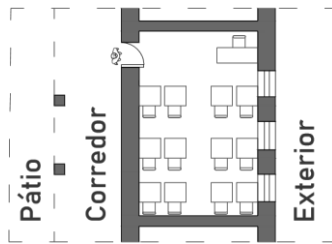
Dessa forma, a arquitetura escolar do Liceu Passos Manuel surge como um grande equipamento de ensino que abrangeu a prática do ensino teórica, nas salas de aulas convencionais, e a prática do ensino experimental, nos laboratórios.

A tipologia conventual do Liceu permitiu organizar as salas de aula a volta do pátio, o que por um lado favoreceu as condições higienistas através da ventilação cruzada conseguida pela abertura do pátio, e por outro lado, favoreceu a vigilância de todo o espaço escolar.

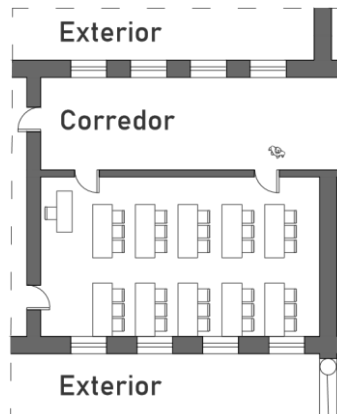
ANÁLISE DE SALAS DE AULA
(Escala 1:300)



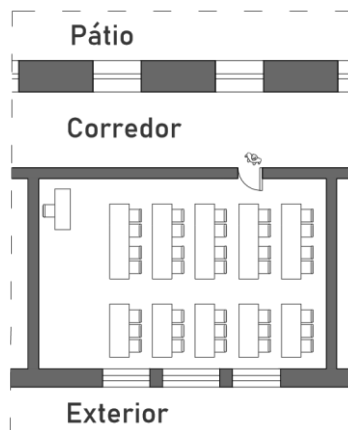
Liceu Passos Manuel – 25,55 m²



Liceu Camões – 34,27 m²



Liceu Nacional Latino Coelho – 69,00 m²



Liceu Infanta Dona Maria – 85,80 m²

Figura 15 | Análise de salas de aula

Dessa forma a sala de aula estabelecia ligação visual com o exterior da escola através das janelas, como também era vista e controlada pela visibilidade através do corredor que permitia a vigilância do diretor com o funcionamento das aulas.

A organização da sala de aula priorizou o controle do professor sobre os alunos, e portanto estabeleceu-se um espaço hierárquico com principal ênfase na disciplina o que contraria o próprio significado da palavra educação, que em latim quer dizer “guiar para fora”, enquanto que a disciplina rígida de longos períodos em sala de aula contribui mais para um aprisionamento do que para uma libertação.

Na transição política da Monarquia para a Primeira República de Portugal foi construído o Liceu Camões que apresentou influências democráticas na própria tipologia em pente, por estabelecer maior relação do espaço escolar com o entorno através da abertura dos pátios e centralização do ginásio de desporto, relevando a importância da prática desportiva.

Esta tipologia surgiu com os avanços tecnológicos construtivos que favoreceu a construção mais rápida e barata já que as cidades estavam em expansão e conseqüentemente necessitavam de muitas construções.

Além de atender as questões higienistas também mantinha a ideia da centralidade simétrica para favorecer a vigilância e a racionalidade espacial para favorecer a função.

Contudo, a sala de aula permaneceu com a mesma concepção. O que variou foi a abertura do pátio que permitiu maior relação visual entre a sala de aula com o meio externo.

No período da Ditadura houve uma grande construção de equipamentos públicos com a intenção de levar ordem e conseqüentemente educação nacional a todo o território.

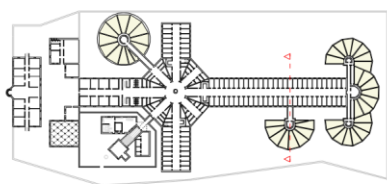
Apesar de inserido num período de censura e controle máximo, a arquitetura acompanhou o desenvolvimento internacional se desprendendo da concepção em pente e constituindo-se numa lógica funcional que separava as atividades por blocos interligados por corredores.




A necessidade de construir liceus maiores implicaram na concepção de uma nave única muito longa, como pode-se notar através do Liceu Infanta Dona Maria, que organizava as salas de aulas ao longo desse extenso corredor. Assim as salas de aula ficaram isoladas do restante do programa dispersando a centralidade da vigilância da direção com os alunos.

O interior da sala de aula permaneceu com as mesmas características, no entanto, com dimensões maiores devido o aumento de alunos por turma. Esse aumento

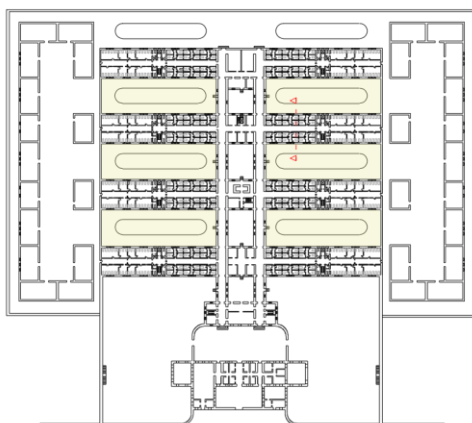
ANÁLISE DE ESPAÇOS COLETIVOS PRISIONAIS
FIGURA 16 | Escala 1:3800

Penitenciária
de Coimbra
24,48 m²/pátio

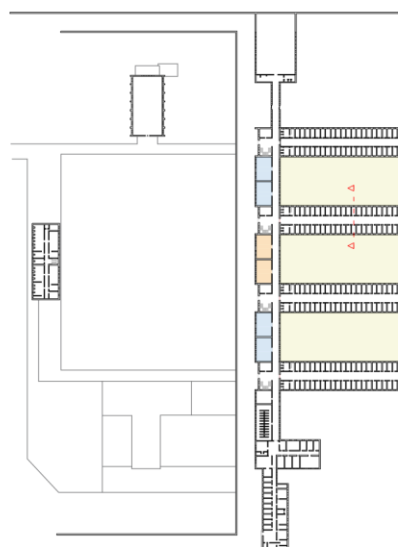


-  Pátio
-  Refeitório
-  Biblioteca

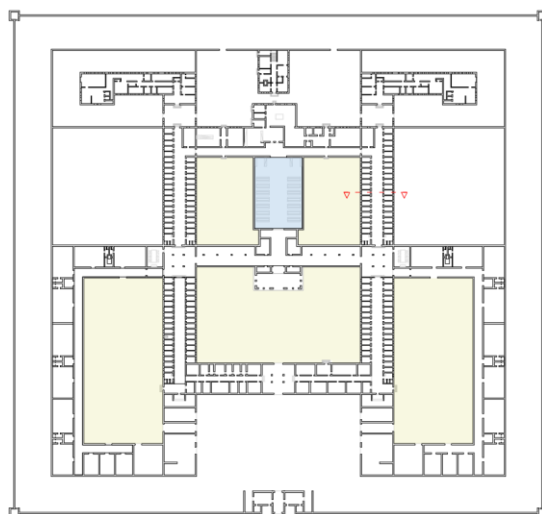
Cadeira Civil
de Lisboa
1055 m²/pátio



Colónia Penitenciária
de Alcoentre
1483 m²/pátio



Cadeia Central
De Lisboa
3272 m²/pátio



da capacidade de alunos implicaram num maior distanciamento dos alunos que se sentavam mais atrás, o que dificultava a visibilidade e audição durante a aula e consequentemente, diminuía a capacidade de aprendizagem e de controle do professor com os alunos.

Portanto, pode-se notar que os avanços da arquitetura escolar estão relacionados a construções maiores e mais complexas, que permitiam maior capacidade de alunos na mesma escola. Porém, o maior dimensionamento dos espaços escolares não resultaram em avanços arquitetónicos do ponto de vista do uso do espaço, já que permaneceram com o mesmo carácter do século passado, mantendo a mesma estrutura hierárquica organizacional.

4.2 O COLECTIVO – recreio, refeitório, biblioteca

Considera-se espaços coletivos os espaços que permitem a socialização entre os indivíduos de forma livre em que cada um pode-se expressar e agir sem ter que estarem fechados a receberem ordens.

Como sabemos, tanto o indivíduo na prisão quanto o indivíduo na escola, passam maior parte do tempo fechados em celas ou salas de aula e que portanto esses espaços são regidos por dispositivos disciplinares que visam uniformizar o comportamento do indivíduo em termos disciplinares.

Tratam-se de instituições com funcionamentos semelhantes do ponto de vista que ocupam o indivíduo maior parte do tempo fechados onde podem ser monitorados diretamente, enquanto que no momento do intervalo os indivíduos tem a possibilidade de conviverem e estabelecerem relações com o outro e também com o espaço coletivo, como o pátio, o refeitório e a biblioteca, que permitem essa socialização que é fundamental para o autodesenvolvimento.

Hoje em dia apesar da instituição prisional ser de carácter punitivo, o recluso tem direito a conviver mais tempo no pátio que os alunos nos pátios das escolas, o que indica que os alunos passam mais tempo fechados que os reclusos(Observador, 2016). Portanto, será analisada de que forma esses espaços se relacionam com o projeto que assume formas diferentes com os diferentes períodos políticos.

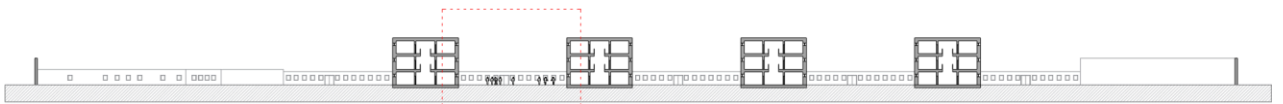
CORTES ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS
(Escala: 1:1700)



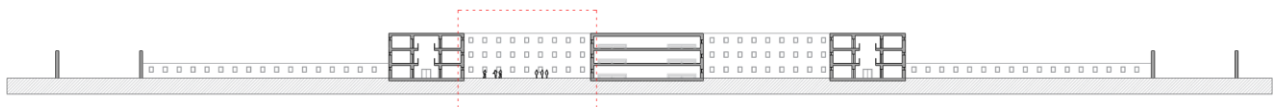
Estabelecimento Prisional de Coimbra



Cadeia Civil de Lisboa



Colónia Penitenciária de Alcoentre



Cadeia Central de Lisboa

Figura 17 | Análise de cortes prisionais

4.2.1 O COLETIVO NA PRISÃO

O espaço coletivo no projeto original do Estabelecimento Prisional de Coimbra não existia já que o princípio da pena era o isolamento individualizado que impossibilitava o contato entre os reclusos.

Para atender a necessidade de saúde pessoal, cada recluso tinha acesso a banho de sol por tempo limitado porém era em pátios individuais e na transição da cela para o pátio era obrigado a usar um capuz que impossibilitasse os reclusos de se conhecerem e estabelecerem relações entre si.

Com relação ao projeto não foi programado refeitório, já que as refeições eram distribuídas em celas, como também não havia biblioteca já que a prática educativa ainda não era reconhecida como elemento para o cumprimento da pena.

Esse reconhecimento veio durante a Primeira República em que o ensino e o trabalho são considerados como elementos regenerativos para os reclusos e o programa arquitetónico é acrescido de oficinas e salas de aula.

Na Cadeia Civil de Lisboa, o modelo pavilhonar criou espaços entre os blocos prisionais onde foram implantados os pátios, enquanto que as salas de aula e oficinas localizavam-se num bloco separado dos pavilhões prisionais diferenciando assim cada bloco por função.

Contudo, a alimentação continuou a ser distribuída isoladamente por cela.

O programa da Colónica Penitenciária de Alcoentre se constituiu com maior complexidade por se tratar de uma penitenciária agrícola, afastada dos centros urbanos para possibilitar o cultivo. Assim, os reclusos passavam mais tempo a trabalhar ao ar livre, o que permitia além do contato com o exterior, o convívio com os outros reclusos, e maior deslocamento físico entre as zonas prisionais. A concepção do pátio manteve-se entre os pavilhões, como na Cadeia Civil de Lisboa, no entanto maior dimensionado e também havia um pátio fechado. A biblioteca e salas de uso livre, destinadas a recreação ou alimentação, eram localizadas ao longo do corredor principal de vigilância.

Já a Cadeia Central de Lisboa foi construída no modelo em pátio que interligava todas as zonas e permitiu a separação dos reclusos de acordo com o tipo de crime por ala prisional. Foram construídos cinco pátios maior dimensionado que a penitenciária anterior, sendo três centrais localizados entre os pavilhões prisionais e o refeitório, e dois laterais entre o bloco principal administrativo e bloco das oficinas e salas de aula.

CORTES DE PÁTIOS PRISIONAIS
(Escala 1:500)

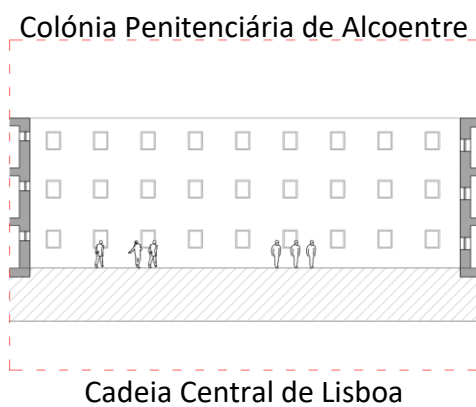
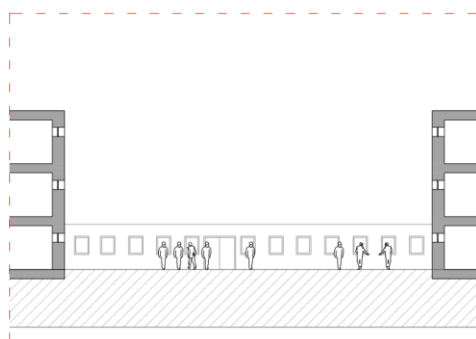
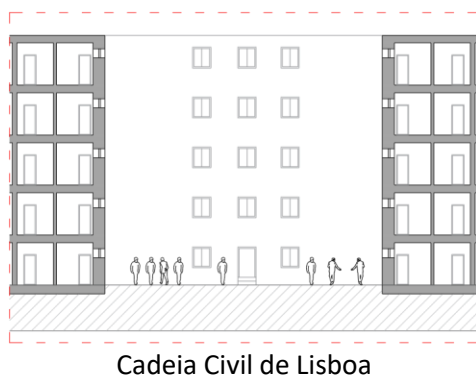


Figura 18 | Análise de cortes de pátios prisionais.

No programa, o refeitório ganha importância no projeto ao ser centralizado entre os pavilhões prisionais, além de dividir os pátios para cada ala prisional, no entanto não tinha capacidade para todos os reclusos, o que permitia que muitos permanecessem isolados em cela mesmo durante as refeições e diminuía assim a socialização entre eles.

4.2.2 O COLETIVO NA ESCOLA

Apesar das escolas disponibilizarem menos tempo de convívio livre entre os alunos em espaços coletivos, os pátios se constituem com maior liberdade de uso do que nas prisões, em que permitem a prática do desporto, recreativa ou mesmo de ensino.

No projeto original do Liceu Passos Manuel, o pátio apresenta um carácter muito fechado e controlado devido a tipologia colegial que centraliza o campo visual. A biblioteca foi implantada perpendicular ao ginásio, interligando-o com o corpo principal do Liceu enquanto que o refeitório foi centralizado entre os pátios, integrado a área de uso coletivo.

No Liceu Camões, a tipologia em pente promoveu uma abertura da planta que permitiu maior relação do espaço liceal com o entorno o que possibilitou uma aproximação da instituição com a cidade, afirmando-a enquanto instituição pública. Dessa forma, o pátio é maior dimensionado e devido à sua abertura, promove maior liberdade de uso, do ponto de vista em que a vigilância centralizada é diminuída.

O Liceu Nacional Latino Coelho foi construído dentro do programa nacionalista do Estado Novo, que buscava levar ordem social a todo território nacional através dos equipamentos públicos. Assim, o Liceu foi concebido como grande equipamento que setorizava por bloco, funcionalidades diferentes e interligava-os por galerias que delimitavam o pátio central os pátios cobertos. O refeitório foi implantado no centro do pátio e perpendicular ao ginásio, setorizado na área de uso coletivo enquanto que a biblioteca foi implantada na extremidade esquerda do corpo principal de salas de aula, setorizado no bloco direcionado a prática do ensino.

Já no Liceu Infanta Dona Maria, a política nacionalista refletiu no carácter monumental do liceu. A tipologia em pente traz de volta a abertura do pátio e consequentemente do espaço liceal com o entorno urbano, que em particular esta obra serviu de impulsionadora da urbanização dessa área da cidade ainda não desenvolvida. Portanto, participou de um conjunto de obras que ordenariam aquele espaço enquadrados como espaços públicos.

ANÁLISE DE ESPAÇOS COLETIVOS ESCOLARES
(Escala 1:1200)

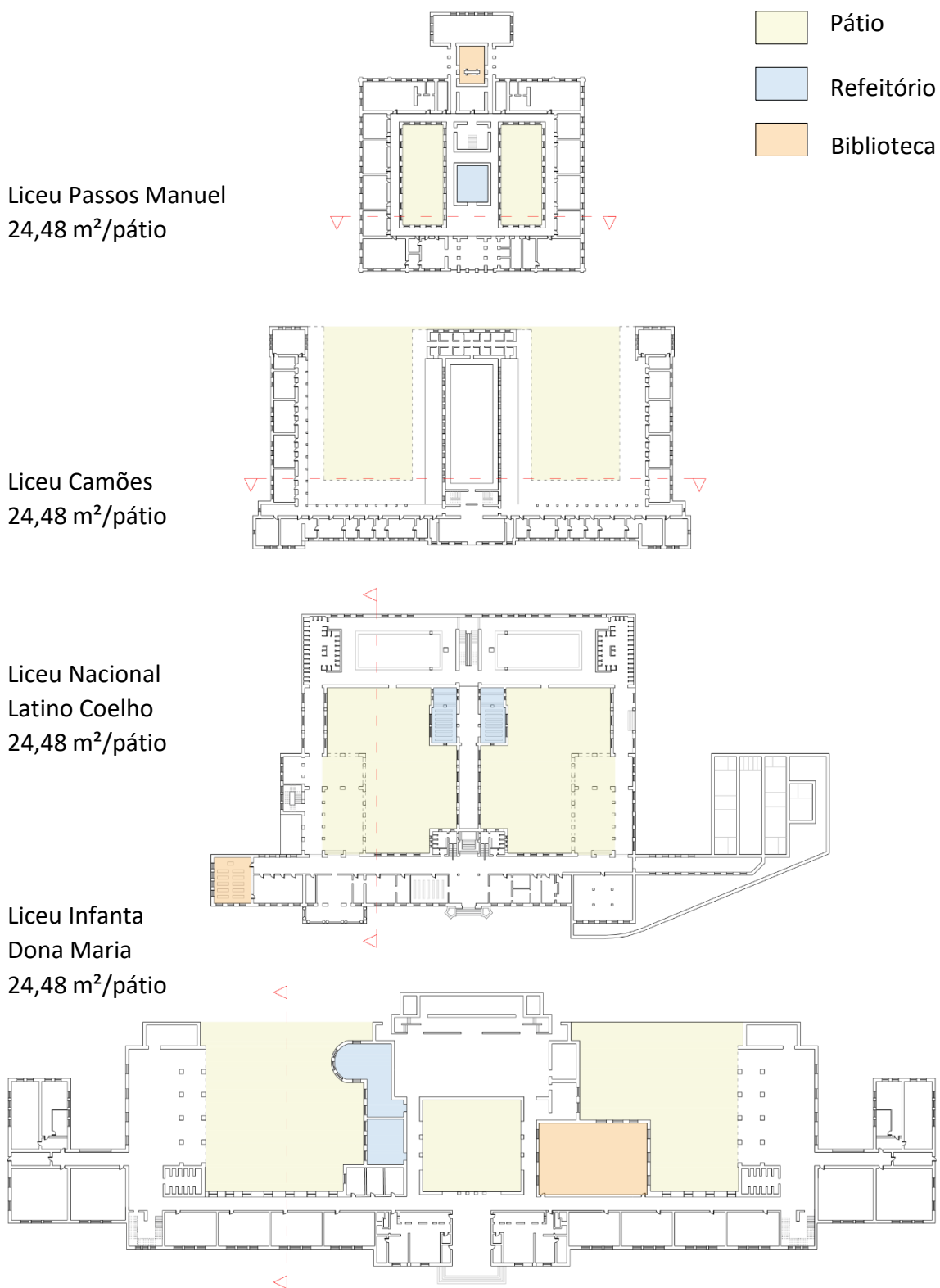


Figura 19 | Análise de espaços coletivos escolares.

A biblioteca foi implantada centralizada a direita em contato com ambos os pátios enquanto que o refeitório centralizado do lado esquerdo também se relacionando com os dois pátios e o ginásio. Essa concepção centraliza os espaços de uso coletivo e distribui as salas de aula e serviços a sua volta.

4.3 ESPAÇOS DE TRANSIÇÃO – o corredor

Considera-se espaços de transição aqueles que permitem o fluxo de um setor para outro e que portanto constituem o que conhecemos por corredor.

Devido o carácter punitivo da pena, as prisões usam o corredor como forma a diminuir o deslocamento do recluso, a fim de facilitar o controle da instituição e que portanto constituem-se como espaços muito fechados e cada vez mais cumpridos devido o crescimento das construções punitivas.

Essa característica não se difere muito da arquitetura escolar, mas nota-se claramente uma diferença grande ao relacionar o corredor com o pátio, o que diminui a sensação de enclausuramento, além de permitir a iluminação e ventilação natural do edifício.

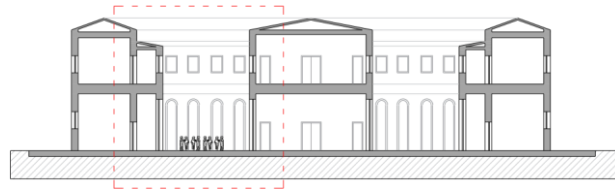
Porém, o corredor tem servido unicamente como percurso entre os espaços e que ao assumirem uma forma monótona, muito longa e estreita, acaba por descartar o uso desses espaços para outros fins. Assim, pretende-se analisar as diferenças de percurso entre as construções já que assumem relações diferentes de acordo com cada tipologia.

Nas prisões pretende-se analisar o fluxo do recluso, o fluxo do guarda-prisional e o fluxo administrativo enquanto que nas escolas será analisado o fluxo do aluno, o fluxo do professor e o fluxo administrativo a fim de compreender melhor como as funções se relacionam nas diferentes tipologias.

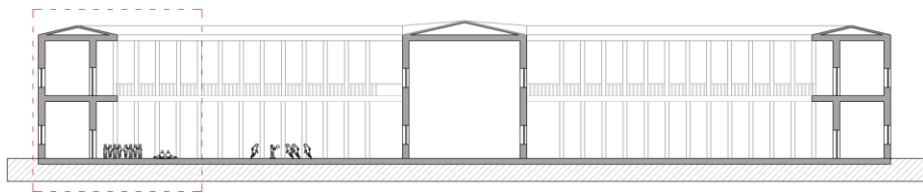
4.3.1 FLUXOS PRISIONAIS

Por questões de segurança, as prisões tem setorizado a área administrativa na zona de entrada por estabelecer maior relação de controle com o exterior e interior. Dessa forma o recluso só passa pela área administrativa no momento da entrada ou saída do estabelecimento e portanto será analisado o percurso diário em cada estabelecimento prisional.

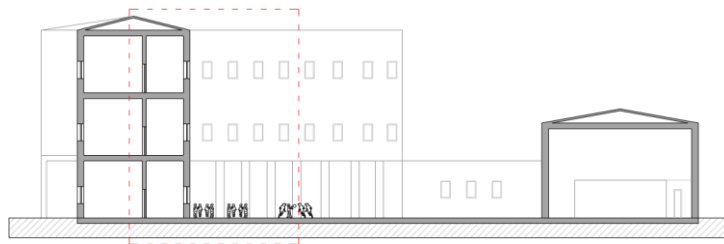
CORTES ESTABELECIMENTOS ESCOLARES
(Escala: 1:800)



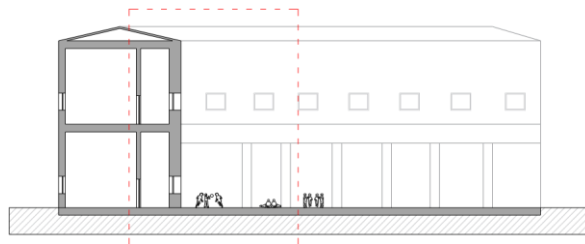
Liceu Passos Manuel



Liceu Camões



Liceu Nacional Latino Coelho



Liceu Infanta Dona Maria

Figura 20 | Análise de cortes escolares.

Na Penitenciária de Coimbra o fluxo do recluso se limitava da cela ao pátio enquanto que com a introdução das oficinas e salas de aula na Cadeia Civil de Lisboa, o fluxo do recluso foi estendido para o bloco exterior destinado ao trabalho.

Já a Colónia Nacional de Alcoentre, por se tratar de uma penitenciária agrícola, permitia um fluxo do recluso por extensas áreas prisionais para a realização do trabalho. Apesar de estarem presos, essa possibilidade de fluxos, aproximava a vida prisional da vida livre, de forma que a Colónia funcionava como uma espécie de cidade, em que o recluso tinha a rotina de acordar, sair do pavilhão, ir trabalhar e regressar ao pavilhão.

Contudo, na Cadeia Central de Lisboa, a tipologia em pátio visou compactar as funções a fim de diminuir os fluxos do recluso colaborando para o controle dos guardas sobre os reclusos. Dessa maneira, a possibilidade de locomoção diminuiu para o recluso como também pelo carácter fechado do pátio que contribui para essa redução locomotiva.

Do ponto de vista do fluxo dos guardas-prisionais é a função que tem maior autonomia e acesso a todas as zonas por questões de vigilância. Considerando as longas jornadas de trabalho, é importante considerar que o guarda-prisional passa quase tanto tempo dentro da prisão quanto o recluso e que por isso os reflexos da arquitetura disciplinar e punitiva também lhe afetam.

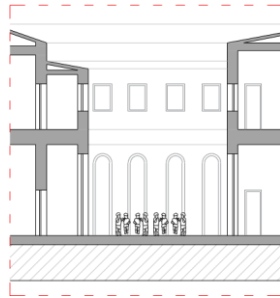
Na Penitenciária de Coimbra, os guardas prisionais assumem controle no edifício de entrada, no primeiro corpo da cruz latina e no octógono onde esta centralizada a visibilidade para todas as alas prisionais enquanto que na Cadeia Civil de Lisboa, ele localiza seus pontos de controle na área administrativa e na dupla galeria que conecta a vigia todos os pavilhões prisionais.

Na Colónia Nacional de Alcoentre, o controle também se inicia na área administrativa de entrada, depois na área de admissão, e ao longo do corredor principal perpendicular aos pavilhões enquanto que na Cadeia Central de Lisboa o controle distribuem-se pelas galerias que conectam as alas prisionais.

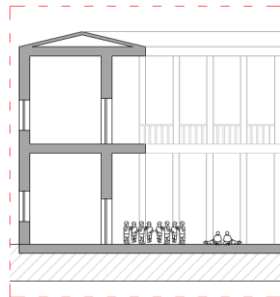
De facto, em todas as tipologias prisionais analisadas, o corredor apresentou-se inserido entre as longas alas prisionais, a fim de minimizar as deslocações, e também bloqueando o contato com o exterior, caracterizando assim, um espaço muito escuro e fechado.

CORTES ESTABELECIMENTOS ESCOLARES

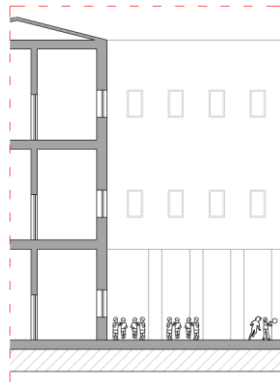
(Escala: 1:500)



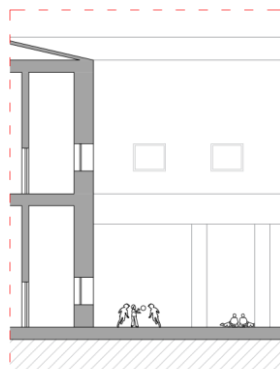
Liceu Passos Manuel



Liceu Camões



Liceu Nacional Latino Coelho



Liceu Infanta Dona Maria

Figura 21 | Análise de cortes escolares.

4.3.2 FLUXOS ESCOLARES

O Fluxo do aluno muito semelhante ao do professor, já que passam maior parte do tempo em sala de aula e partilham dos mesmo horários de intervalos. No entanto, o professor tem acesso a área administrativa onde esta localizado as salas dos professores e estabelecem-se como áreas restritas aos funcionários e que portanto, representam dessa maneira uma hierarquia do espaço que é acentuada por ter o domínio da entrada e saída do edifício.

No Liceu Passos Manuel, o fluxo dos alunos e professores eram muito fechado em consequência da planta colegial. Já no Liceu Camões nota-se a distribuição dos fluxos ao longo da tipologia em pente que possibilitou diminuir a sensação de aprisionamento dos corredores de passagem já que estabelecia contato visual com o pátio exterior.

Devido a tipologia em pente, o Liceu Nacional Latino Coelho, tornou os fluxos mais fechados em consequência do pátio coberto anexado nas laterais do pátio central como também a centralização da caixa de escadas que visualmente limitava o contato com o exterior.

Contudo no Liceu Infanta Dona Maria, a tipologia em pente permitiu maior contato do corredor com o pátio, porém a concentração das salas de aula nesse único corpo tornou-o muito longo o que torna um percurso cansativo e repetitivo.

Ao analisar o desenvolvimento arquitetónico e funcional dos estabelecimentos prisionais e escolares estudados, é possível perceber uma forte influência do método de aprendizagem da igreja católica, em que o indivíduo é isolado em cela ou sala de aula, a fim de absorver informações, seja através da leitura e reflexão ou visualização da aula, semelhante a prática de aprendizagem dos antigos mosteiros e conventos. Essa metodologia de ensino, baseada na transmissão de conhecimento dentro de um espaço fechado, reflete na concepção arquitetónica que limita o programa do projeto, a espaços internos e fechados.

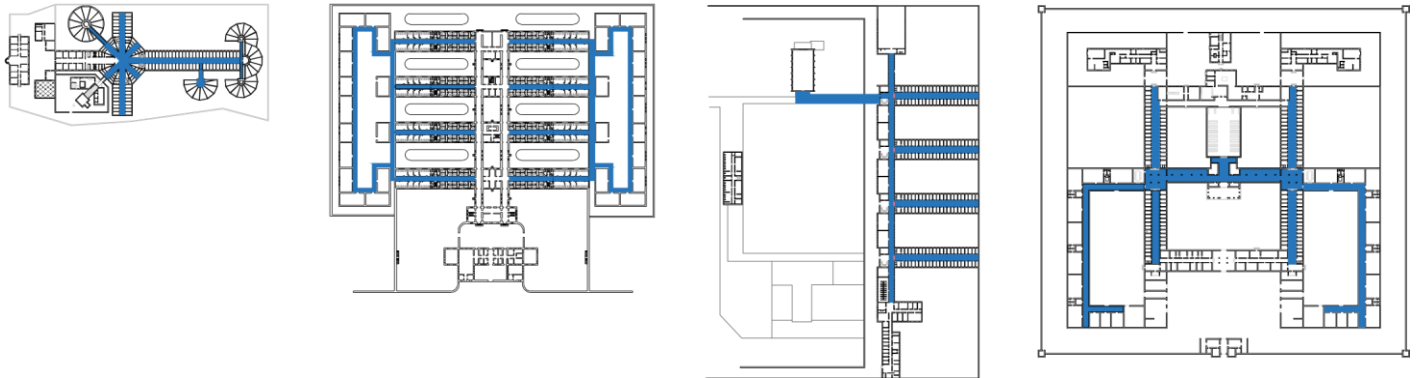
A continuidade desse método de aprendizagem permanecem até os dias de hoje, o que indica uma ausência de avanços do ponto de vista pedagógico e que se refletem na arquitetura que também permanece com aspectos retrógrados priorizando elementos de disciplina e controle, ao invés de aspectos educacionais.

Apesar de se tratarem de estabelecimentos de carácter social, os principais avanços observados em ambas as instituições, direcionaram-se sobretudo a melhoria das condições higiênicas e aprimoramento dos elementos de controle e segurança.

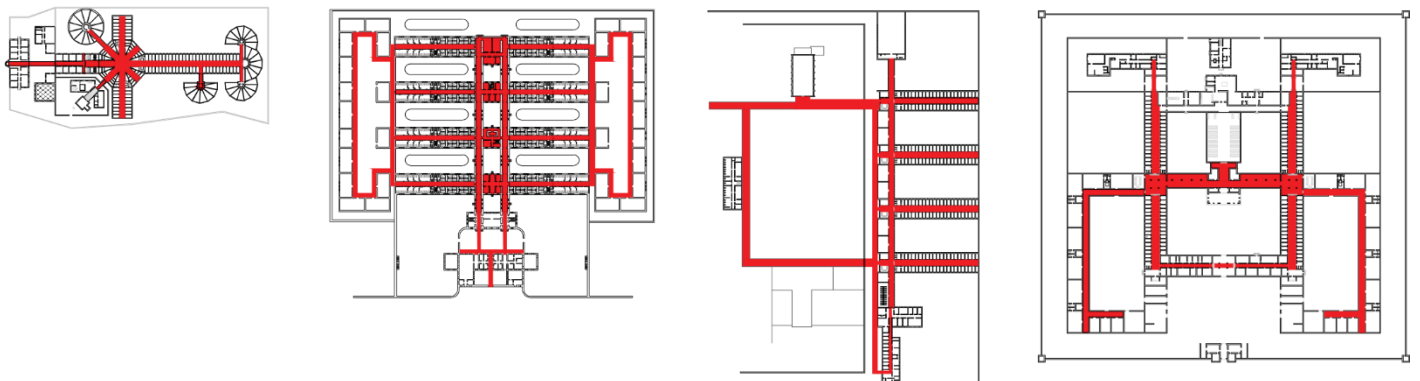
ANÁLISE DE FLUXOS PRISIONAIS

(Escala 1:5500)

FLUXOS DO RECLUSO



FLUXOS DO GUARDA-PRISIONAL



FLUXO ADMINISTRATIVO

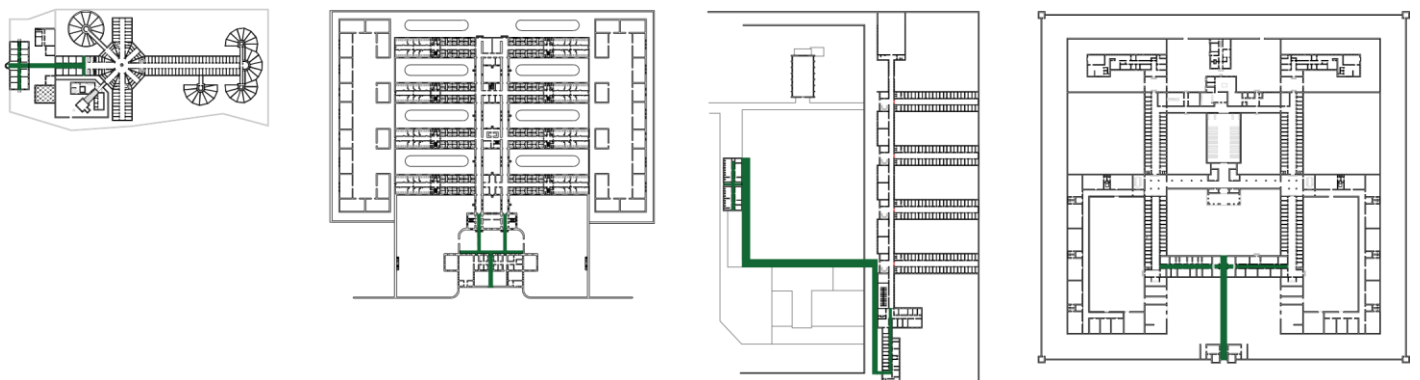
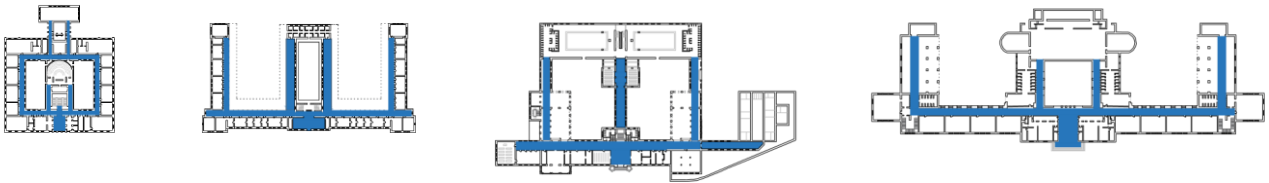


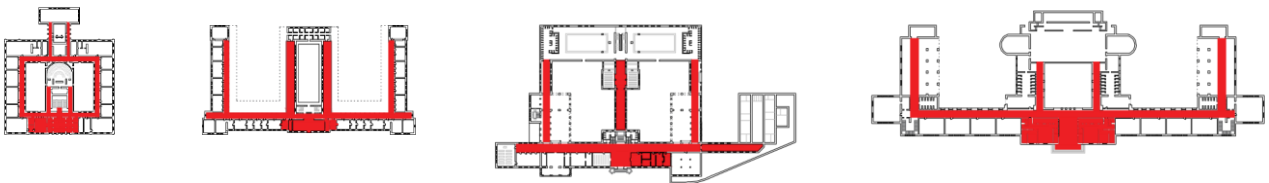
Figura 22 | Análise de fluxos prisionais.

ANÁLISE DE FLUXOS ESCOLARES
FIGURA 23 | Escala 1:3500

FLUXO DO ALUNO



FLUXO DO PROFESSOR



FLUXO ADMINISTRATIVO

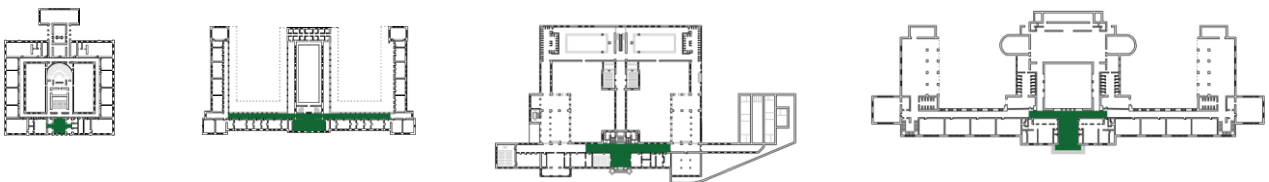
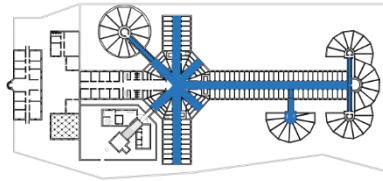


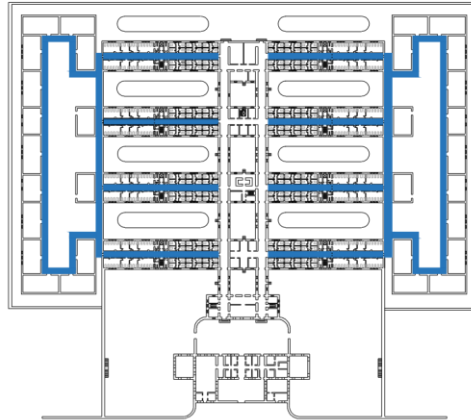
Figura 23 | Análise de fluxos escolares.

ANÁLISE DE FLUXOS DO RECLUSO
FIGURA 24 | Escala 1:3800

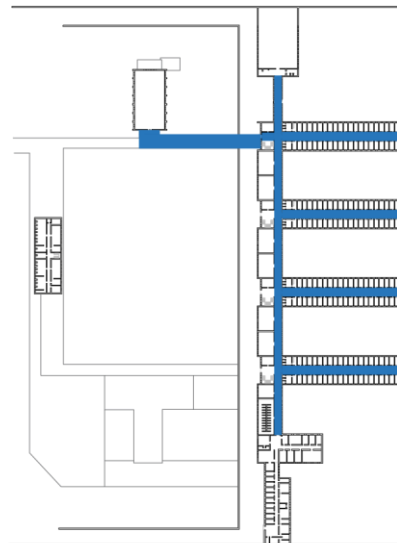
Penitenciária de
Coimbra
Corredor Principal:
3,80x69,00 m



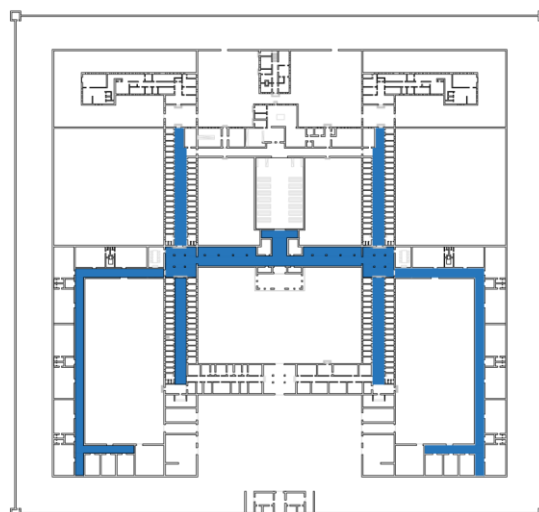
Cadeira Civil
de Lisboa
Corredor Principal:
3,95x138,00 m



Colónia Penitenciária
de Alcoentre
Corredor Principal:
3,35x179,00 m

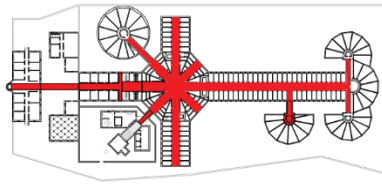


Cadeia Central
de Lisboa
Corredor Principal:
5,65x128,00 m

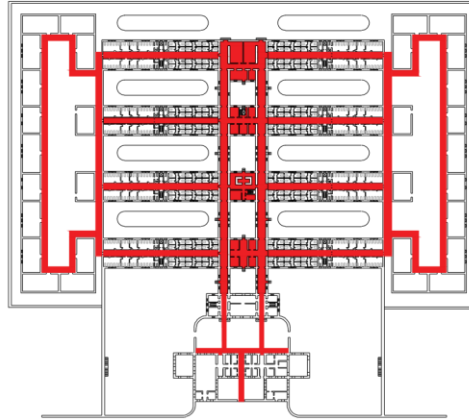


ANÁLISE DE FLUXOS DO GUARDA PRISIONAL
FIGURA 25 | Escala 1:3800

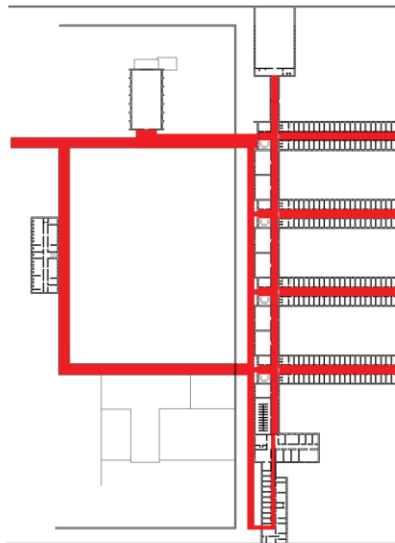
Penitenciária de
Coimbra



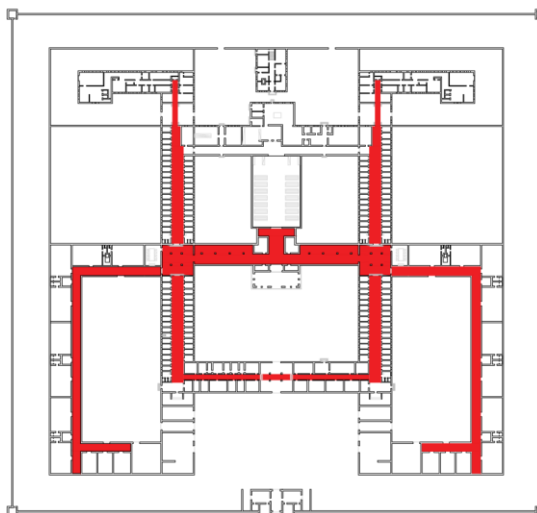
Cadeira Civil
de Lisboa



Colónia Penitenciária
de Alcoentre

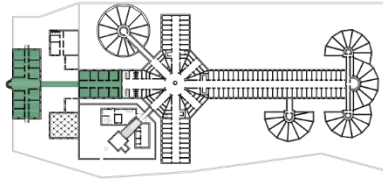


Cadeia Central
de Lisboa

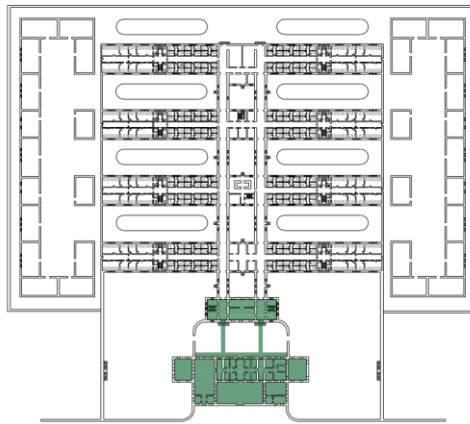


ANÁLISE DE FLUXOS ADMINISTRATIVO PRISIONAL
FIGURA 26 | Escala 1:3800

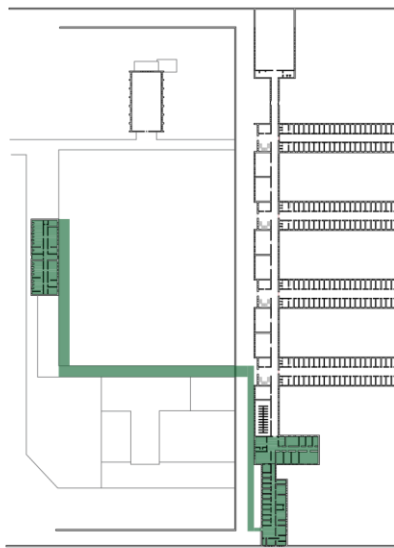
Penitenciária de
Coimbra



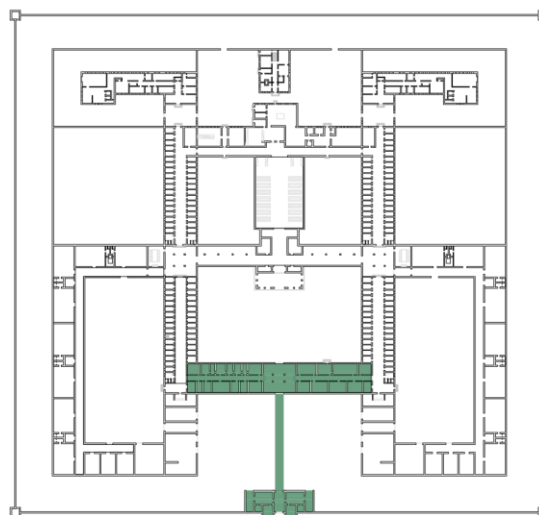
Cadeira Civil
de Lisboa



Colónia Penitenciária
de Alcoentre

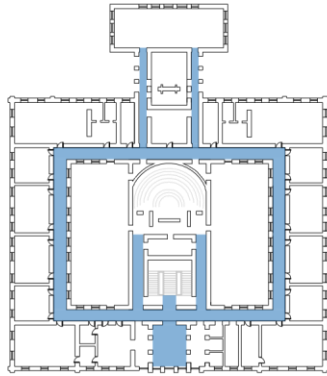


Cadeia Central
de Lisboa

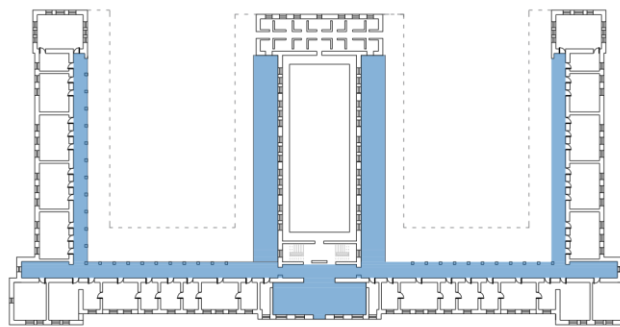


ANÁLISE DE FLUXOS DO ALUNO
FIGURA 27 | Escala 1:1200

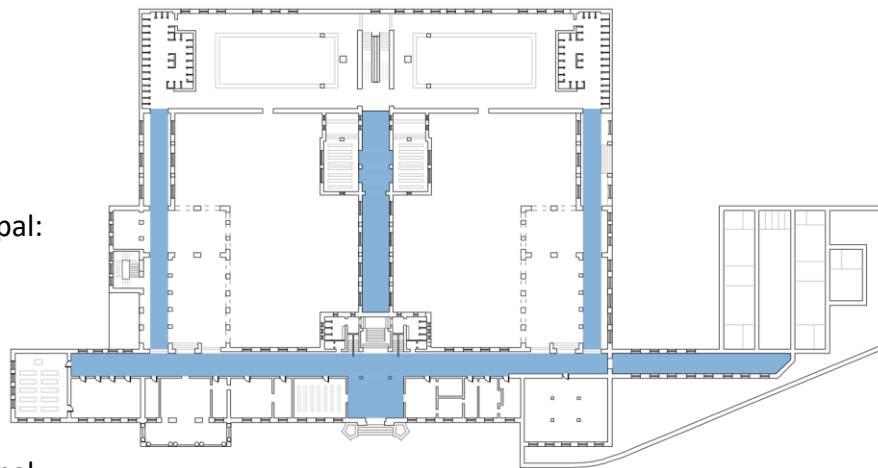
Liceu Passos Manuel
Corredor Principal:
1,80x37,00 m



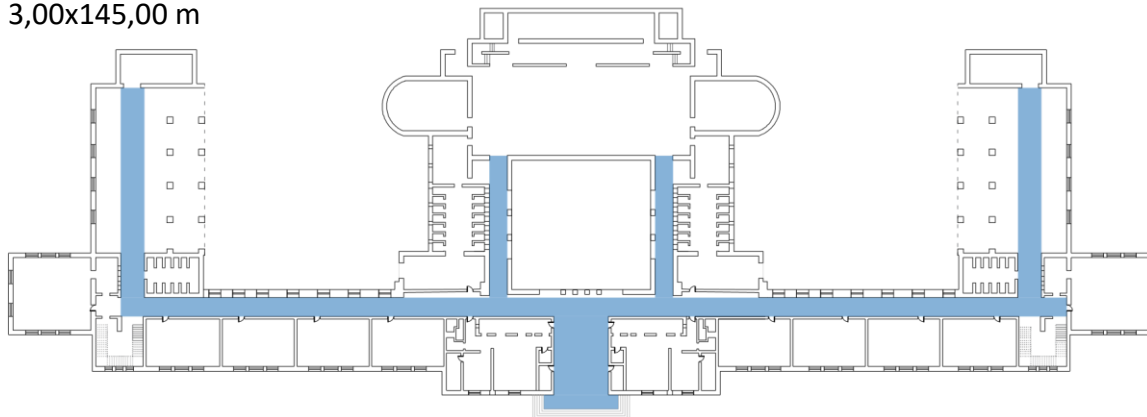
Liceu Camões
Corredor Principal:
2,00x78,00,00 m



Liceu Nacional
Latino Coelho
Corredor Principal:
3,70x85,00 m

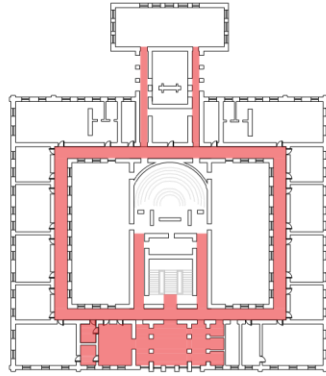


Liceu Infanta
Dona Maria
Corredor Principal:
3,00x145,00 m

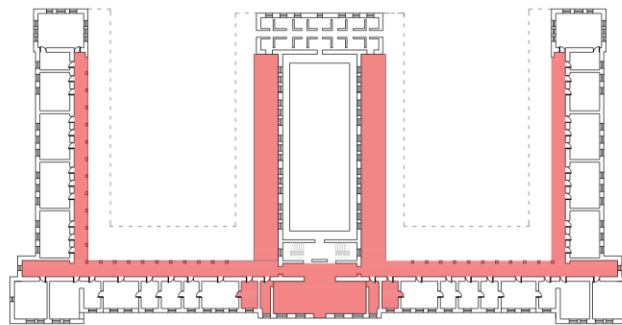


ANÁLISE DE FLUXOS DO PROFESSOR
FIGURA 28 | Escala 1:1200

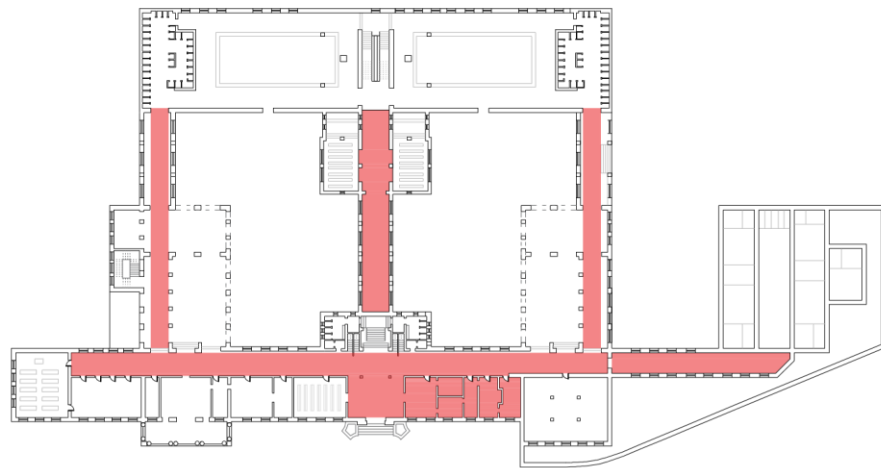
Liceu Passos Manuel



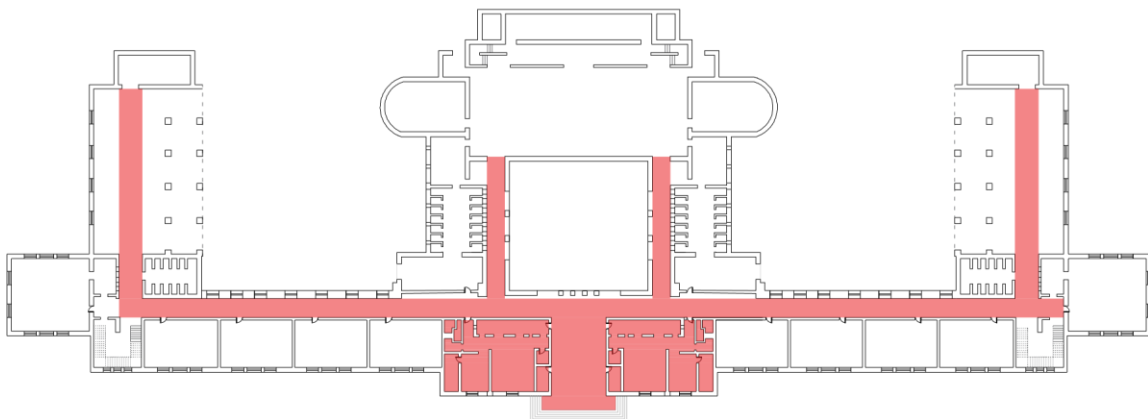
Liceu Camões



Liceu Nacional
Latino Coelho

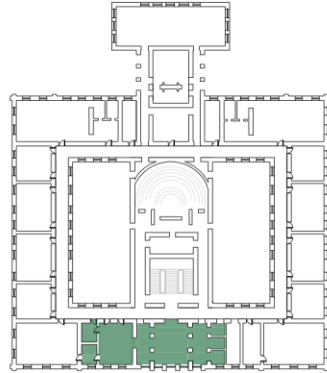


Liceu Infanta
Dona Maria

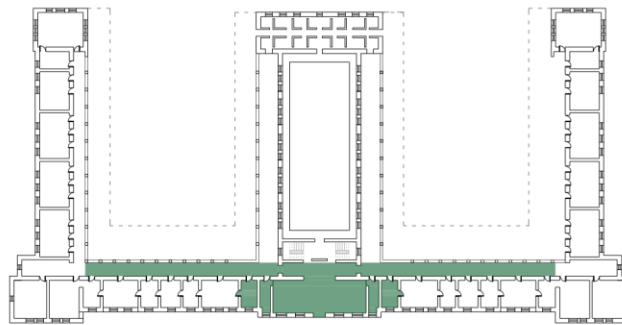


ANÁLISE DE FLUXOS ADMINISTRATIVO
FIGURA 29I Escala 1:1200

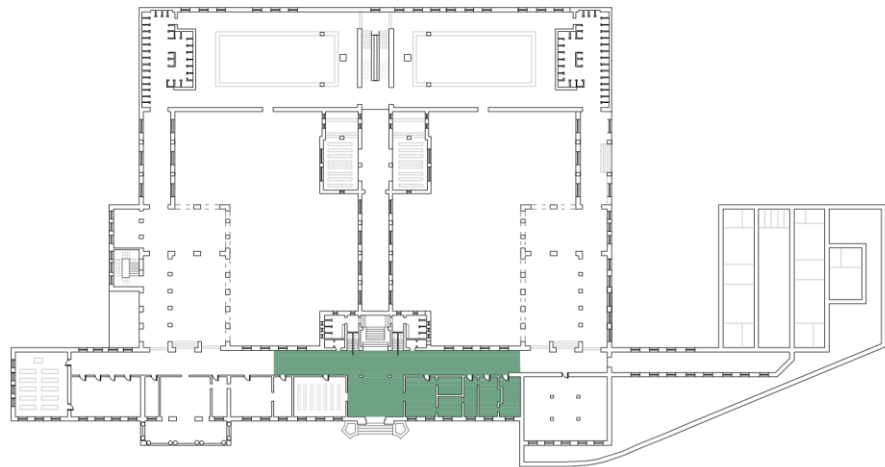
Liceu Passos Manuel



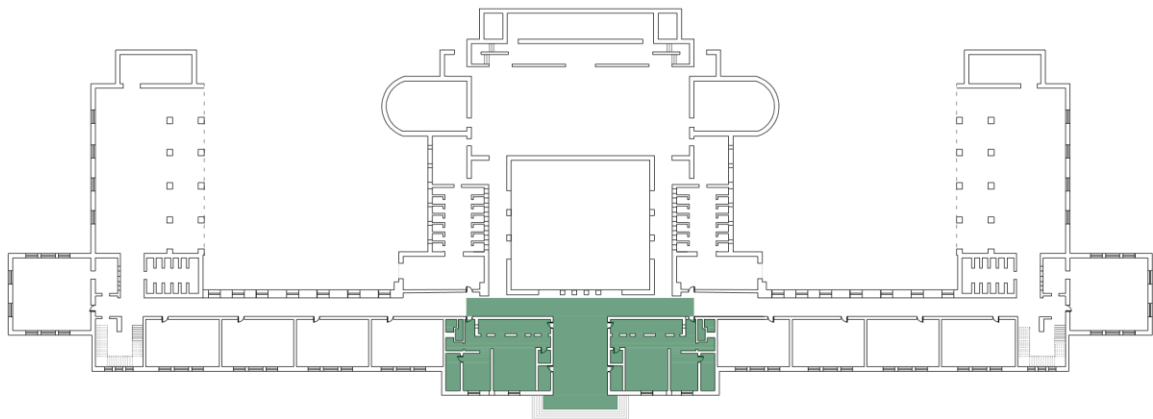
Liceu Camões



Liceu Nacional
Latino Coelho



Liceu Infanta
Dona Maria



5. ANÁLISE DA INSTITUIÇÃO PRISIONAL E INSTITUIÇÃO ESCOLAR: ELEMENTOS PUNITIVOS NA FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO

A arquitetura expressa e manifesta características culturais tanto a nível social por representar ideologias e práticas de determinado tempo e lugar quanto a nível individual por ser feito pelo próprio homem que também introduz sua individualidade, sua visão de mundo através do projeto.

Além da influência cultural, ideológica, espaço-temporal e do arquiteto que a executa, a arquitetura ainda recebe influência de quem a utiliza. Dessa forma, sua compreensão e vivência pode ser interpretada de formas diferentes, que variam tanto ao longo do tempo, a medida em que as gerações vão se transformando, mudam-se os valores e conseqüentemente mudam-se as práticas, quanto também essa compreensão pode variar de utilizador do espaço para utilizador, já que cada pessoa carrega consigo uma individualidade única que vai interferir em suas relações sociais e vivências do espaço.

Um projeto arquitetónico consiste em um planejamento que determina um programa com funções, fluxos, e limites que ordenam a hierarquia espacial. Esse planejamento regula o comportamento esperado pelo projeto. Nessa perspectiva, a arquitetura pode ter forte contribuição para a formação do indivíduo, tanto a nível pessoal quanto social já que a sociedade é composta pelo conjunto de individualidades, pois o espaço comunica constantemente regras e condutas que podem manifestar liberdade ou repressão.

Dessa forma, o espaço funciona como mediador entre as relações humanas em que o indivíduo necessita se posicionar, se reconhecer no espaço para estabelecer compreensões que resultarão em ações.

De acordo com o artigo *Vivência e afetação na sala de aula: um diálogo entre Vigotski e Espinosa*², “vivências alegres aumentam a potência de agir de alunos e professores. O aumento da potência de agir significa também o aumento da potência de pensar, ou seja, significa maior consciência na atividade. Para o aluno, significa vivenciar aprendizagens que façam sentido para sua vida, ou seja, o que lhe traz felicidade. Para o professor, significa saber o que faz, isto é, maior autonomia no trabalho. Portanto, as vivências que constituem encontros alegres produzem afetações que ajudam na constituição de sujeitos mais emancipados.” (Marques & Carvalho, 2014)

² Estudo baseado na obra *Ética* do filósofo Baruch Espinosa e dos textos *La crisis de los siete años, A questão do meio da pedologia e Psicologia pedagógica* do psicólogo Lev Semenovitch Visigotski.

Nesse caso, pode-se considerar que a arquitetura faz parte da vivência, já que qualquer atividade ocorre em um espaço e se este proporcionar boas condições, pode contribuir para a aprendizagem e conseqüentemente, para o desenvolvimento individual e social.

No âmbito da formação, as escolas se estabelecem como primeiras instituições de formação do indivíduo e que o acompanha em formação contínua ao longo de seu crescimento. Desta forma, a arquitetura escolar pode representar forte impacto para a constituição do ser humano já que o acolhe em fases primordiais da construção de sua personalidade.

Contudo, esta formação não se limita ao âmbito escolar, o ser humano esta em constante processo de formação e transformação, e os estabelecimentos prisionais revelam essa intenção do Estado em controlar a conduta humana em todas as fases de sua vida. Assim, o estabelecimento prisional tem como finalidade enclausurar o indivíduo criminoso com o objetivo de “reformá-lo” e reinserí-lo na sociedade. Contudo trata-se de uma função muito difícil de ser alcançada pois seu objetivo entra em contradição com a prática prisional e o próprio espaço, já que a arquitetura o insere em um espaço opressor.

Além do recluso se encontrar no âmbito negativo da punição, privado de sua liberdade, todo o ambiente prisional exerce intimidação e repressão que dificultam uma condição saudável, necessária para a formação positiva do indivíduo.

Esse carácter opressor coloca o recluso numa posição de submissão tanto ao espaço que habita quanto aos funcionários prisionais, devido a postura muitas vezes desumana e autoritária, fatores que não colaboram para sua reinserção social.

Portanto, a própria arquitetura pode possibilitar elementos positivos para a aprendizagem como também elementos negativos que prejudiquem essa formação. Afinal essa dificuldade em cumprir o objetivo institucional, não se limita aos estabelecimentos prisionais mas também se encontra nas instituições de ensino, uma vez que tem aumentado em Portugal o desinteresse pelos estudos³ e mesmo desistências dos jovens em frequentar a escola.⁴

Segundo o Despacho conjunto nº 451/99, “a população prisional portuguesa é constituída maioritariamente por jovens e adultos com baixos níveis de escolaridade e

³ Portugal é o país que mais utiliza retenção escolar de alunos. Em 2015 mais de 30% dos alunos da tinham chumbado pelo menos uma vez. (Conselho Nacional da Educação, 2016)

⁴ Mais de um terço dos alunos portugueses (35%) que iniciam o ensino secundário não conseguem finalizá-lo em cinco anos (os três padronizados, mais dois a contar com chumbos) e acabam mesmo por abandonar a escola sem obter o diploma do ensino obrigatório. Portugal é, neste ponto, o país da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) que pior pontua, de acordo com o Education at a Glance 2017 (Carricho, 2017)

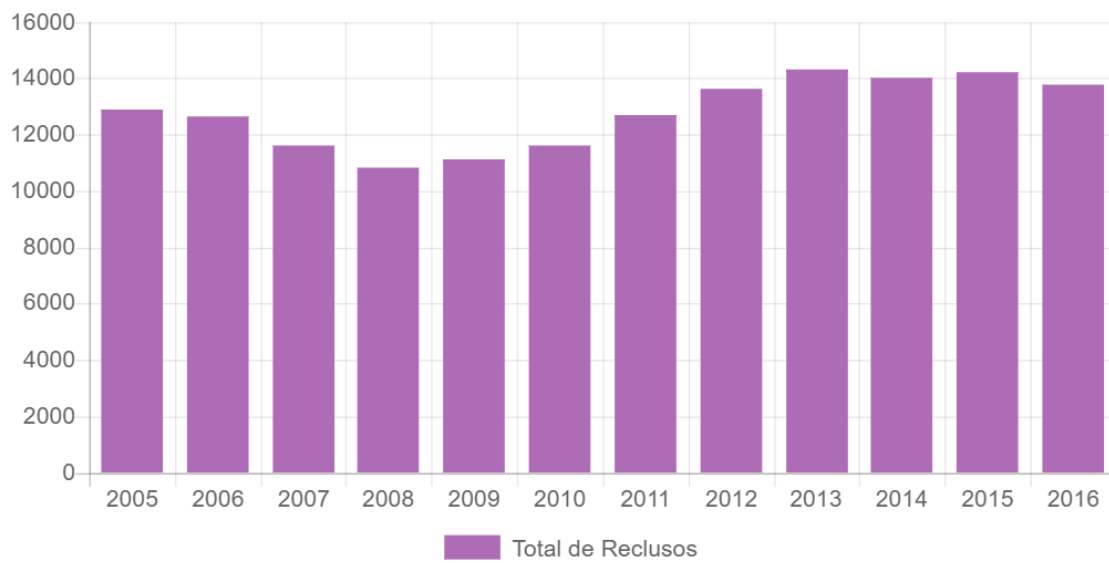


IMAGEM 12 | Dados e Estatísticas. *Total de Reclusos nos Estabelecimentos Prisionais.* dados.justica.gov.pt consultado em 06/03/18

de qualificação, originados pelo abandono precoce do sistema educativo e pelas dificuldades em aceder ao sistema de formação profissional.”

Portanto, a necessidade em aprimoramento no âmbito escolar é de extrema importância visto que o insucesso escolar está intrinsecamente ligado à criminalidade social, como se pode notar no gráfico a seguir, houve um aumento da população prisional em Portugal nos últimos anos o que reforça essa necessidade de melhorias na formação do indivíduo.

Considerando a responsabilidade que o Estado assume acerca do desenvolvimento social, torna-se necessário rever a existência desses elementos negativos, presentes nessas instituições.

Afinal, tratam-se de elementos que prejudicam a formação do indivíduo, seja o aluno ou o recluso, e que dessa forma constituem-se negativamente para a sociedade, tanto a nível económico para o Estado, já que investe financeiramente nessas instituições sem ter um retorno positivo e muitas vezes gerando mais despesas acarretada pelo aumento de problemas sociais, quanto a nível humanitário por prejudicar a qualidade de vida e comprometer os Direitos Humanos e do Cidadão.

5.1 OBJETIVO INSTITUCIONAL

Como já referido anteriormente, algumas são as diferenças entre a instituição escolar e a instituição prisional, nomeadamente o carácter educacional inserido na escola e o carácter punitivo inserido na prisão. No entanto, ambas contribuem para a formação do indivíduo, através do poder que exercem em seu cotidiano.

A análise considera que tratando-se de instituições públicas, cada instituição tem um objetivo a nível social, que serve a sociedade, e um objetivo individual, que serve ao indivíduo e que portanto serão analisadas separadamente.

5.1.1 INSTITUIÇÃO PRISIONAL

Como objetivo social, a instituição prisional enclausura por tempo determinado o indivíduo considerado criminoso, a fim de resguardar a segurança pública. Esse tempo pode variar de alguns meses a 25 anos de prisão, o que o mantém distante da sociedade e, portanto, o impede de cometer novos crimes.

Do ponto de vista do objetivo individual, a instituição prisional prioriza o castigo pela privação da liberdade, a fim de mostrar ao criminoso o seu erro. A instituição acredita que a punição contribuirá para sua “transformação” em cidadão do bem. O carácter da reinserção é direccionado através de cursos e trabalhos realizados no próprio

estabelecimento, no entanto, além da frequência ser opcional, não existe vaga suficiente para toda a população carcerária.

Já que se trata de pessoas com necessidades de mudança, seja de pensamento, de atitude, ou de hábitos que venham melhorar suas próprias condutas, seria necessário um acompanhamento mais individualizado, tanto a nível psicológico quanto a nível moral, espiritual. Na verdade existe uma grande carência desse tipo de acompanhamento, o que torna os elementos de reinserção insuficientes e frágeis.

5.1.2 INSTITUIÇÃO ESCOLAR

Como principal objetivo social, a escola busca formar o aluno a nível intelectual, sua frequência obrigatória inicia aos 6 anos e concluem-se aos 18 anos. A prática de ensino visa oferecer conhecimento para possível futura inserção no ensino superior e posteriormente, inserção no mercado de trabalho, contribuindo assim para estruturação social e desenvolvimento económico.

Apesar de um dos objetivos individuais da instituição escolar estarem ligado ao desenvolvimento moral do aluno, este desenvolvimento direciona-se sobretudo ao intelecto, uma vez que as matérias de ensino direcionada à valores humanos enquanto indivíduo e enquanto cidadão foram retiradas do plano de ensino ou são opcionais.

É verdade que a frequência ao longo do tempo na escola e o aprendizado relativo aos estudos e relações humanas, contribuem para esta formação moral enquanto indivíduo, no entanto, não existe um direcionamento específico o que pode indicar que a instituição escolar tem como prioridade interesses, a longo prazo, de desenvolvimento económico e não dos valores humano.

5.2 MÉTODO INSTITUCIONAL

Ambas as instituições permanecem com métodos retrógrados originários do século XIX, ou seja, o indivíduo é visto como dócil, manipulável e portanto o carácter da disciplina prevalece como métodos de formação.

5.2.1 MÉTODO PRISIONAL

Nas prisões, o isolamento como punição, continua a ser elemento principal no tratamento do recluso. Como a frequência escolar ou profissional no estabelecimento prisional é facultativo, e em consequência de estarem privados de sua liberdade, grande parte dos reclusos se encontram tristes ou revoltados, o que justifica o desinteresse por exercer essas atividades.

Além dessa questão da baixa estima, não existe um incentivo real para prática do trabalho por parte do estabelecimento, uma vez que o salário é meramente simbólico e reduzido, chegando a receber por hora cinquenta centimos.

5.2.2 MÉTODO ESCOLAR

Nas escolas, o método de ensino continua a prevalecer pela transmissão de conhecimento do professor para o aluno, num gradativo e exaustivo programa de conteúdos.

Durante a permanência diária na escola, o aluno encontra-se maior parte do tempo “enclausurado” na sala de aula que permanecem basicamente com a mesma abordagem arquitetônica dos séculos passado: carteiras enfileiradas voltada a mesa e ao quadro de exposição do professor. Disposição que continua a hierarquizar a figura do professor perante os alunos e que exerce maior autonomia e protagonismo da prática de ensino através da transmissão de conteúdos e não da construção de aprendizados.

O aluno é constantemente avaliados através de exames , contudo, a organização de ensino esta intensamente voltada a fornecer informações, e por isso a quantidade de assuntos são muitas vezes excessivas o que induz o aluno a usar o método de decorar ao invés de aprender. No entanto, essa postura de ter de decorar para ter aprovação na matéria lecionada, pode gerar um desinteresse pelo estudo, ou um interesse vazio, superficial em que aqueles assuntos não foram adquiridos como conhecimento mas só memorizados para transpor aos exames, logo em seguida sendo esquecidos por não se aplicarem ao cotidiano do aluno.

Portanto, a intensa carga horária de permanência na mesma sala de aula e conteúdos podem ser consideradas exaustivas e ineficientes para manter a atenção e interesse do aluno na prática do aprendizado.

5.3 FATOR DE TROCA

É considerado fator de troca, elementos que são “negociáveis” entre o estabelecimento e o indivíduo que o frequenta, ou seja, para alcançar o objetivo institucional o estabelecimento configura sua organização de forma a induzir o indivíduo a um comportamento que favoreça o objetivo institucional, pela troca de algum benefício, caso contrário, o indivíduo é penalizado.

5.3.1 FATOR DE TROCA NAS PRISÕES

Por se tratar de uma instituição punitiva, o estabelecimento prisional negocia com o recluso sua liberdade em troca do cumprimento da pena e bom comportamento dentro do estabelecimento. Aqueles que não tiverem o comportamento adequado, está sujeito a castigos e até mesmo acréscimo penal.

Devido a frequência escolar ou trabalhista ser facultativa, o estabelecimento utiliza esta prática como negociação para induzir o recluso, ou seja, aqueles que trabalharem ou estudarem, podem receber redução da pena, caso contrário são obrigados a cumprirem inteiro valor penal. Além disso, o recluso que atender aos requisitos que se enquadrem no “bom comportamento”, tem maior possibilidade de receberem benefícios como a visita íntima e saídas precárias. Contudo, este direito por normal, deveria ser atendido a todos e não serem ofertados como benefício de troca, uma vez que as relações sexuais é um direito do indivíduo e que colabora para o bem-estar do recluso como também possibilita manter laços matrimoniais.

Esses benefícios deveriam ser vistos como fatores fundamentais e colaborativos para formação positiva do indivíduo, fomentados em detrimento a sua evolução, afinal, se a instituição prisional não promover condições favoráveis ao progresso do recluso, qual será sua relevância social?

A verdade é que em grande parte, os reclusos saem dos estabelecimentos prisionais piores do que entraram, desmotivados, sem oportunidade de seguirem suas vidas profissionalmente e muitas vezes socialmente, afinal muitos foram excluídos do seio familiar e de amigos, a falta de apoio e preconceito em grande parte faz com que voltem a vida do crime e reincida nas prisões, contribuindo para um ciclo vicioso na criminalidade.⁵

5.3.2 FATOR DE TROCA NAS ESCOLAS

No âmbito da educação, o aluno que frequentar e completar a formação na instituição escolar, recebe um diploma que o possibilitará continuar os estudos superiores ou exercer legalmente alguma função trabalhista.

Nas escolas a disciplina é ofertada em troca da absorção de conteúdos. Sendo assim, o aluno é submetido a avaliações, em caso de aprovação é elevado ao próximo grau de ensino, caso seja reprovado, o aluno é obrigado a repetir a frequência e avaliações na disciplina letiva. Nessa perspectiva a aprendizagem do aluno é quantificada através da pontuação que deve corresponder a um rendimento mínimo de cinquenta por cento para ser aprovado.

Contudo, conforme dito anteriormente, a quantidade de alunos que chumbam tem crescido, o fato de reprovarem e não poderem acompanhar sua turma de amigos no próximo ano letivo pode ser interpretado como castigo que sujeita o aluno a sentir-

⁵ Em Portugal a taxa de reincidência criminal geral é de 51%. Esta afirmação baseia-se nos dados do Relatório sobre o Sistema Prisional da Provedoria da Justiça, publicado em 2003. (Barbosa, 2012)

se inferiorizado, e, portanto, pode resultar em desinteresse ou desmotivação pelos estudos.

5.4 MEDIDAS PUNITIVAS DE CONTROLE

Considera-se que existem as medidas punitivas afim de obter o controle do indivíduo por parte do estabelecimento. Portanto este fator punitivo está vinculado ao fator de troca mencionado anteriormente, de forma que o indivíduo que não corresponde ao comportamento ou a prática esperada pela instituição, é punido.

Dessa forma, a instituição busca controlar o indivíduo através de instituir a ordem conseguida através da imposição do castigo. Afinal o medo pela repressão de ser castigado pode negociar o bom comportamento para o indivíduo que quer ser “promovido”.

5.4.1 PUNIÇÃO PRISIONAL

No âmbito prisional, o recluso que infringir alguma regra está sujeito a penalização através da suspensão de atividade de ensino ou trabalho, suspensão de saídas precárias, isolamento em celas solitárias, agressões (medida informal e ilegal, que infelizmente ainda ocorre e é propiciada pela própria arquitetura obscura e sistema de controle absoluto do estabelecimento prisional), proibição temporária de receber visitas de amigos, familiares ou mesmo visita íntima.

A privação dos benefícios, dificulta ainda mais a autoreflexão e mudança positiva de conduta e comportamento do recluso, uma vez que o mal instiga ainda mais o mal, e, portanto, a penalização colabora para aumentar a revolta o que pode impulsionar novas situações de mal comportamento e crimes.

5.4.2 PUNIÇÃO ESCOLAR

Nas escolas a punição pode ocorrer pela redução de valores de nota da avaliação do aluno, suspensão de atividades de ensino, expulsão de sala de aula ou mesmo da própria escola.

Portanto, estas medidas punitivas, visa afastar ainda mais o aluno do seio escolar, ao invés de incentiva-lo aos estudos e ao bom comportamento.

LICEU INFANTA DONA MARIA
Elementos de controle e vigilância



IMAGEM 13 | Porta com vidro para vigilância interna das salas de aulas



5.5 ELEMENTOS ARQUITETÓNICOS E TECNOLÓGICOS DE CONTROLE

Muitas são as semelhanças arquitetônicas que configuram o espaço da instituição prisional e escolar, no âmbito de elementos de controle, ambas apresentam o muro como controle entre o exterior e interior do estabelecimento.

Acerca do controle interno de fluxos, ocorre através de portas ou grades que permitem ou restringem o acesso a determinado ambiente, normalmente esse controle é manual realizado pelo porteiro no âmbito das escolas, e pelo guarda prisional no âmbito das prisões.

Outro elemento de controle interno mais presente nas prisões que na escolas, são as câmeras vigilantes que registam as atividades como elemento de intimidação, numa abordagem “panóptica” em que acreditava-se que a vigilância constante diminuiria a possibilidade do crime ou de má conduta.

LICEU INFANTA DONA MARIA
Elementos de controle e vigilância



IMAGEM 14 | Muro com grades, controle de entrada com cartões e vigilância do segurança



IMAGEM 15 | Sistema de Câmeras de vigiância

Fotografias do autor

Ambas as instituições utilizam também o alarme como sinalização sonora, que controla o tempo de determinada atividade, controlando assim o fluxo dos indivíduos entre espaços.

5.5.1 ELEMENTOS DE CONTROLE PRISIONAL

O MURO

Nas prisões, os muros são verdadeiras barreiras que exaltam e delimitam o espaço exterior como livre, e o espaço interior como controlado. O carácter da grandeza em altura e largura, tanto serve para dificultar a fuga do recluso pela escalada como também pela escavação do muro. Além disso, também serve para impossibilitar a visualização entre o interior e exterior.

O fator do controle da visibilidade impede o recluso de se comunicar com o exterior, e portanto contribui para a segurança do estabelecimento que se enquadra dessa forma, como controlador absoluto já que a cidade não tem acesso visível ao que ocorre dentro do estabelecimento. Esse carácter de controle absoluto, possibilita o abuso de poder por parte dos guardas prisionais e outros funcionários já que o recluso está detido dentro de suas responsabilidades.

Ainda que o recluso, vítima de tortura, faça queixa a autoridades responsáveis pelo cumprimento dos direitos humanos, dificilmente é ouvido, por ser marginalizado socialmente é considerado pela maior parte da sociedade como pessoa sem credibilidade.

Outros elementos de controle e segurança são atribuídos aos muros, como cercas elétricas de choque, arames farpados, câmeras de vigilância, como também guaritas nas extremidades. Essas guaritas pouco são utilizadas pelos guardas, assumem principal função de intimidar o recluso, a pensar que está sendo vigiado, como também de comunicar a cidade a função de segurança que o estabelecimento assume.

PORTAS E GRADES

Nas prisões, existe uma ordem bastante metódica acerca do funcionamento das portas. Existe portanto, o ambiente de transição entre um espaço e outro, ou seja, quando se entra no estabelecimento, a porta da recepção só poderá ser aberta quando a outra porta de acesso ao outro ambiente estiver fechada, para assim, evitar fugas. Esse

ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE COIMBRA
Elementos de controle e vigilância

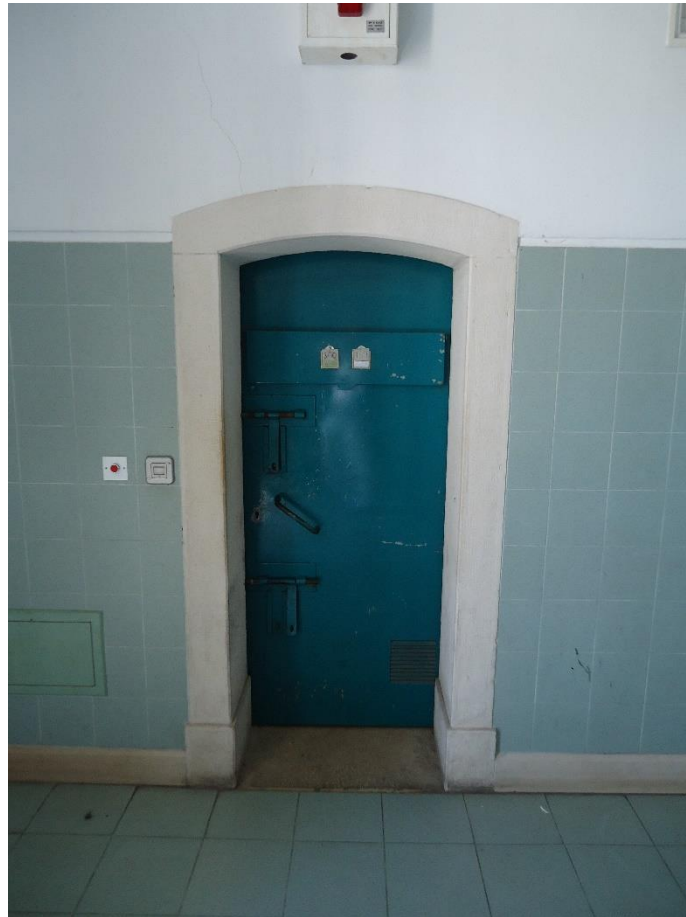


IMAGEM 16 | Porta prisional com abertura visual controlada para vigilância



IMAGEM 17 | Janela dentro de uma cela prisional

Fotografias de José Miguel Monteiro Martins

funcionamento é padrão para todos os outros espaços que delimitem o acesso ao recluso. Esse manuseamento pode ser feito manualmente pelos guardas, ou em caso de estabelecimentos mais recentes, podem utilizar controle automático.

Em termos físicos, as portas podem ser constituídas por robustas chapas metálicas com abertura para controle visual do guarda prisional ou mesmo serem gradeadas que já possuem transparência. O que vai definir o tipo da porta é a funcionalidade do espaço.

SINALIZAÇÃO SONORA

A comunicação entre o estabelecimento e o recluso ocorre através dos alarmes que avisam o horário de saírem e retornarem para cela, como o horário de refeições e acesso ao pátio.

Dentro do estabelecimento prisional, o recluso não é reconhecido pelo seu nome, mas por um número que lhe é atribuído quando entra na prisão. Quando o estabelecimento precisa comunicar com determinado recluso, o indivíduo é chamado pelo número que o representa, através de um “microfone” em que pode ser ouvido em todo o estabelecimento.

Essa conduta prisional de substituir o nome do recluso por um número contribui para sua despersonalização, uma vez que o nome é um dos elementos básico da personalidade do indivíduo e que faz parte de sua identidade. Além disso, contribui também para a exclusão do recluso enquanto indivíduo já que durante o tempo de sua estadia prisional só lhe é chamado por um número, o afastando de si mesmo. Portanto, questiona-se se para a instituição prisional o recluso é reconhecido como ser humano, ou se é apenas visto como um número.

ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE COIMBRA
Elementos de controle e vigilância

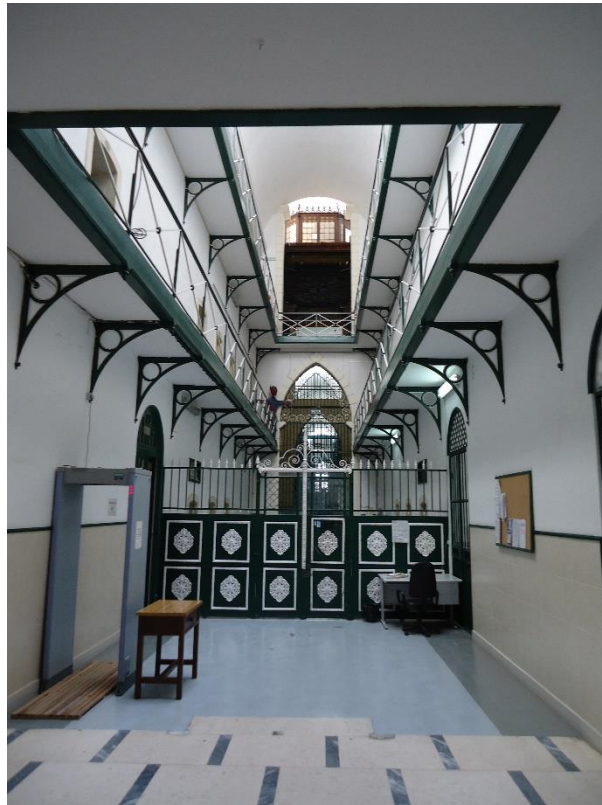


IMAGEM 18 | Controle entre a área prisional e a área administrativa

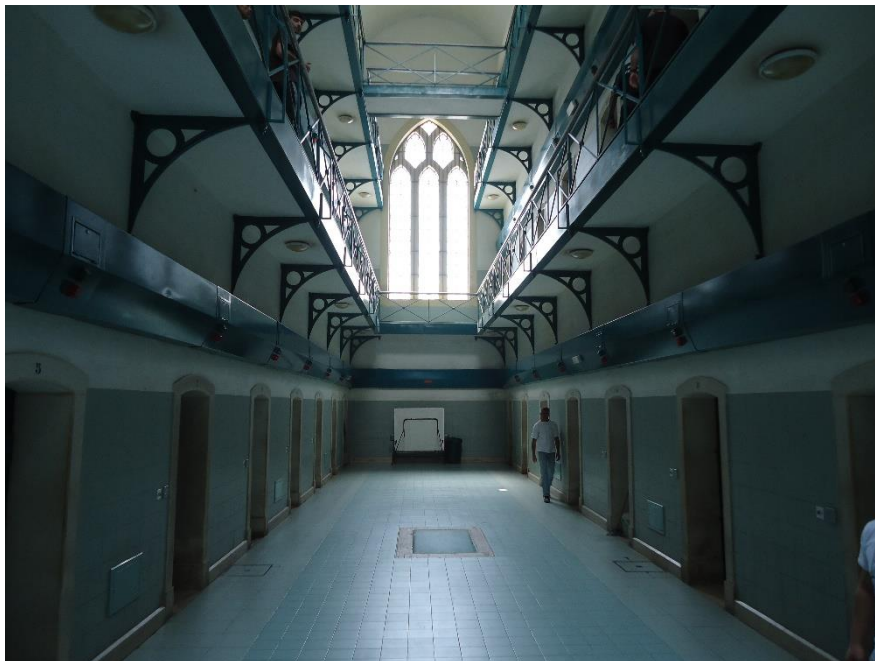


IMAGEM 19 | Ala prisional

Fotografias de José Miguel Monteiro Martins

5.5.2 ELEMENTOS DE CONTROLE ESCOLAR

O MURO

Nas escolas, o muro também exerce uma função de segurança institucional, evitando que os alunos saiam do espaço escolar ou que estranhos entrem sem autorização, no entanto apresentam um carácter bem diferente do prisional. Fisicamente são constituídos por gradeados da altura humana. Esta altura não impede que quem queira salte-o mas contribui para a delimitação do espaço.

O gradeado permite a comunicação visual do interior escolar com o exterior urbano, colaborando para inserção da escola enquanto equipamento da cidade.

PORTA E GRADES

As portas escolares são constituídas por materiais comuns como a madeira, afinal assumem apenas a função de delimitar o espaço e não propriamente de segurança anti-fuga como é o caso prisional. Além disso, apresentam uma determinada abertura que possibilita a visibilidade de quem passa pelo corredor, tomar conhecimento do que ocorre dentro da sala.

Portanto, este tipo de porta se estabelece como elemento de controle já que possibilita verificar as atividades internas.

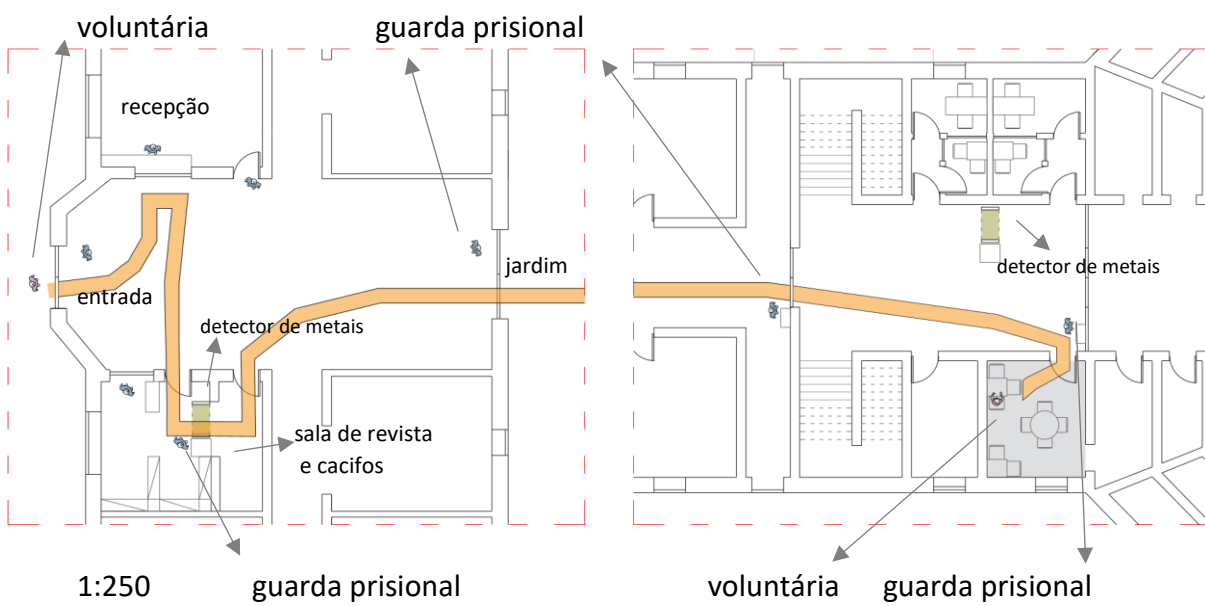
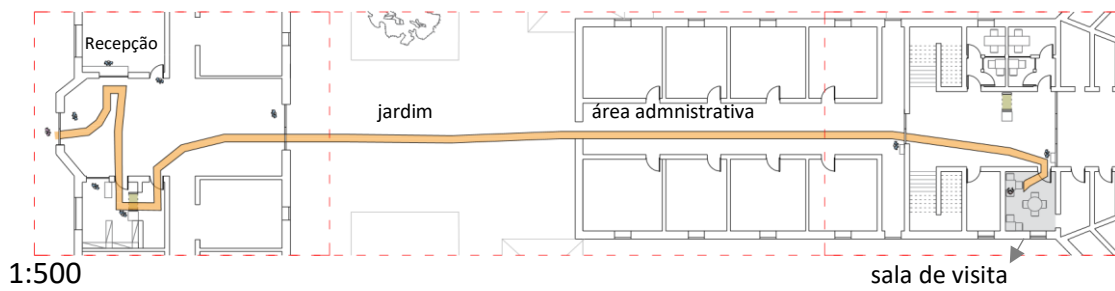
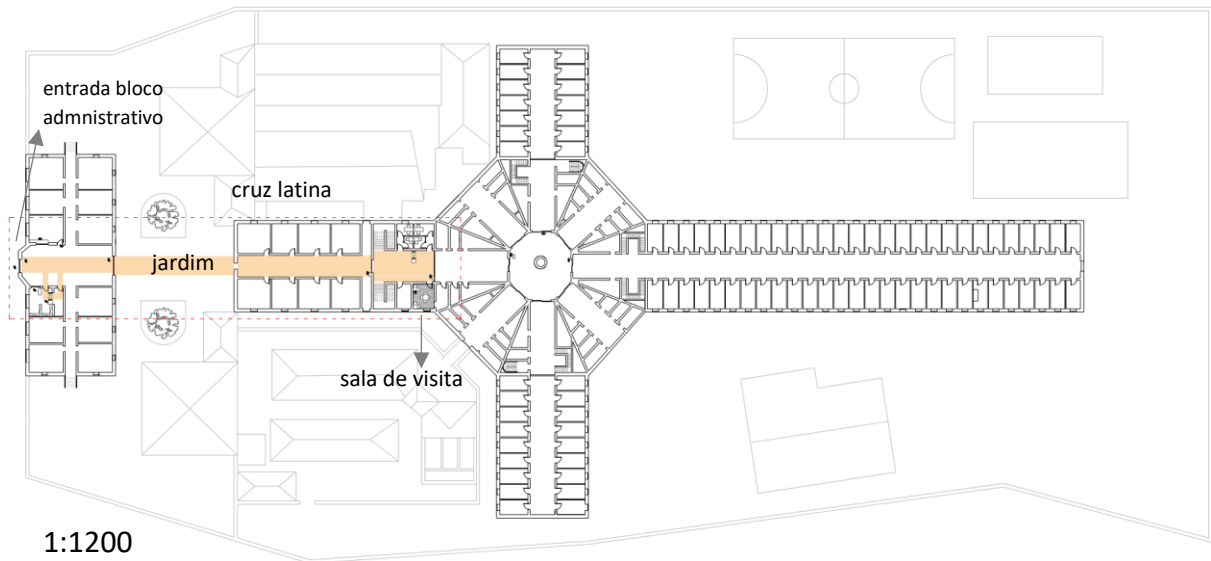
SINALIZAÇÃO SONORA

Assim como as prisões, o estabelecimento escolar comunica com os alunos os horários das atividades e transição de espaço através dos alarmes sonoros. Dessa maneira o alarme é sinalizado no início e término de cada aula, como também sinaliza o início e término do horário de intervalo para recreio e horário de almoço.

Contudo, o método da sinalização sonora não se resume a função de comunicar horários, segundo a teoria do *reflexo condicionado*⁶, trata-se de um estímulo que condiciona ou induz comportamentos.

⁶ Teoria do filósofo Ivan Pavlov (1849-1936). "O condicionamento clássico é um processo que descreve a génese e a modificação de alguns comportamentos com base nos efeitos do binómio estímulo-resposta sobre o sistema nervoso central dos seres vivos. O termo condicionamento clássico encontra-se historicamente vinculado à "psicologia da aprendizagem" ou ao "comportamentalismo" (Behaviorismo) de John B. Watson, Ivan Pavlov e Burrhus Frederic Skinner." (Psicologia Experimental, 2011)

VISITA VOLUNTÁRIA
 FIGURA 30 I Percurso do Voluntário



Portanto, este método contribui não só para o controle de atividades por parte da instituição como também colabora para a construção disciplinar e formação comportamental.

6. OBSERVAÇÃO DIRETA –

ESTÁGIO EM INSTITUIÇÃO ESCOLAR E VOLUNTARIADO EM INSTITUIÇÃO PRISIONAL

Esta dissertação fundamentou-se na análise teórica da evolução e características entre a arquitetura prisional e a arquitetura escolar em Portugal, contudo para se compreender melhor a arquitetura é necessário vivenciá-la e nessa perspectiva foi realizado um trabalho voluntário no Estabelecimento Prisional de Coimbra, que permitiu a observação direta do espaço prisional, enquanto que no âmbito escolar foi realizado um estágio pelo Centro de Estudos Sociais de Coimbra inserido no programa “CES vai a Escola”.

6.1 Voluntariado no Estabelecimento Prisional de Coimbra

O carácter excessivo de controle da instituição punitiva dificulta e até impossibilita o estudo acerca do espaço prisional. Muitos foram os pedidos para visitar os estabelecimentos prisionais estudados nesse trabalho, porém não foram autorizados.

Contudo, foi contactado o grupo Mateus 25, que exerce voluntariado no Estabelecimento Prisional de Coimbra oferecendo visitas voluntárias aos reclusos que solicitam essa assistência.

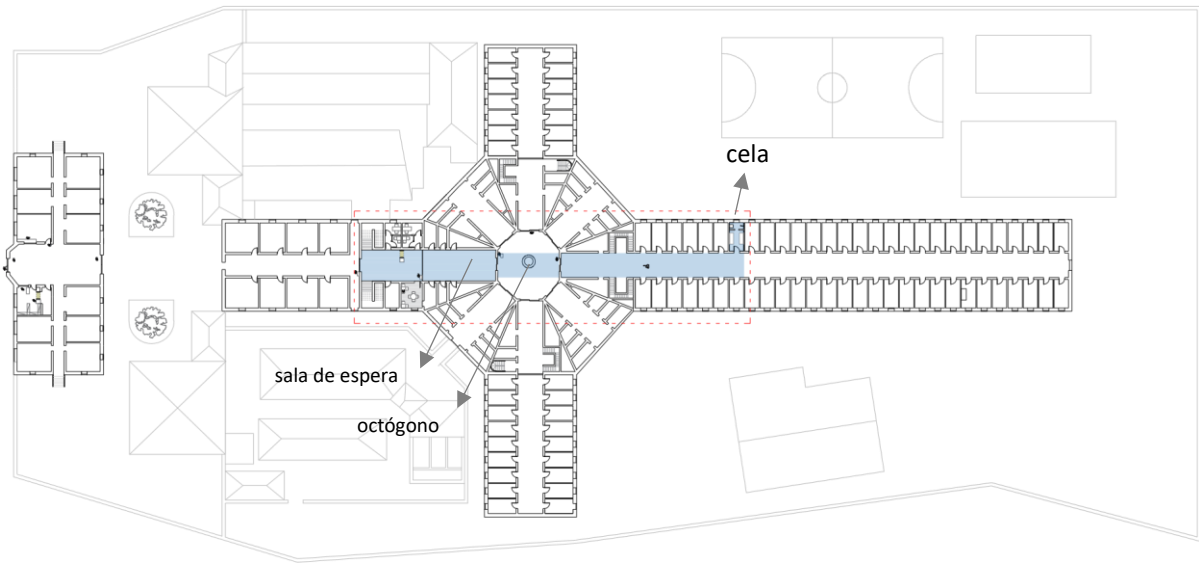
Dessa maneira, foi encontrado o caminho para vivenciar o espaço prisional, porém, correspondeu a um processo longo de quase dois anos entre a formação para ser voluntária, promovida pelo grupo Mateus 25, a entrevista pela direção do EPC, e finalmente a autorização por parte da DGSP.

Também houve alguma resistência por parte do EPC em autorizar-me a ser voluntária em razão de eu ser jovem e mulher, contudo, foi-me concedida essa oportunidade fundamental para a continuidade desse estudo.

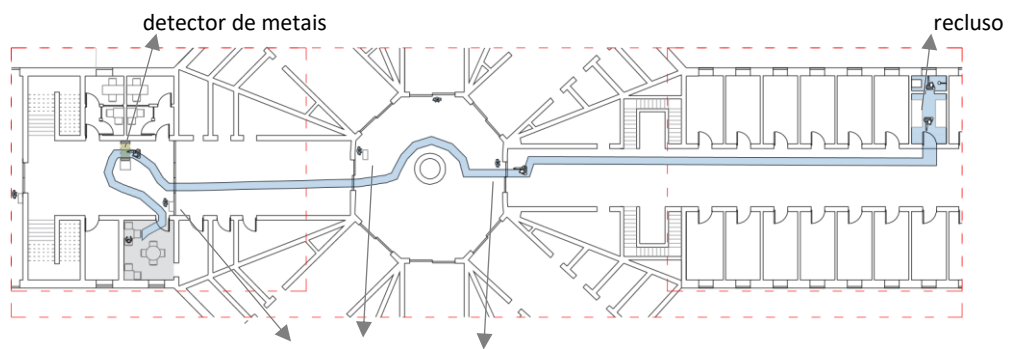
A visita voluntária que realizo ocorre as quartas-feiras entre as 15h e as 16h, este horário é combinado entre o estabelecimento prisional, que verifica a disponibilidade de horário entre o voluntário e o recluso, como também a disponibilidade de vagas na sala de visita. Esta sala, é única para todo o estabelecimento prisional, e tem capacidade média para doze pessoas, organizadas em três mesas diferentes.

Devido a concepção do EPC (1881-1901) ter sido implantada pelo sistema de filadélfia, de completo isolamento do recluso, o programa de espaços não continha salas de visitas, e por isso essa sala (marcada em cinza na figura 31) foi adaptada para esta função.

VISITA VOLUNTÁRIA
FIGURA 31 | Percurso do Recluso

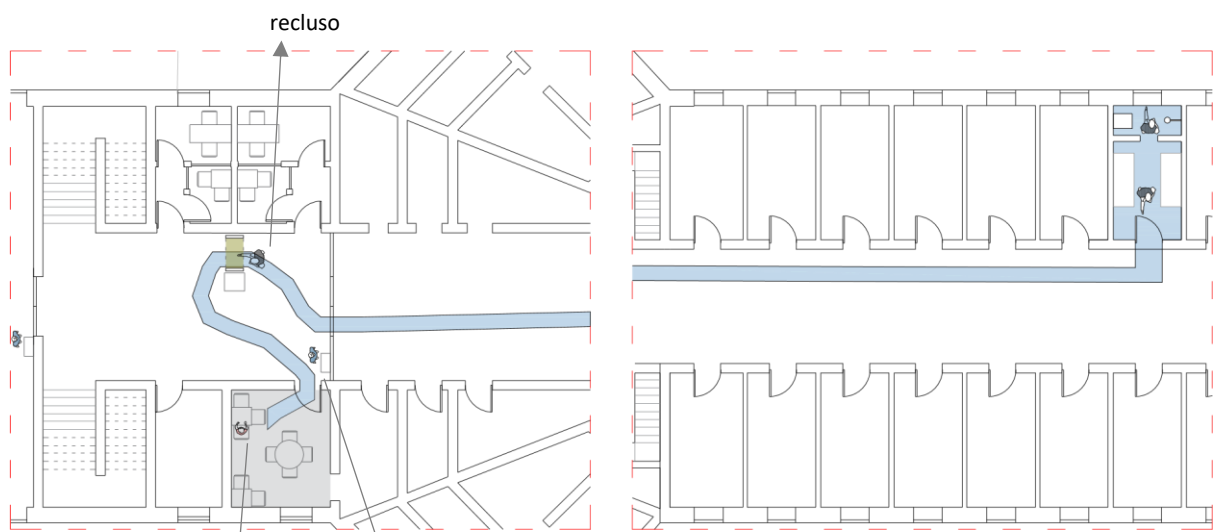


1:1200



1:500

guarda prisional



1:250

voluntária

guarda prisional

O processo de acesso ao estabelecimento corresponde a uma série rigorosa de controles que se iniciam no bloco administrativo principal. Inicialmente, apresento-me nessa porta principal onde os guardas visualizam a chegada da visita, porém a porta somente é aberta se a outra porta oposta estiver fechada, assim os guardas se comunicam visualmente e ocorre a recepção.

Posteriormente, entrego o cartão de identificação, emitido pela DGSP, ao guarda-prisional da recepção, a seguir sou direcionada a sala para guardar todos os pertences nos cacifos e passar pela revista e detector de metais e então sou direcionada a aceder o interior prisional.

Ao sair do bloco principal, passo pelo jardim que antecede o corpo da cruz latina, nesse espaço trabalham reclusos jardineiros, que é considerado um trabalho prisional de confiança, já que permiti o acesso do recluso a áreas intermediárias entre a reclusão e o exterior. Nesse caminho, encontram-se no chão claraboias em vidro para iluminar as caves no subterrâneo. Apesar do contato com o exterior, a sensação de aprisionamento neste percurso é acentuada devido a presença do muro que bloqueia a visibilidade para o exterior.

Ao aceder a cruz latina, percorro o longo corredor entre a área administrativa e apresento-me novamente ao guarda-prisional que controla o portão entre a área administrativa e a área de reclusão. Após a autorização, dirijo-me ao guarda-prisional que controla a transição do recluso no período da visita, informo o número do recluso que sou voluntária e então é comunicado através de um altifalante, com o recluso localizado em suas respectivas alas prisionais.

Do ponto de vista do percurso do recluso, ele aguarda em sua cela ou no corredor de sua ala prisional, ao ouvir seu número chamado pelo guarda-prisional ele dirige-se a porta que separa sua ala prisional do octógono, então o guarda autoriza a passagem dele para o corredor de espera para a visita, e por fim, o guarda-prisional abre-lhe a porta, ele passa pelo detector de metais e encontra comigo na sala de visitas onde acontecem ao mesmo tempo outras visitas a reclusos, caracterizando o espaço como visita coletiva.

A visita voluntária consiste entre a conversa com o recluso, com especial atenção em ouvi-lo, já que eles passam muito tempo sozinhos e não tem com quem conversar, e de alguma forma visamos levar algo de bom, seja pela palavra de incentivo, ou pela própria presença em ouvi-los e partilhar aquele momento de conversa e consequentemente, de aprendizados.

Considerando a importância da visita para o recluso, e a carência de espaços da própria arquitetura, seria importante que o estabelecimento permitisse o uso de outros espaços prisionais para esta função, como por exemplo os jardins e pátios, por permitirem o contato com a natureza e de alguma forma, diminuir o tempo de isolamento, infelizmente grande parte dos reclusos passam maior parte do tempo em suas celas.

Antes de iniciar esse trabalho, eu considerei a importância em realizar essa atividade por conta da necessidade de motivação que os reclusos apresentam devido a

opressão do cumprimento da pena, porém eu não imaginava o quanto eu iria aprender e conseqüentemente me transformar com essa experiência.

Além da visita voluntária, o grupo Mateus 25 realiza missas aos domingos para os reclusos e os voluntários, como também realiza algumas atividades culturais, de música, teatro, palestras, meditação, que permitem o contato entre os reclusos e pessoas em liberdade, restrita aos voluntários autorizados. Apesar de todo o controle presente no estabelecimento, nota-se uma relação amigável entre os guardas-prisionais, o voluntário, e o recluso de forma que em confraternizações festivas, como a páscoa e o natal, ocorrem a partilha de apresentações e comemorações na sala de teatro, promovendo a socialização entre todos reunidos no mesmo espaço.

Essa união entre as pessoas num mesmo espaço, transmite algum tipo de leveza em que se nota a satisfação de quem partilha esses momentos, seja o recluso, seja o voluntário, seja o guarda-prisional, permitindo certa igualdade de socialização entre todos. Dessa maneira, a arquitetura deveria favorecer e incentivar o uso de espaços coletivos, a fim de minimizar os danos da reclusão, e promover assim, atividades de lazer, cultura, e conseqüentemente de aprendizados, refletidos dessas experiências que incentivam a partilha e socialização.

6.2 Estágio no programa “CES vai à Escola”

O programa “CES vai à Escola” destina-se as escolas do distrito de Coimbra que solicitam a visita do CES para realização dessa atividade no espaço escolar.

Foram visitadas algumas escolas onde realizamos a mesma atividade, porém as vezes com abordagens um pouco diferentes pela diferença de faixa etária de uma turma de uma escola para outra.

Interessante que cada escola apresentou um funcionamento próprio do ponto de vista do controle em que algumas foram mais rigorosas, proibindo fotografias ou outros registos, enquanto que por outro lado, outras foram mais receptivas permitindo o registo fotográfico, gravação de áudio, e visita guiada pelos alunos em todo o espaço escolar.

A atividade realizada consistia em introduzir alguns aspectos da arquitetura do espaço escolar visitado, e perceber de que forma os alunos se relacionam com os diferentes espaços através de desenhos feito por eles em cima da planta baixa da escola fornecida por nós.

Dessa maneira, eles podiam através do desenho, pontuar os espaços que mais usavam e os que menos usavam e através de uma visita guiada por eles mesmos, sem observação da escola, eles expressavam o que sentiam, pensavam e o que queriam para alguns espaços.

As opiniões foram distintas entre os alunos de escolas diferentes, no entanto, apresentaram depoimentos muito semelhantes em determinados elementos, como é o

caso dos pátios fechados em algumas escolas, os alunos reclamavam de se sentirem presos e observados constantemente.

Outra semelhança de opinião era a preferência dos alunos em estarem nos espaços de uso coletivo, como o pátio, o refeitório e a biblioteca devido o contato com o exterior que esses espaços permitiam e a liberdade de uso.

Por outro lado, reclamaram dos longos corredores, muitas vezes escuros e apertados nos horários de maior uso, e do ponto de vista das salas de aula, reclamaram de serem muito grandes o que dificultava visualizar o quadro e reclamaram da duração das aulas de noventa minutos por serem muito extensas e cansativas.

Porém, esse levantamento da opinião e uso dos alunos acerca da arquitetura escolar, foi buscado com a intenção de compreender de que forma esses espaços podem ser melhor configurados, a fim de aproximar o aluno da escola e melhorar sua aprendizagem.

Do ponto de vista de elementos de controle, notei muitas semelhanças entre a arquitetura escolar e a arquitetura prisional, nomeadamente os longos corredores que organizam os módulos, as portas com aberturas para visualização do interior, a centralização do pátio, o alarme como elemento de aviso, a hierarquia de poder enfatizada pela instituição sobre o indivíduo.

Ainda com relação ao controle, senti-me constantemente vigiada/observada tanto no estabelecimento prisional quanto no escolar, de forma que sempre teve alguém a acompanhar-me durante toda a visita. Curiosamente, apesar da observação direta dos guardas prisionais e de todo o contexto repressivo prisional, notei que me senti mais confortável na prisão, durante a visita voluntária, pois os guardas prisionais nos deixam mais a vontade na sala de visitas, do que na escola, que praticamente cada funcionário que me encontrava queria saber quem eu era e o que estava fazendo, dava-me orientações do que não podia fazer na escola, com uma abordagem muito controladora e as vezes autoritária.

Esse tipo de postura, ainda muito resistente por parte dos estabelecimentos, acabam por afastar ou diminuir as relações de aprendizado entre a instituição e a sociedade, contrariando assim, o carácter democrático que deveria haver enquanto instituição pública e social.

ANÁLISE CRONOLÓGICA
(Escala 1:7000)

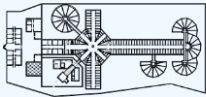
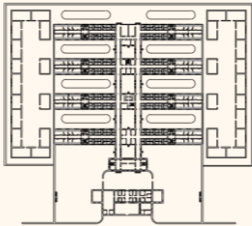
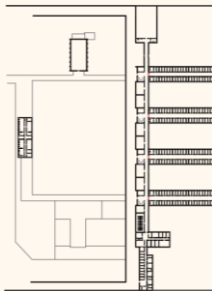
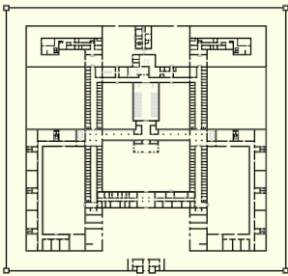




MONÁRQUIA	PRIMEIRA REPÚBLICA	ESTADO NOVO	
<p>CRUZ LATINA EPC 1876-1901</p> 	<p>PAVILHONAR Cadeia Civil de Lisboa 1913</p> 	<p>PAVILHONAR Cadeia Penitenciária de Alcoentre. 1944</p> 	<p>PÁTIO Cadeia Central de Lisboa 1954</p> 
<p>PÁTIO Liceu Central de Lisboa 1881-1911</p> 	<p>PENTE Liceu Camões 1907-1909</p> 	<p>PENTE Liceu Nacional Latino Coelho 1930-1937</p> 	<p>PENTE Liceu Infanta D. Maria 1942-1948</p> 

Figura 13 - Evolução tipológica Prisões e Liceus. Plantas Baixas, piso térreo.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De facto, as transformações políticas e sociais ocorridas em Portugal desde o século XIX, revelaram o forte interesse do Estado em estruturar e controlar a sociedade através dos equipamentos públicos. A busca pela regulação do comportamento social, levou a construção de uma série de equipamentos prisionais e escolares em todo o território nacional e que funcionam até hoje. Dessa maneira, torna-se importante refletir se essas arquiteturas do século passado atendem as necessidades da sociedade atual. Afinal, sabemos que a sociedade esta em constante transformação, e que por isto, é necessário que a arquitetura busque flexibilizar a concepção projectual, a fim de acompanhar essas mudanças sociais, e permitir assim, maiores possibilidades de uso do espaço.

Evolução Tipológica: avanços e atrasos

Os avanços são mais perceptíveis na instituição escolar, pois desde a democratização do ensino, a prática de ensino apresentou maiores transformações que refletiram na ampliação pedagógica e maior abertura do projeto arquitetónico com o entorno da cidade, assumindo-se como instituição de carácter social e contribuindo para sua inserção urbana. Contudo, apesar dessas transformações, o sistema educacional continuou muito amparado no modelo disciplinar antigo, o que justifica a semelhança entre os modelos arquitetónicos escolares analisados.

No entanto, do ponto de vista prisional, os avanços ocorreram no âmbito da segurança em que priorizaram os interesses de segurança do funcionário prisional e da sociedade, colocando em último lugar os interesses em beneficiar o recluso.

As políticas urbanas afastaram os estabelecimentos prisionais das cidades, colaborando ainda mais para a marginalização e exclusão do recluso, dificultando o processo de reinserção social além de dificultar o recluso receber visita de amigos e familiares, elemento este de grande importância para seu acompanhamento individual e valores morais.

A evolução tipológica dos equipamentos públicos analisados, demonstram características de avanços e de atrasos e portanto, pretende-se reconhecê-los através da arquitetura. A mudança tipológica panóptica e colegial, construídas na Monarquia, para a tipologia pavilhonar e em pente, da Primeira República, refletiram na abertura do projeto com o entorno, gerando aproximação dessas instituições com o indivíduo.

A chegada da democratização refletiu na abertura dessas instituições e estão evidentemente mais clara nos equipamentos escolares que prisionais, o que significa que enquanto as políticas educacionais continuam a caminhar para aumentar as relações de aprendizado entre a escola e a comunidade, as políticas prisionais

continuam priorizando primordialmente a disciplina e segurança dentro de seus estabelecimentos prejudicando o processo de reinserção.

A nível do cumprimento da pena, nota-se claramente o avanço dos direitos humanos e a influência dos ideais liberais no Sistema Prisional Progressivo da segunda metade do século XX, comparado ao Sistema de Filadélfia, que isolava por completo o recluso, além da privação da liberdade, o recluso praticamente deixava de existir no contexto social já que o contato com outras pessoas era proibido.

Assim o cumprimento da pena no final do século XIX em Portugal, priorizou o completo afastamento entre o recluso e a sociedade, diminuindo drasticamente a capacidade do recluso ser reinserido na sociedade. Esta experiência demonstrou a importância de integrar o recluso ao invés de excluí-lo.

Do ponto de vista arquitetónico, as principais mudanças aconteceram através das Reformas Prisionais que aumentaram a programática dos serviços prisionais contribuindo para os espaços se tornarem cada vez mais complexos enquanto equipamentos de segurança.

A introdução de espaços de trabalho, ensino e convívio no estabelecimento prisional correspondem a intensão de aproximar a vida do recluso ao comportamento cotidiano social, do cidadão trabalhador e cumpridor dos seus direitos e deveres a fim de prepara-lo para regressar a vida pública. Essa nova exigência programática implicou na adaptação dos estabelecimentos prisionais já construídos, resultando na ampliação construtiva por blocos autônomos pré-fabricados.

Contudo, o aspecto da segurança e controle sempre foi priorizado na concepção arquitetónica prisional permanecendo até os dias de hoje com forte carácter repressivo e controlador e diferentemente da arquitetura escolar que mesmo por passar por vários períodos políticos diferentes, conseguiu dar continuidade a abertura do espaço escolar a comunidade através da integração do projeto do Liceu com o espaço urbano envolvente.

Entretanto, apesar das transformações tipológicas, alguns espaços prisionais e escolares não apresentaram mudanças em sua concepção, o que indica certo atraso do ponto de vista do uso do espaço. Em meio prisional, as celas passaram de individuais e muitas vezes insalubre, para celas minimamente mobiliada, e partilhada, que permitem maior convívio entre reclusos, por um lado possibilitava o aprendizado na partilha do espaço, mas por outro, o subdimensionamento prejudicava as relações.

No entanto, além de limitar a privacidade do recluso por ser partilhada, a cela permaneceu com o carácter repressivo de pouca luminosidade e visibilidade para o exterior, relação essencial para estimular o desenvolvimento humano já que este, se constitui em um espaço, que é infinitamente maior do que uma cela prisional.

Já na arquitetura escolar, o espaço de maior permanência dos alunos correspondem as salas de aulas que no entanto, modificaram-se basicamente na questão mobiliária diferenciada entre as salas teóricas, laboratoriais, salas de estudo, em consequência da introdução do ensino científico através das Reformas de Ensino. O

aprendizado através da experiência prática permitiu de certa forma, a descentralização da transmissão do ensino unicamente exercida pela figura do professor, ampliando as possibilidades de aprendizado e democratizando o ensino.

A respeito dos corredores de acesso dentro dos edifícios, apresentaram comportamentos distintos entre a arquitetura escolar e prisional. Na escola, houve um melhor aproveitamento dos acessos as salas de aula através de galerias que comunicavam com os pátios, no período da República de Portugal, em que houve a intenção de abertura das escolas. No entanto, com a necessidade de fazer espaços escolares para uma grande quantidade de alunos, os projetos escolares do Estado Novo racionalizaram o espaço para obter maior número de salas de aula. Sendo assim, os corredores constituem-se unicamente como espaços de passagem, muito comprido e deficiente de iluminação e ventilação natural, correspondendo a um espaço intimidante e desagradável de estar.

Já nas prisões, os corredores permaneceram com o mesmo carácter de controle, também priorizando a otimização do espaço para abrigar maior número de celas, correspondendo a lugares escuros e que desperdiçam oportunidades de aprendizado entre as zonas de acesso, nomeadamente o contato com guardas prisionais, outros reclusos e visitantes.

Os espaços livres, como os pátios ganharam importância tanto na arquitetura escolar quanto prisional, uma vez que a democratização permitiu maior relação de convívio social.

Estes espaços abertos correspondem as zonas mais movimentadas, já que o espaço proporciona maior convivência social, ao ar livre e com maior liberdade do uso do espaço.

Contudo, na arquitetura prisional, o acesso ao pátio é limitado aos reclusos e guardas prisionais, afastando, por questões de segurança, a relação entre a prisão e a rua. Além de que as prisões encontram-se isoladas da sociedade através dos grandes muros que delimitam não só territorialmente o limite do espaço público e do espaço prisional, mas também limita a visibilidade do interior e exterior, contribuindo para o carácter de exclusão da pena e da discriminação do recluso por parte da sociedade.

No âmbito escolar, a prática do ensino continua sendo realizada predominantemente nas salas de aula, em que a ampliação e complexidade do programa escolar e as longas horas de aula fechados em sala, prejudicam a formação do aluno pondo em risco seu desenvolvimento e interesse pelos estudos.

Diminuição da população escolar e Crescimento da população carcerária

É preocupante a atual situação prisional e escolar em Portugal, já que tem crescido o índice de abandono escolar como também o aumento do índice de criminalidade.

Outra questão, é o facto de um quinto da população carcerária portuguesa corresponder a imigrantes(Correio da Manhã, 2010), o que indica a intenção do governo

em regular os comportamentos a fim de uniformiza-los perante aos costumes e leis europeias. Nessa perspectiva, observa-se a função da educação (no sentido de uniformização comportamental) promovida pela instituição prisional sobre o indivíduo, e que portanto torna relevante e coerente a análise comparativa entre os espaços prisionais e espaços escolares.

Esses dados, reforçam a necessidade de repensar a estrutura física e funcional da instituição prisional e da instituição escolar, tanto para terem condição de promoverem suas funções, de reintegração e de educação, enquanto instituições públicas que tem um compromisso com o indivíduo, como também o compromisso em promover o desenvolvimento e equilíbrio social.

Do ponto de vista arquitetónico, é necessário que haja maior estudo da relação do espaço com o indivíduo que a utiliza, a fim de alcançar melhores propostas espaciais que contribuam para a aprendizagem através do próprio espaço, e que assim a arquitetura possa assumir uma postura ética acerca dos reflexos que o espaço implicam na construção de cada indivíduo.

Portanto, a arquitetura prisional tem o dever ético em favorecer a relação dos espaços exteriores com interiores a fim de minimizar o carácter punitivo da privação da liberdade, contribuindo para o serviços prisionais se constituírem como instituições de aprendizado e não unicamente de punição.

Neste sentido, torna-se fundamental repensar o espaço prisional a fim de se obter maiores possibilidades de relação entre os serviços prisionais e a sociedade de forma a fortalecer o objetivo principal da pena, que é a ressocialização do recluso, como também de fortalecer o Estabelecimento Prisional como instituição de ordem pública.

Os Estabelecimentos Prisionais portugueses apresentam um crescente aumento da população carcerária, segundo a Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ), entre 2010 e 2015 o número de reclusos aumentou em 22,5%, passando dos 11.613 para 14.222. (SIC, 2016)

Esse aumento reflete várias problemáticas envolvidas, entre elas, o aumento da criminalidade devido a crise financeira mas também devido a morosidade da política judiciária em resolver os processos e em determinar longas penas de prisão que contribuem para o acúmulo de reclusos em estabelecimentos prisionais.

Com a superlotação, o funcionamento do estabelecimento é prejudicado, impossibilitando que haja uma evolução do recluso, a ausência de trabalho para todos e a carência de acompanhamento adequado resultam na degradação dos reclusos, estimulando-os muitas vezes para a prática do crime contribuindo assim para o aumento da violência e criminalidade que refletem na sua reincidência prisional.

Portanto, a superlotação das prisões portuguesas, o alto índice de reincidência e a degradação dos estabelecimentos prisionais correspondem a um conjunto de falhas do Sistema Prisional que contribuem para a criminalidade ao invés de combatê-la e sobretudo desperdiçam o dinheiro público já que em média um recluso custa ao Estado cerca de 47 euros por dia (SIC, 2014), ou seja, um recluso que cumpriu 8 anos de pena custa 137 mil euros de investimento público.

Assim, torna-se clara a necessidade de reforma no Sistema Prisional, tanto a nível do sistema penal, com relação a diminuição da pena em alguns casos como também na introdução de medidas alternativas como o uso de pulseiras eletrônicas que diminuem em ¼ do custo para o Estado, uma vez que o recluso é monitorado através da pulseira e mantido em prisão domiciliar. Essa medida além de diminuir os custos financeiros, evita que o recluso perca laços familiares e aproxima-o da reinserção social.

É importante considerar o desenvolvimento das políticas públicas dos países nórdicos, já que representam uma sociedade mais evoluída, a nível igualitário e com menor índice de reincidência do recluso no regime prisional. Seus equipamentos públicos correspondem a modelos mais flexíveis com rica expressão arquitetónica e que constituem esses espaços como educativos, políticos e urbanos.

“A arquitetura dos estabelecimentos penais, para o futuro, terá que produzir projetos, nos quais se observe que o fim de todos esses arranjos arquitetónicos é o homem, não um homem comum, mas um especial, pois o homem preso tem e terá maiores atenções do Estado, da sociedade e do próprio arquiteto, vinculando a construção da prisão moderna à recuperação do delinquente, dando maior valor no projeto de um estabelecimento penal, para a escola, a biblioteca, o gabinete de observação psicológica, as oficinas, a granja, a clínica psiquiátrica, etc.” (Cordeiro, 2010)

8. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- Aries, P. (1975). *História Social da Criança e da Família*. (Winock Michel, Ed.). Paris, França. Retrieved from [https://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/347615/mod_resource/content/1/História social da criança e da família%2C Aries.pdf](https://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/347615/mod_resource/content/1/História%20social%20da%20criança%20e%20da%20família%20Aries.pdf)
- Barbosa, A. F. (2012). *Fatores preditivos da reincidência: análise de uma amostra aleatória de reclusos portugueses do sexo masculino*. Universidade do Minho. Retrieved from [https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/24285/4/TESE Final.pdf](https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/24285/4/TESE%20Final.pdf)
- Beccaria, C. (1764). *Dos Delitos e das Penas 1764. PhD Proposal* (Vol. 1). <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>
- Carlos De Oliveira Casulo, J. (n.d.). A questão da disciplina nas reformas liceais portuguesas entre 1836 e 1863, 12. Retrieved from [https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/9932/4/X congr. SPCE Comunicação José Casulo.pdf](https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/9932/4/X%20congr.%20SPCE%20Comunicação%20José%20Casulo.pdf)
- Cariço, M. (2017). Portugal é o país da OCDE onde mais alunos abandonam a escola sem concluir o secundário – Observador. Retrieved February 26, 2018, from <http://observador.pt/2017/09/12/portugal-e-o-pais-da-ocde-onde-mais-alunos-abandonam-a-escola-sem-concluir-o-secundario/>
- Cordeiro, S. (2010). *Até quando faremos Relicários? A Função Social do Espaço Penitenciário* (2nd ed.). Maceió. Retrieved from <http://www.suzanncordeiro.com/bibliografia-pesquisa/livro/relicarios-a-funcao-social-do-espaco-penitenciario/>
- Correio da Manhã. (2010). Um quinto da população prisional é estrangeira - Portugal. Retrieved July 22, 2018, from <https://www.cmjornal.pt/portugal/detalhe/um-quinto-da-populacao-prisional-e-estrangeira>
- Educação, C. N. da. (2016). Estado da Educação 2016. Retrieved from <http://www.cnedu.pt/pt/noticias/cne/1241-estado-da-educacao-2016>
- Foucault, M. (1987). VIGIAR E PUNIR NASCIMENTO DA PRISÃO. In *Vigiar e punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhe. Petrópolis* (Vol. 1, p. 288). <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>
- Gomes, S. (2012). *A PESSOA RECLUSA EM CONTEXTO PRISIONAL : AGRESSIVIDADE , SINTOMAS PSICOPATOLÓGICOS E APOIO SOCIAL*. Instituto Universitário Ciências Psicopatológicas, Sociais e da Vida. Retrieved from <http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/2259/1/13061.pdf>
- Gouveia, E. M. da F. (2010). *“Em carne viva”: o capuz penitenciário. Na cadeia Geral Penitenciária de Coimbra (1901-1913)*. Universidade de Coimbra.
- Grilo, V. (n.d.). Os Primeiros Liceus em Portugal - Cadernos da História. Retrieved from <http://cadernosdahistoria.weebly.com/os-primeiros-liceus-em-portugal.html>

- Luis, J. (2012). Perspectivas da população reclusa portuguesa acerca do sucesso de sua ressocialização. Retrieved from <http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/3300/3/TG-21647.pdf>
- Marques, E. de S. A., & Carvalho, M. V. C. de. (2014). EDUCAÇÃO: COGNIÇÃO, APRENDIZAGEM E FORMAÇÃO DE PROFESSORES. *VIVÊNCIA E AFETAÇÃO NA SALA DE AULA: UM DIÁLOGO ENTRE VIGOTSKI E ESPINOSA*, 260. Retrieved from <http://www.ufrgs.br/inov/docs/educacaoedirhumnumaperspecintercult>
- Mestre, V., & Aleixo, S. (2010). Intervenção Parque Escolar, E.P.E: Escola Passos Manuel., 12. Retrieved from <http://www.parque-escolar.pt/docs/escolas/publicacoes/005-3030.pdf%0Ahttp://hdl.handle.net/10174/9602>
- Moniz, G. C. (2002). *Arquitetura e Instrução 1836-1936: o Projecto Moderno do Liceu*. Universidade de Coimbra.
- Moniz, G. C. (2015). Espaços de aprendizagem: construção e transformação da escola moderna.
- Nova, F. (n.d.). *A ESCOLARIDADE NOS RECLUSOS :IMPORTÂNCIA MÉDICO-LEGAL*. Universidade do Porto. Retrieved from <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/73917/2/31838.pdf>
- Ó, J. R. (n.d.). A arte de governo e a sequência reversível da psicopedagogia moderna-poder-saber-querer(1879-1911). Retrieved from <http://www.c-e-m.org/wp-content/uploads/ramos-do-o-a-arte-do-governo.pdf>
- Observador. (2016). Libertem as Crianças. Retrieved July 21, 2018, from <https://observador.pt/videos/obs-lab/conversa-libertem-as-criancas-disponivel-na-integra/>
- Pedro, I. M. H. (2010). *A MOCIDADE PORTUGUESA FEMININA NO LICEU NACIONAL INFANTA D. MARIA de COIMBRA (1948/1974). Contributo para o estudo da Educação em Portugal*. Universidade de Lisboa. Retrieved from <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/1999>
- Psicologia Experimental. (2011). O Cão de Pavlov. Retrieved March 9, 2018, from <http://psicologiaexperimental.blogs.sapo.pt/tag/pavlov>
- Ramos do Ó, J. (2009). *Ensino Liceal (1836-1975)*.
Regulamento Provisorio da Cadeia Geral Penitenciaria do Districto da Relação de Lisboa. (1884).
- SIC, N. (2014). Crime e castigo. *SIC Noticias*. Retrieved from <http://sicnoticias.sapo.pt/programas/reportagemespecial/2014-01-28-crime-e-castigo>
- SIC, N. (2016, June 1). Reclusos nas prisões portuguesas aumentaram 22,5% entre 2010 e 2015. Retrieved from <http://sicnoticias.sapo.pt/pais/2016-06-01-Reclusos-nas-prisoas-portuguesas-aumentaram-225-entre-2010-e-2015>
- Vaz, M. J. (1888). *Ideais Penais e Prisões no Portugal Oitocentista. IV Congresso*

Português de Sociologia. Retrieved from
http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462dbba49c41b_1.PDF

IMAGENS

IMAGEM 1 | Prisão Newgate, Londres, consultado em

<http://www.londonancestor.com/iln/newgate-plan.htm>

IMAGEM 2 | Panóptico, alçado, corte e planta. Consultado em

<http://e-james1114-dc.blogspot.pt/2012/10/lecture-3panopticism.html>

IMAGEM 3 | Panoptico. Exterior, torre de vigilância central e planta baixa.

Consultado em

<http://e-james1114-dc.blogspot.pt/2012/10/lecture-3panopticism.html>

IMAGEM 4 | Mosteiro Santa Cruz, Coimbra

Consultado em googlemaps

IMAGEM 5 | Colégio das Artes, Coimbra

Consultado em googlemaps

IMAGEM 6 | Liceu Camões, Lisboa.

Consultado em googlemaps

IMAGEM 7 | Liceu Passos Manuel, Lisboa.

IMAGEM 8 | Planta Baixa original, Penitenciária de Lisboa

Imagem retirada de Boletim da Administração Penitenciária e dos Institutos de Criminologia, Ministério da Justiça, 1961. Consultado em Arquivos da DGSP, Estabelecimento Prisional Santa Cruz do Bispo Feminino.

IMAGEM 9 | Penitenciária de Lisboa

Consultado em googlemaps

IMAGEM 10 | Sala de aula da Penitenciária de Coimbra

Imagem retiradas do livro *A Sombra e a Luz - As prisões do Liberalismo*, Maria José Moutinho Santos, 2000. Consultado em Arquivos da DGSP, Estabelecimento Prisional Santa Cruz do Bispo Feminino.

IMAGEM 11 | Sala de trabalho da Penitenciária de Coimbra, depois da adopção do trabalho comum em rigoroso silêncio.

Imagem retiradas do livro *A Sombra e a Luz - As prisões do Liberalismo*, Maria José Moutinho Santos, 2000. Consultado em Arquivos da DGSP, Estabelecimento Prisional Santa Cruz do Bispo Feminino.

IMAGEM 12 | Dados e Estatísticas. *Total de Reclusos nos Estabelecimentos Prisionais*. Consultado em dados.justica.gov.pt consultado em 06/03/18

IMAGEM 13 | Porta com vidro para vigilância interna das salas de aula. Fotografias do autor.

IMAGEM 14 | Muro com grades, controle de entrada com cartões e vigilância do segurança. Fotografia do autor.

IMAGEM 15 | Sistema de Câmeras de vigiância. Fotografia do autor.

IMAGEM 16 | Porta prisional com abertura visual controlada para vigilância. Fotografias de José Miguel Monteiro Martins

IMAGEM 17 | Janela dentro de uma cela prisional. Fotografias de José Miguel Monteiro Martins.

IMAGEM 18 | Controle entre a área prisional e a área administrativa. Fotografias de José Miguel Monteiro Martins.

IMAGEM 19 | Ala prisional. Fotografias de José Miguel Monteiro Martins.

IMAGEM 20 | Tipos de celas das penitenciárias de Lisboa, Santarém e Coimbra, projeto do engenheiro Ferraz. Imagem retirada de Boletim da Administração Penitenciária e dos Institutos de Criminologia, Ministério da Justiça, 1961. Consultado em Arquivos da DGSP, Estabelecimento Prisional Santa Cruz do Bispo Feminino.

IMAGEM 21 | Perspectiva da Cadeia Penitenciária de Alcoentre. Imagem retirada de Boletim da Administração Penitenciária e dos Institutos de Criminologia, Ministério da Justiça, 1961. Consultado em Arquivos da DGSP, Estabelecimento Prisional Santa Cruz do Bispo Feminino.

IMAGEM 22 | Cadeia Central de Lisboa, Linhó. Imagem retirada de Boletim da Administração Penitenciária e dos Institutos de Criminologia, Ministério da Justiça, 1961. Consultado em Arquivos da DGSP, Estabelecimento Prisional Santa Cruz do Bispo Feminino.

IMAGEM 23 | Cadeia Central de Lisboa, sala de conferências. Imagem retirada de Boletim da Administração Penitenciária e dos Institutos de Criminologia, Ministério da Justiça, 1961. Consultado em Arquivos da DGSP, Estabelecimento Prisional Santa Cruz do Bispo Feminino.

DESENHOS TÉCNICOS

Figura 1 - Projeto original do Estabelecimento Prisional de Coimbra, Planta baixa, piso térreo, escala 1:1100. Desenho do autor, feito a partir de fotografia do *Boletim da Administração Penitenciária e dos Institutos de Criminologia*. (1961). Ministério da Justiça, n°9. Consultado no Arquivo da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, Estabelecimento Prisional Santa Cruz do Bispo, Feminino.

Figura 2 – Estabelecimento Prisional de Coimbra, atual situação. Planta de Cobertura, escala 1:1100. Desenho do autor, feito a partir de GoogleEarth.

Figura 3 - Liceu Central de Lisboa, projeto original. Planta Baixa, piso térreo, escala 1:500. Desenho do autor, feito a partir de imagem em Moniz, Gonçalo Canto, (1881) *Liceus do Porto, Construção do programa liceal: Architectura e Instrução*.

Figura 4 - Liceu Central de Lisboa, demolição dos pátios e formação de duas quadras. Planta Baixa, piso 0, escala 1:500. Desenho do autor, feito a partir de imagem em Moniz, Gonçalo Canto, (1881) *Liceus do Porto, Construção do programa liceal: Architectura e Instrução*.

Figura 5 - Cadeia Civil de Lisboa, Planta Baixa, piso 0, escala 1:1000. Desenho do autor, feito a partir de imagem em *Boletim da Administração Penitenciária e dos Institutos de Criminologia*. (1961). Ministério da Justiça, n°9. Consultado no Arquivo da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, Estabelecimento Prisional Santa Cruz do Bispo, Feminino.

Figura 6 - Liceu Camões, Planta Baixa, piso 0, escala 1:500. Desenho do autor, feito a partir de imagem em (Moniz, 2015, p.126)

Figura 7 - Colónia Penitenciária de Alcoentre, Planta Baixa, piso 0, escala 1:1000. Desenho do autor, feito a partir de imagem em *Boletim da Administração Penitenciária e dos Institutos de Criminologia*. (1961). Ministério da Justiça, n°9. Consultado no Arquivo da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, Estabelecimento Prisional Santa Cruz do Bispo, Feminino.

Figura 8 - Colónia Penitenciária de Alcoentre, Planta de Situação, escala 1:30000. Desenho do autor, feito a partir de imagem em *Boletim da Administração Penitenciária e dos Institutos de Criminologia*. (1961). Ministério da Justiça, n°9. Consultado no Arquivo da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, Estabelecimento Prisional Santa Cruz do Bispo, Feminino.

Figura 9 - Liceu Latino Coelho, Planta Baixa, piso 0, escala 1:500. Desenho do autor, feito a partir de imagem em Moniz, G. C. (2015). *Espaços de aprendizagem: construção e transformação da escola moderna*.

Figura 10 - Cadeia Central de Lisboa, Linhó, Planta Baixa, piso 0, escala 1:1000. Desenho do autor, feito a partir de imagem em Boletim da Administração Penitenciária e dos Institutos de Criminologia. (1961). Ministério da Justiça, n°9. Consultado no Arquivo da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, Estabelecimento Prisional Santa Cruz do Bispo, Feminino.

Figura 11 - Liceu Infanta D. Maria, Coimbra, projeto original. Planta Baixa, escala 1:800.

Desenho do autor, feito a partir de imagem em Moreira, M. S. (2014). Escola e Cidade, Zona Escolar do Calhabé. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, Universidade de Coimbra, Retrieved from <https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/handle/10316/26014>.

Figura 12 - Liceu Infanta D. Maria, Coimbra, situação atual. Planta Baixa, escala 1:800.

Desenho do autor, feito a partir de imagem em Moreira, M. S. (2014). Escola e Cidade, Zona Escolar do Calhabé. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, Universidade de Coimbra, Retrieved from <https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/handle/10316/26014>.

Figura 13 - Evolução tipológica Prisões e Liceus. Plantas Baixas, piso 0, prisões a escala 1:7000. Desenho do autor.

Figura 14 - Análise de celas prisionais, escala 1:200. Desenho do autor

Figura 15 - Análise de salas de aula, escala 1:300. Desenho do autor.

Figura 16 - Análise de espaços coletivos prisionais, escala 1:3800. Desenho do autor.

Figura 17 - Análise de cortes prisionais, escala 1:1700. Desenho do autor.

Figura 18 - Análise de cortes prisionais, escala 1:500. Desenho do autor.

Figura 19 - Análise de espaços coletivos escolares, escala 1:1200. Desenho do autor.

Figura 20 - Análise de cortes escolares, escala 1:800. Desenho do autor.

Figura 21 - Análise de cortes escolares, escala 1:500. Desenho do autor.

Figura 22 - Análise de fluxos prisionais, escala 1:5500. Desenho do autor.

Figura 23 - Análise de fluxos escolares, escala 1:3500. Desenho do autor.

Figura 24 – Análise de fluxos do recluso, escala 1:3800. Desenho do autor.

Figura 25 – Análise de fluxos do guarda prisional, escala 1:3800. Desenho do autor.

Figura 26 – Análise de fluxos administrativo prisional, escala 1:3800. Desenho do autor.

Figura 27 – Análise de fluxos do aluno, escala 1:1200. Desenho do autor.

Figura 28 – Análise de fluxos do professor, escala 1:1200. Desenho do autor.

Figura 29 - Análise de fluxos administrativo escolar, escala 1:1200. Desenho do autor.

Figura 30 - Percurso do Voluntário. Desenho do autor.

Figura 31 - Percurso do Recluso. Desenho do autor.